

ATA DA 231ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL, EXERCÍCIO 2020.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (21/7/2020), reuniram-se, extraordinariamente, de forma virtual, por meio do sistema meet google, como medida preventiva, em virtude da Pandemia do Coronavírus – Covid-19, os Conselheiros Gerson Soares Alves Barreto - Presidente (Embrapa); Raimundo Alves de Araújo (Embrapa); Raimundo Braga Sobrinho (Embrapa); Maria do Socorro Barbosa Guedes (Embrapa); Úrsula Maria Ludwig Moraes (Epagri); José Mauro Gonçalves Dias (Emater-MG) e, como convidados, José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente); José João Reis (Diretor de Investimentos); Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade); Leonardo Paulo de Oliveira (Gerente de Investimentos); Fernando Nunes Simões (Gerente Jurídico); Jobson Dantas de Barros (Secretário Executivo) e Elayne Cachen (Assessora de Inovação e Previdência). Após os cumprimentos de praxe, o Presidente declarou aberta a reunião para tratar da seguinte pauta: **1. EXAME DO PARECER JURÍDICO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA CERES.** Na 230ª Reunião deste Conselho, ocorrida no dia 2 deste mês de julho, o Colegiado sobrestou o andamento desta matéria e solicitou à área jurídica para que fosse reformulado o Parecer Jurídico apresentado naquela reunião a fim de melhor respaldar a decisão dos Conselheiros. O advogado da Ceres, Fernando Nunes Simões, nas suas considerações, esclareceu que aditou ao Parecer Jurídico nº 01/2020, referente à competência para alteração do regimento interno do Comitê de Investimentos, para responder ao questionamento do Conselheiro Raimundo Alves de Araújo, quanto à criação do mencionado Comitê de Investimentos e do Comitê de Seguridade, inclusive sobre a possibilidade de delegar competência à Diretoria Executiva para alterar os regimentos desses Comitês. Restando esclarecido que esses Comitês foram criados pelo Conselho Deliberativo, em 2009 e 2010, conforme registrado nas Atas das reuniões de número 162 e 170, portanto, compete ao Conselho revisar os regimentos internos bem como delegar competência à Diretoria Executiva, por estarem amparados no inciso X do Artigo 53 do Estatuto da Ceres e da Resolução CGPC nº 13/2004. Diante do exposto, a matéria foi submetida a deliberação, tendo os Conselheiros se manifestado pela aprovação, delegando competência à Diretoria Executiva para que faça a gestão quanto às regras de funcionamento desses Comitês, exceto para os casos de extinção e composição dos mesmos, que ficam mantidas como de competência do Conselho Deliberativo. Além dessa atribuição o Conselho recomendou à Diretoria que dê conhecimento ao Colegiado, como matéria informativa, qualquer alteração realizada nas regras de funcionamento dos Comitês. **2.**

APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE SEGURO PARA O PLANO FAMÍLIA CERES E PROPOSTA DE TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO DE PECÚLIO PARA O PLANO EMBRAPA BÁSICO.

Após as considerações do Diretor Superintendente, as alterações propostas nos regulamentos do Plano Família Ceres e do Plano Embrapa Básico foram apresentadas pelo advogado da Ceres, como se segue:

Plano Família Ceres - Alterar o limite mínimo e máximo para cobertura dos benefícios de risco, para vincular à apólice do seguro contratado, com a exclusão dos parágrafos 1º a 5º do artigo 48 e alteração da redação do parágrafo 1º do artigo 48, transformando em parágrafo único. A proposta prevê também alteração na redação do artigo 14, e do seu §1º, que deixa o valor da contribuição básica a ser escolhido e alterado livremente pelo participante a qualquer tempo e exclui a correção dessa contribuição pelo INPC.

Plano Embrapa Básico. Incluir a contratação de seguro para cobertura do pecúlio, especificamente com a alteração do artigo 45 para inclusão dos parágrafos 1º a 3º do regulamento do plano Embrapa Básico, bem como a inclusão do parágrafo 2º do artigo 48, para cumprir o que requer o artigo 3º da Resolução CNPC 17/2015, quanto à necessidade de previsão de contratação de seguro no regulamento do Plano. Submetidas a aprovação, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, as alterações propostas nos regulamentos do Plano Família Ceres e do Plano Embrapa Básico, devidamente acompanhadas dos Pareceres Atuarial e Jurídico e das Notas Técnicas Atuariais, todos referentes aos respectivos Regulamentos dos planos, que passam a integrar a ata desta reunião em forma de anexo. O Conselho autorizou a Diretoria Executiva da Ceres a dar encaminhamento ao assunto visando à aprovação final pela PREVIC e a proceder aos eventuais ajustes redacionais, inclusive os recomendados pela PREVIC, com a finalidade de dar sequência ao processo de aprovação final da proposta, determinando, ainda, que seja, posteriormente, apresentado para conhecimento deste Colegiado. **3. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO**

SOBRE A PROPOSTA DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLANO EMBRAPA BÁSICO.

Esta matéria teve sua tramitação sobrestada na 230ª Reunião, ocorrida no dia 2 deste mês de julho, com recomendação à Diretoria Executiva para respaldar a proposta com Pareceres Atuarial e Jurídico. Assim, nesta reunião, a matéria voltou a ser examinada com a representação da CT. DIREX Nº 097/2020, de 29 de junho de 2020, do Diretor Superintendente da Ceres, que solicita autorização do Conselho Deliberativo para discutir com a patrocinadora Embrapa alternativas de alteração do método de amortização atuarial para financeiro da Contribuição Extraordinária patronal para o plano de Benefício Definido, Plano Embrapa Básico. O Conselho, por unanimidade, decidiu conceder a autorização solicitada e que a decisão final a respeito deste assunto, depois das devidas discussões com a patrocinadora, deverá ser tomada por este colegiado. Recomenda, ainda, quando o assunto for apresentado para deliberação final, que o processo seja devidamente instruído e fundamentado, jurídica e atuarialmente e que respondam os questionamentos

levantados pelo Conselheiro Raimundo Alves de Araújo na ata da última reunião do Conselho. Ao final da reunião, o Presidente do Conselho Deliberativo agradeceu a participação de todos e marcou a próxima reunião para o dia 28 deste mês. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Maria Aldaci de Medeiros, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes.

MARIA ALDACI DE
MEDEIROS:28908635491

GERSON SOARES: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ALVES BARRETO: OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO), OU=05194995000192,
03878406134 P CN=GERSON SOARES ALVES
BARRETO:03878406134

Gerson Soares Alves Barreto

Presidente do Conselho Deliberativo

Membro Representante da Patrocinadora EMBRAPA

RAIMUNDO BRAGA: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
SOBRINHO: OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO), OU=05194995000192,
07143834300 P CN=RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO:
07143834300

Raimundo Braga Sobrinho

Membro Representante da Patrocinadora EMBRAPA

URSULA MARIA: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB,
LUDWIG MORAES: OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
52601684968 P OU=05194995000192, CN=URSULA
MARIA LUDWIG MORAES:52601684968

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Membro Representante dos Participantes e Assistidos da EPAGRI

RAIMUNDO ALVES: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB,
DE ARAUJO: OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
02328780130 P OU=05194995000192, CN=RAIMUNDO
ALVES DE ARAUJO:02328780130

Raimundo Alves de Araújo

Membro Representante dos Participantes e Assistidos da EMBRAPA

JOSE MAURO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
GONCALVES: e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
DIAS:23550872615 P OU=05194995000192, CN=JOSE MAURO
GONCALVES DIAS:23550872615

José Mauro Gonçalves Dias

Membro Representante da Patrocinadora da EMATER-MG

MARIA DO SOCORRO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
BARBOSA GUEDES: e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
21035229315 P OU=05194995000192, CN=MARIA DO
SOCORRO BARBOSA GUEDES:
21035229315

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Membro Representante dos Participantes e Assistidos da EMBRAPA

ADENDO AO PARECER GEJUR Nº 01/2020

EMENTA: ADENDO AO PARECER. COMPETÊNCIA. REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E DE SEGURIDADE DA CERES. CRIAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA A DIREX.

Por solicitação do Conselho Deliberativo da Ceres, conforme Ata do Conselho Deliberativo nº 230 em reunião realizada em 02 de julho de 2020, servimo-nos do presente para aditar o Parecer Gejur nº 01/2020, que tratou da competência para alteração do regimento interno do Comitê de Investimento, para responder ao questionamento deste órgão estatutário quanto à criação do mencionado comitê e do comitê de seguridade, bem como sobre a possibilidade de delegar à Diretoria Executiva a competência para alterar o regimento interno do comitê de investimento e do comitê de seguridade.

Na Ata do Conselho Deliberativo nº 162/2009 foi aprovada a criação do Comitê de Investimentos, subordinado ao Conselho Deliberativo, e de seu regimento interno, por proposta da Diretoria Executiva.

Na Ata do Conselho Deliberativo nº 170/2010 foi aprovada a criação do Comitê de Seguridade, subordinado ao Conselho Deliberativo, e de seu regimento interno, por proposta da Diretoria Executiva.

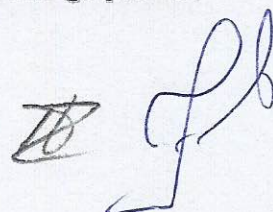
Desse modo, sobre a competência para alteração do regimento interno do comitê de investimento e de seguridade, utilizado o mesmo fundamento mencionado no parecer Gejur nº 01/2020, quanto à estrutura estatutária da Ceres, entende-se que o Conselho Deliberativo é o órgão competente para aprovar a alteração do regimento interno do comitê de seguridade, pois a ele estão subordinados os comitês que por ele foram criados.

Quanto a possibilidade de delegação de competência para alteração do regimento interno do comitê de investimentos e do comitê de seguridade para a Diretoria Executiva, entendemos que tal previsão se enquadra no que dispõe o inciso X do artigo 53 do Estatuto da Ceres, o qual prevê que compete ao Conselho Deliberativo o "X - estabelecimento de atribuições complementares para os membros da Diretoria Executiva;"

A Resolução CGPC nº 13/2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, trata a delegação de atribuições da seguinte forma:

Ceres - Fundação de Seguridade Social

SHCN-CL 202 B.L.C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 2106 0267 E-mail: atende@ceres.org.br




Art. 11. A delegação de atribuições deve ser formal, com responsabilidades claramente delimitadas mediante definição de poderes, limites e alçadas, inclusive em relação a serviços de terceiros.

Entende-se por limitação da responsabilidade a definição de poderes que podem ser exercidos por quem recebe a delegação, e os poderes que ficam com os que delegam os poderes. Nesse caso, por exemplo, a extinção dos Comitês e sua formação devem ser mantidas como atribuição do Conselho Deliberativo, pois dizem respeito à essência dos Comitês, ficando a cargo da Diretoria Executiva as alterações de funcionamento dos Comitês.

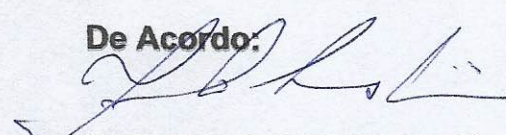
Desse modo, entendemos que pelas disposições normativas acima citadas, o Conselho Deliberativo pode delegar à Diretoria Executiva a competência para alterar o regimento interno do comitê de investimento e do comitê de seguridade, bem como de outros normativos internos da Ceres, pelos mesmos fundamentos acima elencados e no Parecer Gejur nº 01/2020, devendo a delegação ser formal, com definição de responsabilidades e de poderes.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Brasília, 17 de julho de 2020.


HEITOR ROCHA DE ALMEIDA
Advogado

De Acordo:


FERNANDO NUNES SIMÕES
Gerente Jurídico

NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Plano FAMÍLIA-FlexCeres

Responsável Técnico
Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1162

BRASÍLIA – DF, JULHO DE 2020

Sumário

1. Objetivo	6
2. Descrição das características das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas	7
2.1. <i>Tabuas biométricas</i>	7
2.1.1. Tabua de mortalidade geral	7
2.1.2. Tabua de mortalidade de inválidos	7
2.1.3. Tabua de entrada em invalidez	7
2.2. <i>Rotatividade</i>	7
2.3. <i>Descrição e metodologia de cálculo do modelo decremental adotado</i>	7
2.4. <i>Composição da família de pensionistas</i>	7
2.5. <i>Taxa real anual de juros</i>	7
2.6. <i>Inflação futura</i>	7
2.7. <i>Projeção de crescimento real dos salários</i>	7
2.8. <i>Projeção de crescimento real dos benefícios do plano</i>	7
2.9. <i>Projeção de crescimento real dos benefícios da previdência oficial</i>	7
2.10. <i>Fator de capacidade salarial</i>	8
2.11. <i>Fator de capacidade de benefícios</i>	8
2.12. <i>Indexador dos benefícios do plano</i>	8
2.13. <i>Entrada em aposentadoria</i>	8
2.14. <i>Outras hipóteses atuariais</i>	8
3. Modalidade do plano e de cada benefício constante no regulamento	8
3.1. <i>Benefícios na modalidade de benefício definido</i>	8
3.2. <i>Benefícios na modalidade de contribuição definida</i>	8
3.3. <i>Benefícios na modalidade de contribuição variável</i>	8
4. Regimes financeiros e métodos de financiamento dos benefícios do plano	8
4.1. <i>Benefícios em regime financeiro de repartição simples</i>	8
4.2. <i>Benefícios em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura</i>	9
4.3. <i>Benefícios em regime financeiro de capitalização, com indicação do método de financiamento adotado</i>	9
5. Metodologia e expressão de cálculo do valor inicial dos benefícios do plano na data de concessão, bem como sua forma de reajuste e de Revisão de valor	9
5.1. <i>Renda Programada</i>	9

5.2.	<i>Renda de Invalidez</i>	10
5.3.	<i>Renda de Pensão por Morte do Participante</i>	11
5.4.	<i>Pecúlio por Morte do Participante</i>	11
6.	Metodologia e expressão de cálculo do custo normal.	12
6.1.	<i>Custo Normal – Renda Programada</i>	12
6.2.	<i>Custo Normal – Renda de Invalidez</i>	12
6.3.	<i>Custo Normal – Pensão por Morte do Participante</i>	12
6.4.	<i>Custo Normal – Pecúlio por Morte do Participante</i>	12
6.5.	<i>Custo Normal – Despesas Administrativas</i>	12
7.	Metodologia e expressão de cálculo e apuração mensal das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder	13
7.1.	<i>Expressão de cálculo do valor atual dos benefícios futuros</i>	13
7.1.1.	<i>Benefícios Concedidos – Renda Programada</i>	13
7.1.2.	<i>Benefícios Concedidos – Renda de Invalidez</i>	13
7.1.3.	<i>Benefícios Concedidos – Rendas de Pensões por Morte</i>	13
7.1.4.	<i>Benefícios a Conceder – Rendas Programadas e de Risco</i>	14
7.1.5.	<i>Despesas Administrativas</i>	14
7.2.	<i>Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras</i>	14
7.2.1.	<i>Renda Programada e de Risco</i>	14
7.2.2.	<i>Renda Adicional de Risco (invalidez, pensão e pecúlio)</i>	14
7.2.3.	<i>Despesas administrativas</i>	14
7.3.	<i>Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de patrocinador</i>	15
7.4.	<i>Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de participantes e assistidos</i>	15
7.5.	<i>Expressão de cálculo das provisões matemáticas</i>	15
7.5.1.	<i>Benefícios Concedidos</i>	15
7.5.2.	<i>Benefícios a Conceder</i>	15
7.6.	<i>Expressão de cálculo para apuração mensal das provisões matemáticas.</i>	16
8.	Metodologia e expressão de cálculo e evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo:	16
8.1.	<i>Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a déficit equacionado</i>	16
8.2.	<i>Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a serviço passado</i>	16
8.3.	<i>Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades</i>	16
8.4.	<i>Expressão de cálculo para evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo</i>	16
9.	Metodologia e expressão de cálculo das contribuições normais	16
9.1.	<i>Expressão de cálculo das contribuições normais de participantes e assistidos</i>	16

9.2.	<i>Expressão de cálculo da contribuição normal de patrocinador</i>	16
10.	Metodologia e expressão de cálculo das contribuições extraordinárias	17
10.1.	<i>Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos</i>	17
10.2.	<i>Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de patrocinador</i>	17
11.	Metodologia e expressão de cálculo referentes a destinação da reserva especial:	17
11.1.	<i>Expressão de cálculo para suspensão ou redução de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador</i>	17
11.2.	<i>Expressão de cálculo para melhoria de benefícios dos participantes e assistidos</i>	17
11.3.	<i>Expressões de cálculo para reversões de valores aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador</i>	17
11.4.	<i>Expressões de cálculo para evolução dos valores do Fundo de Reserva Especial para Revisão do Plano</i>	17
12.	Descrição dos fundos previdenciais	17
12.1.	<i>Finalidade, fontes de custeio e identificação dos eventos ou riscos associados</i>	17
12.2.	<i>Regras de constituição e atualização de valores</i>	17
12.3.	<i>Regras de reversões de valores</i>	18
13.	Metodologia e expressão de cálculo de institutos	18
13.1.	<i>Expressão de cálculo dos valores de resgate de contribuições</i>	18
13.2.	<i>Expressão de cálculo dos valores de portabilidade</i>	18
13.3.	<i>Expressão de cálculo dos valores de benefício proporcional diferido, considerando eventuais insuficiências de cobertura e eventuais aportes de recursos ocorridos durante o período de diferimento</i>	18
13.4.	<i>Metodologia de atualização dos valores, incluindo as regras de atualização de benefício proporcional diferido e de resgate, este no caso de parcelamento.</i>	18
14.	Metodologia e expressão de cálculo de aporte inicial de patrocinador, joia de participante e assistido, bem como os respectivos métodos de financiamento.	18
15.	Metodologia e expressão de cálculo de dotação inicial de patrocinador.	19
16.	Descrição e detalhamento referente a contratação de seguro para cobertura de riscos decorrentes de invalidez de participante, morte de participante ou assistido, sobrevivência de assistido e desvios nas hipóteses biométricas	19
16.1.	<i>Invalidez e pensão por morte</i>	19
16.2.	<i>Pecúlio por morte do participante</i>	19

17. Metodologia de cálculo de provisões, reservas e fundos, quando se tratar de migração de participantes e assistidos de entre planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.	19
18. Metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais.	19
19. Expressão e metodologia de cálculo dos fluxos de contribuições e de benefícios projetados referentes a:	20
19.1. <i>Recebimentos de contribuições normais de assistidos</i>	20
19.2. <i>Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)</i>	20
19.3. <i>Recebimentos de contribuições extraordinárias de assistidos</i>	20
19.4. <i>Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)</i>	20
19.5. <i>Recebimentos de contribuições normais de ativos</i>	20
19.6. <i>Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)</i>	21
19.7. <i>Recebimentos de contribuições extraordinárias de ativo</i>	21
19.8. <i>Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)</i>	21
19.9. <i>Pagamentos de benefícios programados e não programados</i>	21
19.10. <i>Pagamentos de resgates</i>	21
19.11. <i>Pagamentos de portabilidades</i>	21
20. Expressão de cálculo das anuidades atuariais ou fatores atuariais para concessão dos benefícios quando decorrentes de saldos individuais, especificando a reversões em pensão ou pecúlio, quando for o caso, na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável.	22
21. Glossário da simbologia e terminologia técnicas atuariais utilizadas	22

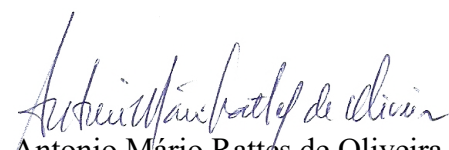
1. Objetivo

A presente nota técnica tem por objetivo apresentar as formulações matemáticas, premissas e hipóteses atuariais utilizados na avaliação dos benefícios previdenciários da Fundação Ceres relativos ao plano de benefícios denominado Plano FAMÍLIA-FlexCeres, constituído na modalidade de Contribuição Definida.

A simbologia utilizada nas formulações matemáticas aqui apresentadas segue a notação internacional.

Esta nota técnica atuarial foi elaborada em consonância com o regulamento do plano de benefícios.

Brasília – DF, 17 de julho de 2020



Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO
RATTES DE OLIVEIRA:
25945068349
Data: 2020-07-20 14:08:38

2. Descrição das características das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas

2.1. Tabuas biométricas

2.1.1. Tabua de mortalidade geral

2.1.2. Tabua de mortalidade de inválidos

2.1.3. Tabua de entrada em invalidez

Não são utilizadas tábuas biométricas nos cálculos do plano de benefícios.

2.2. Rotatividade

Não é adotada hipótese de rotatividade para o plano de benefícios, tendo em vista que se trata de um plano de contribuição definida.

2.3. Descrição e metodologia de cálculo do modelo decremental adotado

Não é utilizado modelo decremental nos cálculos do plano de benefícios.

2.4. Composição da família de pensionistas

Hipótese não utilizada.

2.5. Taxa real anual de juros

Definida a partir de estudo de adequação elaborado nos termos da legislação em vigor e utilizada para o cálculo dos capitais segurados.

2.6. Inflação futura

Hipótese não utilizada.

2.7. Projeção de crescimento real dos salários

Hipótese não utilizada.

2.8. Projeção de crescimento real dos benefícios do plano

Não há projeção de crescimento real dos benefícios do plano.

2.9. Projeção de crescimento real dos benefícios da previdência oficial

Não há projeção de crescimento real dos benefícios do plano.

2.10. Fator de capacidade salarial

Hipótese não utilizada.

2.11. Fator de capacidade de benefícios

Hipótese não utilizada.

2.12. Indexador dos benefícios do plano

Definido no regulamento do plano de benefícios.

2.13. Entrada em aposentadoria

Estima-se que os participantes ingressam em aposentadoria no momento em que cumprem as elegibilidades legais e regulamentares.

2.14. Outras hipóteses atuariais

Não são utilizadas outras hipóteses atuariais.

3. Modalidade do plano e de cada benefício constante no regulamento

3.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

Não existem benefícios estruturados na modalidade de benefício definido.

3.2. Benefícios na modalidade de contribuição definida

- Renda programada
- Renda de Invalidez
- Renda de Pensão por Morte do Participante
- Pecúlio por Morte do Participante

3.3. Benefícios na modalidade de contribuição variável

Não existem benefícios estruturados na modalidade de contribuição variável.

4. Regimes financeiros e métodos de financiamento dos benefícios do plano

4.1. Benefícios em regime financeiro de repartição simples

Não existem benefícios estruturados no regime financeiro de Repartição Simples.

4.2. Benefícios em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura

Não existem benefícios estruturados no regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

4.3. Benefícios em regime financeiro de capitalização, com indicação do método de financiamento adotado

- Renda programada
- Renda de Invalidez
- Renda de Pensão por Morte do Participante
- Pecúlio por Morte do Participante

Método de financiamento: Capitalização Financeira.

5. Metodologia e expressão de cálculo do valor inicial dos benefícios do plano na data de concessão, bem como sua forma de reajuste e de Revisão de valor

5.1. Renda Programada

$$BENR_{prg} = CAR_q \times (1 - s) \times p \text{ ou}$$

$$BENR_{prg} = \frac{CAR_q \times (1 - s)}{n} \text{ ou}$$

$$BENR_{prg} = CAR_s \times (1 - s) \times \left(\frac{(1 + i)^n \times i}{(1 + i)^n - 1} \right)$$

Onde:

$BENR_{prg}$ = Benefício inicial de renda programada, cuja forma de cálculo é escolhida pelo participante;

CAR_q = Saldo da Conta de Assistido de Renda, em quotas;

CAR_s = Saldo da Conta de Assistido de Renda, em reais;

p = percentual do saldo da conta escolhido pelo participante entre 0,25% e 2,00%, com intervalos de 0,05%;

s = percentual recebido pelo participante, em parcela única, no momento da aposentadoria, podendo variar entre 0% e 100%

n = prazo de recebimento da renda escolhido pelo participante;

i = taxa de juros atuarial.

Forma de reajuste: os benefícios calculados em quotas serão recalculados com base no valor da quota disponível na data do pagamento. Os benefícios calculados em valor monetário em reais serão recalculados no mês de dezembro de cada ano, com base no saldo remanescente.

Conversão da renda programada em pensão: ocorrendo a morte do assistido, a renda programada será convertida em renda de pensão por morte, respeitados o percentual e/ou o prazo de pagamento indicados pelo participante.

5.2. Renda de Invalidez

$$BENR_{inv} = CR_q \times (1 - s) \times p \text{ ou}$$

$$BENR_{inv} = \frac{CR_q \times (1 - s)}{n} \text{ ou}$$

$$BENR_{inv} = CR_s \times (1 - s) \times \left(\frac{(1 + i)^n \times i}{(1 + i)^n - 1} \right)$$

Onde:

$BENR_{inv}$ = Benefício inicial de renda de invalidez, cuja forma de cálculo é escolhida pelo participante;

CR_q = Saldo da Conta de Renda, em quotas;

CR_s = Saldo da Conta de Renda, em reais;

p = percentual do saldo da conta escolhido pelo participante entre 0,25% e 2,00%, com intervalos de 0,05%;

s = percentual recebido pelo participante, em parcela única, no momento da aposentadoria, podendo variar entre 0% e 100%

n = prazo de recebimento da renda escolhido pelo participante;

i = taxa de juros atuarial.

Forma de reajuste: os benefícios calculados em quotas serão recalculados com base no valor da quota disponível na data do pagamento. Os benefícios calculados em valor monetário em reais serão recalculados no mês de dezembro de cada ano, com base no saldo remanescente.

Conversão da renda programada em pensão: ocorrendo a morte do assistido, a renda programada será convertida em renda de pensão por morte, respeitados o percentual e/ou o prazo de pagamento indicados pelo participante.

5.3. Renda de Pensão por Morte do Participante

$$BENR_{pen} = CR_q \times (1 - s) \times p \text{ ou}$$

$$BENR_{pen} = \frac{CR_q \times (1 - s)}{n} \text{ ou}$$

$$BENR_{pen} = CR_s \times (1 - s) \times \left(\frac{(1 + i)^n \times i}{(1 + i)^n - 1} \right)$$

Onde:

$BENR_{pen}$ = Benefício inicial de renda de pensão por morte de participante, cuja forma de cálculo é escolhida pelo participante;

CR_q = Saldo da Conta de Renda, em quotas;

CR_s = Saldo da Conta de Renda, em reais;

p = percentual do saldo da conta escolhido pelo participante entre 0,25% e 2,00%, com intervalos de 0,05%;

s = percentual recebido pelo participante, em parcela única, no momento da aposentadoria, podendo variar entre 0% e 100%

n = prazo de recebimento da renda escolhido pelo participante;

i = taxa de juros atuarial.

Forma de reajuste: os benefícios calculados em quotas serão recalculados com base no valor da quota disponível na data do pagamento. Os benefícios calculados em valor monetário em reais serão recalculados no mês de dezembro de cada ano, com base no saldo remanescente.

5.4. Pecúlio por Morte do Participante

$$BENPec = CSP$$

Onde:

$BENPec$ = Benefício de pecúlio por morte;

$CSP = \text{Saldo da Conta Seguro Pecúlio.}$

6. Metodologia e expressão de cálculo do custo normal.

6.1. Custo Normal – Renda Programada

Os benefícios programados, durante a fase ativa, são estruturados na modalidade de contribuição definida e seus custos normais equivalem às contribuições normais pagas pelos participantes e por terceiros, cujos percentuais são escolhidos pelo participante e por terceiros, conforme o caso.

6.2. Custo Normal – Renda de Invalidez

Os custos normais dos benefícios de renda de invalidez correspondem às contribuições adicionais feitas pelos participantes e seus valores são definidos em função dos custos da apólice contratada com a seguradora.

6.3. Custo Normal – Pensão por Morte do Participante

Os custos normais dos benefícios de renda de pensão por morte do participante correspondem às contribuições adicionais feitas pelos participantes e seus valores são definidos em função dos custos da apólice contratada com a seguradora.

6.4. Custo Normal – Pecúlio por Morte do Participante

Os custos normais dos benefícios de pecúlio por morte do participante correspondem às contribuições adicionais feitas pelos participantes e seus valores são definidos em função dos custos da apólice contratada com a seguradora.

6.5. Custo Normal – Despesas Administrativas

$$DA_{DA} = \left(\sum C + \sum B \right) \times TC + CP \times TA$$

Onde:

DA_{DA} = Despesa administrativa prevista para o exercício;

TC = Taxa de Carregamento administrativo;

TA = Taxa de administração;

DA_{DA} = Estimativa da despesa anual com despesa administrativa;

C = Contribuições dos participantes;

B = Benefícios dos assistidos;

CP = Saldo de conta do participante.

7. Metodologia e expressão de cálculo e apuração mensal das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder

7.1. Expressão de cálculo do valor atual dos benefícios futuros

7.1.1. Benefícios Concedidos – Renda Programada

$$VPABF_{APPRGBC} = CR$$

Onde:

$VPABF_{APPRGBC}$ = Valor Presente dos Benefícios Futuros relativo às rendas programadas concedidas;

CR = saldo da Conta Renda.

7.1.2. Benefícios Concedidos – Renda de Invalidez

$$VPABF_{APINVBC} = CR$$

Onde:

$VPABF_{APINVBC}$ = Valor Presente dos Benefícios Futuros relativo às rendas de invalidez concedidas;

CR = saldo da Conta Renda.

7.1.3. Benefícios Concedidos – Rendas de Pensões por Morte

$$VPABF_{PENBC} = CR$$

Onde:

$VPABF_{PENBC}$ = Valor Presente dos Benefícios Futuros relativo às rendas de pensão por morte concedidas;

$CR =$ saldo da Conta Renda.

7.1.4. Benefícios a Conceder – Rendas Programadas e de Risco

$$VPABF_{REBAC} = CP + CT + CPort$$

Onde:

$VPABF_{REBAC}$ = Valor Presente dos Benefícios Futuros relativo às rendas programadas e de risco a conceder;

$CP =$ Saldo da Conta Participante;

$CT =$ Saldo da Conta Terceiros;

$CPort =$ Saldo da Conta Portabilidade;

7.1.5. Despesas Administrativas

A Expectativa anual das despesas administrativas foi obtida a partir da média mensal observada nos últimos doze meses, aplicando-se um fator de contingência calculado com base na distribuição Normal.

7.2. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras

7.2.1. Renda Programada e de Risco

Não são mensuradas as contribuições futuras relativas a esses benefícios, pois a reserva matemática corresponde ao saldo das contas individuais e patronais.

7.2.2. Renda Adicional de Risco (invalidez, pensão e pecúlio)

O participante que optar pela cobertura referente a seguro para a garantia de capital segurado pagará contribuições adicionais que serão destinadas ao custeio da apólice de seguro, não sendo registradas contribuições futuras no passivo da entidade.

7.2.3. Despesas administrativas

$$VPACF_{Adm} = TC \times (\sum C + \sum B) + TA \times CP$$

Onde:

$VPACF_{Adm}$ = Valor presente das contribuições futuras relativas ao custeio administrativo.

$TC =$ Taxa de carregamento administrativo;

TA = Taxa de administração;
 C = Contribuições dos participantes;
 B = Benefícios dos assistidos;
 CP = Saldo de conta do participante.

7.3. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de patrocinador

Não existem contribuições de patrocinador. As contribuições de terceiros são facultativas e, quando existentes, são definidas por eles próprios.

7.4. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de participantes e assistidos

As contribuições dos participantes ativos são por estes definidas e os assistidos pagam contribuições administrativas, calculadas conforme metodologia descrita na seção do custo normal desta NTA.

7.5. Expressão de cálculo das provisões matemáticas

7.5.1. Benefícios Concedidos

$$RM_{APRGBC} = VPABF_{APRGBC}$$

$$RM_{APINVBC} = VPABF_{APINVBC}$$

$$RM_{PENBC} = VPABF_{PENBC}$$

Onde:

RM_{APRGBC} = Provisão matemática de renda programada.

$RM_{APINVBC}$ = Provisão matemática de renda por invalidez.

RM_{PENBC} = Provisão matemática de pensão.

7.5.2. Benefícios a Conceder

$$RM_{REBAC} = VPABF_{REBAC}$$

Onde:

RM_{REBAC} = Provisão matemática de rendas programadas e de risco.

7.6. Expressão de cálculo para apuração mensal das provisões matemáticas.

As provisões matemáticas mensais correspondem aos saldos de conta.

8. Metodologia e expressão de cálculo e evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo:

8.1. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a déficit equacionado

Não existem provisões matemáticas a constituir.

8.2. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a serviço passado

Não existem provisões matemáticas a constituir.

8.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades

Não existem provisões matemáticas a constituir.

8.4. Expressão de cálculo para evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo

Não existem provisões matemáticas a constituir.

9. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições normais

9.1. Expressão de cálculo das contribuições normais de participantes e assistidos

As contribuições de participantes ativos, correspondem a percentuais incidentes sobre os salários-de-participação, definidos no plano de custeio anual.

As contribuições normais de assistidos são constituídas por contribuições para o custeio administrativo, previstas no plano de custeio anual.

9.2. Expressão de cálculo da contribuição normal de patrocinador

Não existem contribuições de patrocinadores. As contribuições previstas no plano são de terceiros, sendo opcionais e definidas pelos mesmos.

10. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições extraordinárias

10.1. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos

Não existem contribuições extraordinárias.

10.2. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de patrocinador

Não existem contribuições extraordinárias.

11. Metodologia e expressão de cálculo referentes a destinação da reserva especial:

11.1. Expressão de cálculo para suspensão ou redução de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador

Não existe reserva especial no plano de benefícios.

11.2. Expressão de cálculo para melhoria de benefícios dos participantes e assistidos

Não existe reserva especial no plano de benefícios

11.3. Expressões de cálculo para reversões de valores aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador

Não existe reserva especial no plano de benefícios

11.4. Expressões de cálculo para evolução dos valores do Fundo de Reserva Especial para Revisão do Plano

Não existe reserva especial no plano de benefícios

12. Descrição dos fundos previdenciais

12.1. Finalidade, fontes de custeio e identificação dos eventos ou riscos associados

Não existem fundos previdenciais.

12.2. Regras de constituição e atualização de valores

Não existem fundos previdenciais.

12.3. Regras de reversões de valores

Não existem fundos previdenciais.

13. Metodologia e expressão de cálculo de institutos

13.1. Expressão de cálculo dos valores de resgate de contribuições

O resgate de contribuições é definido no regulamento do plano como sendo igual a 100% (cem por cento) do saldo das contas individuais vinculadas ao participante, podendo sacar até 20% dos valores oriundos de contribuições normais a cada dois anos, durante a fase contributiva, sem a obrigatoriedade de desligamento do plano.

13.2. Expressão de cálculo dos valores de portabilidade

A portabilidade corresponde à totalidade dos saldos de contas individuais vinculadas ao participante.

13.3. Expressão de cálculo dos valores de benefício proporcional diferido, considerando eventuais insuficiências de cobertura e eventuais aportes de recursos ocorridos durante o período de diferimento

O cálculo do benefício proporcional diferido será efetuado da mesma forma que o cálculo do benefício de renda programada, considerando-se o saldo de conta existente no momento em que for concedido o referido benefício.

13.4. Metodologia de atualização dos valores, incluindo as regras de atualização de benefício proporcional diferido e de resgate, este no caso de parcelamento.

O benefício proporcional diferido será calculado quando da concessão do benefício de renda programada ao participante com base na mesma metodologia aplicada àquele benefício.

14. Metodologia e expressão de cálculo de aporte inicial de patrocinador, joia de participante e assistido, bem como os respectivos métodos de financiamento.

Não aplicável.

15. Metodologia e expressão de cálculo de dotação inicial de patrocinador.

Não aplicável.

16. Descrição e detalhamento referente a contratação de seguro para cobertura de riscos decorrentes de invalidez de participante, morte de participante ou assistido, sobrevivência de assistido e desvios nas hipóteses biométricas

O regulamento do plano de benefícios prevê a contratação de seguro apenas para cobertura dos riscos de invalidez e morte, não havendo previsão para coberturas de sobrevivência e desvios nas hipóteses biométricas.

16.1. Invalidez e pensão por morte

Os capitais segurados serão definidos pelo participante ativo ou aposentado, com base em proposta de valores a serem apresentados pela companhia de seguros contratada e serão custeados por contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco, conforme estabelecido no plano de custeio.

16.2. Pecúlio por morte do participante

Os capitais segurados serão definidos pelo participante ativo ou aposentado, com base em proposta de valores a serem apresentados pela companhia de seguros contratada e serão custeados por contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco, conforme estabelecido no plano de custeio.

17. Metodologia de cálculo de provisões, reservas e fundos, quando se tratar de migração de participantes e assistidos de entre planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.

Não há previsão de migração de participantes e assistidos do plano de benefícios.

18. Metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais.

Não existem perdas e ganhos atuariais, pois se trata de um plano de contribuição definida.

19. Expressão e metodologia de cálculo dos fluxos de contribuições e de benefícios projetados referentes a:

19.1. Recebimentos de contribuições normais de assistidos

A projeção das contribuições normais dos assistidos é feita com base no valor da contribuição normal multiplicado pela probabilidade de ocorrência do fluxo (sobrevivência do aposentado ou do pensionista ou, ainda, em caso de futura pensão, da ocorrência de morte do ativo ou aposentado), conforme a expressão seguinte. As contribuições normais de assistidos se destinam exclusivamente ao custeio administrativo do plano de benefícios.

$$FCNA_{Ass_t} = CN_t \times {}_t p_x$$

Onde:

$FCNA_{Ass}$ = Fluxo individual de contribuições normais de assistido;

CN = Valor da contribuição normal de assistido;

${}_t p_x$ = Probabilidade de ocorrência do fluxo.

19.2. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)

Não existem contribuições normais de patrocinadora relativa a assistidos.

19.3. Recebimentos de contribuições extraordinárias de assistidos

Não existem contribuições extraordinárias relativas a assistidos.

19.4. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)

Não existem contribuições extraordinárias relativas a assistidos.

19.5. Recebimentos de contribuições normais de ativos

$$FCNA_{Atv_t} = CN_t \times p_x$$

Onde:

$FCNA_{Atv}$ = Fluxo individual de contribuições normais de ativo;

CN = Valor da contribuição normal de ativo;

${}_tP_x$ = Probabilidade de ocorrência do fluxo.

19.6. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)

Não existem contribuições normais de patrocinador.

19.7. Recebimentos de contribuições extraordinárias de ativo

Não existem contribuições extraordinárias relativas a participantes ativos.

19.8. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)

Não existem contribuições extraordinárias relativas a patrocinador.

19.9. Pagamentos de benefícios programados e não programados

A projeção dos benefícios programados e não programados é feita com base no valor do benefício (renda de pensão ou de aposentadoria) e na probabilidade de ocorrência do fluxo (sobrevivência do aposentado ou do pensionista ou, ainda, em caso de futura pensão, da ocorrência de morte do ativo ou aposentado), conforme a expressão seguinte.

$$FBAss_t = BEN_t \times {}_tP_x$$

Onde:

$FBAss$ = Fluxo individual de contribuições normais de assistido;

BEN = Valor do benefício;

${}_tP_x$ = Probabilidade de ocorrência do fluxo.

19.10. Pagamentos de resgates

Por se tratar de um plano de benefícios na modalidade de contribuição definida, adota-se taxa de rotatividade nula e, portanto, não são elaboradas projeções de resgate.

19.11. Pagamentos de portabilidades

Por se tratar de um plano de benefícios na modalidade de contribuição definida, adota-se taxa de rotatividade nula e, portanto, não são elaboradas projeções de portabilidade.

20. Expressão de cálculo das anuidades atuariais ou fatores atuariais para concessão dos benefícios quando decorrentes de saldos individuais, especificando a reversões em pensão ou pecúlio, quando for o caso, na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável.

Os benefícios são calculados como percentual do saldo de conta ou por prazo certo, não havendo necessidade de anuidades ou fatores atuariais.

21. Glossário da simbologia e terminologia técnicas atuariais utilizadas

As definições das variáveis e nomenclaturas atuarias se encontram nas seções específicas desta nota técnica, juntamente com as formulações matemáticas respectivas.

ADERÊNCIA DOS ITENS DA NTA AO ÍNDICE DA IN PREVIC 27/15

Tópico	Item da NTA
1. Objetivo	1
2. Descrição das características das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas	2
2.1. Tábuas biométricas	2.1
2.1.1. Tábua de mortalidade geral	2.1
2.1.2. Tábua de mortalidade de inválidos	2.1
2.1.3. Tábua de entrada em invalidez	2.1
2.1.4. Tábua de morbidez	2.1
2.1.5. Outras tábuas biométricas	2.1
2.2. Rotatividade	2.2
2.3. Descrição e metodologia de cálculo do modelo decremental adotado	2.3
2.4. Composição da família de pensionistas	2.4
2.5. Taxa real anual de juros	2.5
2.6. Inflação futura	2.6
2.7. Projeção de crescimento real dos salários	2.7
2.8. Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	2.8
2.9. Projeção de crescimento real dos benefícios da previdência oficial	2.9
2.10. Fator de capacidade salarial	2.10
2.11. Fator de capacidade de benefícios	2.11
2.12. Indexador do plano de benefícios	2.12
2.13. Entrada em aposentadoria	2.13
2.14. Outras hipóteses atuariais	2.14
3. Modalidade do plano e de cada benefício constante do regulamento	3
3.1. Benefícios na modalidade de benefício definido	3.1
3.2. Benefícios na modalidade de contribuição definida	Não existem benefícios na modalidade CD
3.3. Benefícios na modalidade de contribuição variável	3.3
4. Regimes financeiros e métodos de financiamento dos benefícios do plano	4
4.1. Benefícios em regime financeiro de repartição simples	4.1

Tópico	Item da NTA
4.2. Benefícios em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura	Não existem benefícios em RCC
4.3. Benefícios em regime financeiro de capitalização, com indicação do método de financiamento adotado	4.3
5. Metodologia e expressão e cálculo do valor inicial dos benefícios do plano na data de concessão, bem como sua forma de reajuste e de revisão de valor	5
6. Metodologia e expressão de cálculo do custo normal	6
7. Metodologia e expressão de cálculo e apuração mensal das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder	7
7.1. Expressão de cálculo do valor atual dos benefícios futuros	7.1
7.2. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de patrocinador	7.3
7.3. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de participantes e assistidos	7.4
7.4. Expressão de cálculo das provisões matemáticas	7.5
7.5 Expressão de cálculo para apuração mensal das provisões matemáticas	7.5
8. Expressão de cálculo e evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo	8
8.1. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a déficit equacionado	8.1
8.2. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a serviço passado	8.2
8.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades	8.3
8.4. Expressão de cálculo para evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo	8.4
9. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições normais	9
9.1. Expressão de cálculo das contribuições normais de participantes e assistidos	9.1
9.2. Expressão de cálculo da contribuição normal de	9.2

Tópico	Item da NTA
patrocinador	
10. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições extraordinárias	10
10.1. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos	10.1
10.2. Expressão de cálculo da contribuição extraordinária de patrocinador	10.2
11. Metodologia e expressão de cálculo referentes à destinação da reserva especial	11
11.1. Expressão de cálculo para suspensão ou redução de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador	11.1
11.2. Expressão de cálculo para melhoria de benefícios aos participantes e assistidos	11.2
11.3. Expressões de cálculo para reversão de valores aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador	11.3
11.4. Expressão de cálculo para evolução dos valores do Fundo de Reserva Especial para Revisão do Plano	11.4
12. Descrição dos fundos previdenciais	12
12.1. Finalidade, fontes e custeio e identificação dos eventos ou riscos associados	12.1
12.2. Regras de constituição e atualização de valores	12.2
12.3. Regras de reversão de valores	12.3
13. Metodologia e expressão de cálculo de institutos	13
13.1. Expressão de cálculo dos valores de resgate de contribuições	13.1
13.2. Expressão de cálculo dos valores de portabilidade	13.2
13.3. Expressão de cálculo dos valores de benefícios proporcional diferido, considerando eventuais insuficiências de cobertura e eventuais aportes ocorridos durante o período de diferimento	13.3
13.4. Metodologia de atualização dos valores, incluindo as regras de atualização de benefício proporcional diferido e de resgate, este no caso de parcelamento	13.4

Tópico	Item da NTA
14. Metodologia e expressão de cálculo de aporte inicial de patrocinador, joia de participante e assistido, bem como dos respectivos métodos de financiamento	14
15. Metodologia e expressão de cálculo de dotação inicial de patrocinador	15
16. Descrição e detalhamento referente à contratação de seguro para coberturas de riscos decorrentes de:	16
16.1. Invalidez de participante	16.1
16.2. Morte de participante ou assistido	16.1
16.3. Sobrevivência de assistido	16
16.4. Desvios nas hipóteses biométricas	16
17. Metodologia de cálculo de provisões, reservas e fundos, quando se tratar de migração de participantes e assistidos entre planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar	17
18. Metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais	18
19. Expressão e metodologia de cálculo dos fluxos de contribuições e de benefícios projetados referentes a:	19
19.1. Recebimentos de contribuições normais de assistidos	19.1
19.2. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)	19.2
19.3. Recebimentos de contribuições extraordinárias de assistidos	19.3
19.4. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)	19.4
19.5. Recebimentos de contribuições normais de ativos	19.5
19.6. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)	19.6
19.7. Recebimentos de contribuições extraordinárias de ativos	19.7

Tópico	Item da NTA
19.8. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)	19.8
19.9. Pagamentos de benefícios programados	19.9
19.10. Pagamentos de benefícios não programados	19.10
19.11. Pagamentos de resgates	19.11
19.12. Pagamentos de portabilidades	19.12
20. Expressão de cálculo das anuidades atuariais ou fatores atuariais para concessão dos benefícios quando decorrentes de saldos individuais, especificando a reversão em pensão ou pecúlio, quando for o caso, na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável	20
21. Glossário da simbologia e terminologia técnicas atuariais utilizadas	21

PARECER ATUARIAL

O presente parecer foi elaborado com o objetivo apresentar as considerações do atuário responsável pelo plano de benefícios acerca das alterações a serem promovidas no regulamento do plano de benefícios denominado Família Ceres, com vistas à inserir previsão de contratação de seguro, junto à entidade seguradora, para a cobertura de riscos relacionados com a morte dos participantes e assistidos.

Além de aperfeiçoamentos redacionais, as alterações estão sendo procedidas de forma a incluir a possibilidade de contratação de coberturas securitárias para os aposentados do plano de benefícios relativas a benefícios decorrentes de morte e invalidez.

Procede-se, ainda, a alteração na forma de cálculo do capital segurado, permitindo ao participante ou ao assistido maior flexibilidade na definição do montante desse capital, observadas as possibilidades apresentadas na apólice de seguro. Dessa forma, estimula-se o participante ou aposentado a planejar de forma mais efetiva sua cobertura previdenciária, ajustando o capital segurado às suas necessidades.

Em nossa avaliação, as alterações produzidas atendem ao disposto na Resolução nº 17, de 30/03/2015, do CNPC, que regulamenta a contratação de seguro para planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar, bem como à instrução nº 7 da Previc, que detalha os procedimentos a serem adotados na contratação dos referidos seguros.

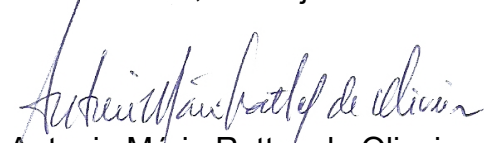
Dessa forma, a nova redação proporciona mais flexibilidade ao plano de benefícios, permitindo à entidade buscar no mercado segurador apólice que proveja a desejada cobertura securitária a um custo que seja viável para os participantes.

Com as alterações, adequa-se o regulamento ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 17/2015, onde se determina que o regulamento deverá prever a possibilidade de contratação do seguro, devendo a sua efetivação ser precedida de estudos técnicos que demonstrem a viabilidade econômico-financeira e aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

Diante do exposto, consideramos que as alterações propostas possibilitam a extensão da cobertura securitária para os assistidos e maior flexibilidade no planejamento previdencial dos participantes e assistidos, compatibilizando o capital segurado com as necessidades previdenciais de cada indivíduo e sua família. Em termos de risco atuarial, não vislumbramos qualquer impacto negativo, sendo que as alterações e a consequente contratação de seguros proverá o plano de maior segurança contra riscos atuariais.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 17 de julho de 2020.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
Atuário MIBA 1162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO
RATTES DE OLIVEIRA:
25945068349
Data: 2020-07-20 14:05:03

PARECER GEJUR Nº 04/2020

EMENTA: ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS FAMÍLIA CERES. LEGALIDADE.

Visando atender solicitação do Diretor Superintendente, passamos a nos pronunciar, na forma abaixo, sobre a proposta de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios denominado de Família Ceres, dos Instituidores Anapec e Amaer, nos seguintes termos:

O que se pretende alterar no regulamento é o limite mínimo e máximo para cobertura dos benefícios de risco, para vincular com a apólice do seguro contratado para tanto, com a exclusão dos parágrafos 1º a 5º do artigo 48 e a alteração de redação parágrafo primeiro do artigo 48, transformando-o em parágrafo único.

A proposta prevê, ainda, a mudança de redação do §º1 do artigo 14, que retira a correção da contribuição do participante pelo INPC e deixa o valor aberto a ser escolhido e alterado por ele a qualquer tempo, observado o mínimo constante do plano de custeio anual, artigo 14, e a previsão da apólice.

Incluiu-se, ainda, a possibilidade de contratação de seguro de benefícios de risco pelo assistido, com a alteração dos artigos pertinentes.

Posto isso, tratando-se da legalidade das alterações propostas, informamos que a possibilidade de alteração de regulamento de plano de benefício está assegurada pelo artigo 17 da Lei Complementar 109/01 e pelo regulamento sob análise, no artigo 56, sendo que as alterações propostas encontram amparo na Resolução CNPC 17/2015 e na Instrução Previc 7/2018.

Acrescente-se, na forma do disposto no art. 9º, §1º, inciso III da Portaria Previc nº 866/2018, que estão sendo observados o direito adquirido e o direito acumulado de todos os participantes e assistidos e não estão sendo contrariados os objetivos do Estatuto da Ceres, requisitos impostos pelo próprio regulamento que se pretende alterar.

Desta forma, concluímos serem legais as alterações pretendidas no regulamento do Plano de Benefícios Família Ceres, das instituidoras Anapec e Amaer, na forma proposta.

É o nosso parecer.

Brasília - DF, 22 de junho de 2020

Fernando Nunes Simões

Gerente Jurídico

Ceres - Fundação de Seguridade Social

SHCN-CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70.832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31

Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: atende@ceres.org.br

Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Regulamento Vigente	Justificativa da alteração	Regulamento Proposto
GLOSSÁRIO		GLOSSÁRIO
Assistido – Participante ou Beneficiário em gozo de renda de prestação continuada no Plano.		Assistido – Participante ou Beneficiário em gozo de renda de prestação continuada no Plano.
Autopatrocínio – Instituto legal que faculta ao Participante a manutenção do valor de sua contribuição e a de terceiros, se houver, em caso de cessação do vínculo associativo com o Instituidor, de modo a permitir a percepção futura de rendas nos níveis anteriormente praticados, observado o regulamento do Plano de Benefícios.		Autopatrocínio – Instituto legal que faculta ao Participante a manutenção do valor de sua contribuição e a de terceiros, se houver, em caso de cessação do vínculo associativo com o Instituidor, de modo a permitir a percepção futura de rendas nos níveis anteriormente praticados, observado o regulamento do Plano de Benefícios.
Beneficiário – Pessoa designada pelo Participante, inscrita no Plano de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de renda por morte e pecúlio por morte.		Beneficiário – Pessoa designada pelo Participante, inscrita no Plano de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de renda por morte e pecúlio por morte.
Benefício Proporcional Diferido – Instituto legal que faculta ao Participante, em razão da cessação do seu vínculo associativo com o Instituidor, antes da aquisição do direito à renda programada mensal plena prevista no Plano, a interrupção de suas contribuições para o custeio desta renda programada, optar por receber, em tempo futuro, uma renda programada mensal, quando do preenchimento dos requisitos exigidos.		Benefício Proporcional Diferido – Instituto legal que faculta ao Participante, em razão da cessação do seu vínculo associativo com o Instituidor, antes da aquisição do direito à renda programada mensal plena prevista no Plano, a interrupção de suas contribuições para o custeio desta renda programada, optar por receber, em tempo futuro, uma renda programada mensal, quando do preenchimento dos requisitos exigidos.
Capital Segurado – Valor definido individualmente pelo participante, contratado pela Ceres junto à Sociedade Seguradora, que na ocorrência do sinistro de invalidez ou morte, de acordo com as regras da Apólice, será transferido para a Ceres e creditado na Conta Seguro Renda e/ou Conta Seguro Pecúlio.		Capital Segurado – Valor definido individualmente pelo participante, contratado pela Ceres junto à Sociedade Seguradora, que na ocorrência do sinistro de invalidez ou morte, de acordo com as regras da Apólice, será transferido para a Ceres e creditado na Conta Seguro Renda e/ou Conta Seguro Pecúlio.
Conselho Deliberativo – É a instância máxima da EFPC, responsável pela definição das políticas e estratégias, dentre as quais a política geral de administração		Conselho Deliberativo – É a instância máxima da EFPC, responsável pela definição das políticas e estratégias, dentre as quais a política geral de administração

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

da EFPC e de seus planos de benefícios, conforme disposto em seu Estatuto Social.		da EFPC e de seus planos de benefícios, conforme disposto em seu Estatuto Social.
Contribuição Básica de Participante – Contribuição mensal paga pelo Participante com a finalidade de prover o pagamento de renda programada e o custeio administrativo.		Contribuição Básica de Participante – Contribuição mensal paga pelo Participante com a finalidade de prover o pagamento de renda programada e o custeio administrativo.
Contribuição Básica Líquida de Participante – Contribuição básica descontada da Taxa de Carregamento.		Contribuição Básica Líquida de Participante – Contribuição básica descontada da Taxa de Carregamento.
Contribuição Adicional de Participante – Contribuição mensal paga pelo Participante, para garantia do Capital Segurado, destinada a dar cobertura às rendas e pecúlio de risco, para aquele que optar por esta cobertura.		Contribuição Adicional de Participante – Contribuição mensal paga pelo Participante, para garantia do Capital Segurado, destinada a dar cobertura às rendas e pecúlio de risco, para aquele que optar por esta cobertura.
Contribuição Esporádica de Participante – Contribuição voluntária e esporádica paga pelo Participante.		Contribuição Esporádica de Participante – Contribuição voluntária e esporádica paga pelo Participante.
Contribuição de Terceiros – Contribuição facultativa realizada por empregadores em relação a seus empregados, instituidores em relação a seus associados ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.		Contribuição de Terceiros – Contribuição facultativa realizada por empregadores em relação a seus empregados, instituidores em relação a seus associados ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.
Contas – Contas individuais onde serão creditadas as contribuições e portabilidades dos Participantes e de Terceiros e eventuais indenizações da Sociedade Seguradora.		Contas – Contas individuais onde serão creditadas as contribuições e portabilidades dos Participantes e de Terceiros e eventuais indenizações da Sociedade Seguradora.
Conta Participante – Constituída dos recursos obtidos das Contribuições Básica Líquida e Esporádica de Participante, acrescidas dos retornos dos investimentos.		Conta Participante – Constituída dos recursos obtidos das Contribuições Básica Líquida e Esporádica de Participante, acrescidas dos retornos dos investimentos.
Conta Terceiros – Constituída pelas Contribuições aportadas ao plano por terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, descontadas as Taxas de Carregamento, acrescidas dos retornos dos investimentos.		Conta Terceiros – Constituída pelas Contribuições aportadas ao plano por terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, descontadas as Taxas de Carregamento, acrescidas dos retornos dos investimentos.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Conta Portabilidade – Constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, conforme a origem.		Conta Portabilidade – Constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, conforme a origem.
Conta Seguro Renda – Constituída pela indenização do Seguro de eventual invalidez ou morte do participante, destinado à cobertura da renda de invalidez ou renda de pensão por morte.		Conta Seguro Renda – Constituída pela indenização do Seguro de eventual invalidez ou morte do participante ou do participante assistido , destinado à cobertura da renda de invalidez ou renda de pensão por morte.
Conta Renda – Soma dos saldos da Conta Participante, da Conta Terceiros, da Conta Portabilidade e da Conta Seguro Renda.		Conta Renda – Soma dos saldos da Conta Participante, da Conta Terceiros, da Conta Portabilidade e da Conta Seguro Renda.
Conta Seguro Pecúlio – Constituída pela indenização do Seguro de eventual morte do participante, destinado à cobertura do pecúlio por morte.		Conta Seguro Pecúlio – Constituída pela indenização do Seguro de eventual morte do participante ou do participante assistido , destinado à cobertura do pecúlio por morte.
Conta Assistido Renda – Constituída pela transferência da integralidade do saldo da Conta Renda, por ocasião da concessão de uma das rendas mensais de que tratam este Regulamento.		Conta Assistido Renda – Constituída pela transferência da integralidade do saldo da Conta Renda, por ocasião da concessão de uma das rendas mensais de que tratam este Regulamento.
Conta Assistido Pecúlio – Constituída pela transferência da integralidade do saldo da Conta Seguro Pecúlio, por ocasião da concessão do pecúlio de que trata este Regulamento.		Conta Assistido Pecúlio – Constituída pela transferência da integralidade do saldo da Conta Seguro Pecúlio, por ocasião da concessão do pecúlio de que trata este Regulamento.
Diretoria-Executiva – Órgão responsável pela administração da EFPC e dos planos de benefícios, observada a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo, conforme definido no Estatuto Social.		Diretoria-Executiva – Órgão responsável pela administração da EFPC e dos planos de benefícios, observada a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo, conforme definido no Estatuto Social.
Entidade – Ceres – Fundação de Seguridade Social.		Entidade – Ceres – Fundação de Seguridade Social.
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar que tem por objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.		EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar que tem por objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Extrato de Desligamento – Documento fornecido pela EFPC ao Participante que tiver cessado o seu vínculo associativo com o Instituidor, para subsidiar sua opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate.		Extrato de Desligamento – Documento fornecido pela EFPC ao Participante que tiver cessado o seu vínculo associativo com o Instituidor, para subsidiar sua opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate.
Fundo Administrativo – Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração do Plano.		Fundo Administrativo – Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração do Plano.
Índice de Reajuste do Plano ou Índice de Reajuste – INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou índice que venha a substituí-lo.		Índice de Reajuste do Plano ou Índice de Reajuste – INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou índice que venha a substituí-lo.
Participante – Pessoa física que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor adere ao Plano administrado pela EFPC, nos termos e condições previstas neste Regulamento.		Participante – Pessoa física que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor adere ao Plano administrado pela EFPC, nos termos e condições previstas neste Regulamento.
Instituidor – Toda pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial que instituir este Plano ou aderir a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.		Instituidor – Toda pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial que instituir este Plano ou aderir a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.
Plano ou Plano de Benefícios – Conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais aos seus participantes e beneficiários, mediante a formação de poupança decorrente de contribuições dos Participantes e eventualmente de terceiros, e pela rentabilidade dos investimentos.		Plano ou Plano de Benefícios – Conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais aos seus participantes e beneficiários, mediante a formação de poupança decorrente de contribuições dos Participantes e eventualmente de terceiros, e pela rentabilidade dos investimentos.
Portabilidade – Instituto legal que faculta ao Participante, antes de entrar em gozo de benefício, optar por transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado neste Plano para outro plano de benefícios de caráter		Portabilidade – Instituto legal que faculta ao Participante, antes de entrar em gozo de benefício, optar por transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado neste Plano para outro plano de benefícios de caráter previdenciário

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.		operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.
Pecúlio de Risco – Pecúlio de risco por morte de prestação única assegurado pelo Plano.		Pecúlio de Risco – Pecúlio de risco por morte de prestação única assegurado pelo Plano.
Quota patrimonial ou Quota – Significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação corresponde a uma representação da rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.		Quota patrimonial ou Quota – Significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação corresponde a uma representação da rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.
Renda Programada – Renda programada de prestação mensal continuada assegurada pelo Plano.		Renda Programada – Renda programada de prestação mensal continuada assegurada pelo Plano.
Rendas de Risco – Renda de invalidez ou renda de pensão por morte de prestação mensal continuada assegurada pelo Plano.		Rendas de Risco – Renda de invalidez ou renda de pensão por morte de prestação mensal continuada assegurada pelo Plano.
Regulamento do Plano Família Ceres ou Regulamento – Documento que define os direitos e obrigações dos membros do Plano, com as alterações que lhe forem introduzidas.		Regulamento do Plano Família Ceres ou Regulamento – Documento que define os direitos e obrigações dos membros do Plano, com as alterações que lhe forem introduzidas.
Resgate – Instituto legal que faculta ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento do Plano, nas condições previstas neste Regulamento		Resgate – Instituto legal que faculta ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento do Plano, nas condições previstas neste Regulamento
Saldo Total – Soma da Conta Participante, Conta Terceiros, Conta Portabilidade e Conta Seguro Renda, para cada Participante, que servirá de base para cálculo das rendas e institutos no Plano.		Saldo Total – Soma da Conta Participante, Conta Terceiros, Conta Portabilidade e Conta Seguro Renda, para cada Participante, que servirá de base para cálculo das rendas e institutos no Plano.
	Inclusão de definição	Sociedade Seguradora – entidade autorizada a pactuar contrato de seguro para cobertura dos riscos de invalidez, de morte ou de sobrevivência, de

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

		desvio das hipóteses biométricas referentes aos participantes ou aos assistidos na forma desse regulamento.
Taxa de Administração – Percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios.		Taxa de Administração – Percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios.
Taxa de Carregamento – Percentual incidente sobre o valor das contribuições básica e de terceiros e sobre o valor das rendas de prestação continuada do Plano.		Taxa de Carregamento – Percentual incidente sobre o valor das contribuições básica e de terceiros e sobre o valor das rendas de prestação continuada do Plano.
Terceiros – Instituidor que constituiu o plano de benefícios, instituidores que aderirem ao plano de benefícios, empregadores dos seus empregados que se tornarem participantes do plano de benefícios constituído pelo Instituidor, e demais pessoas jurídicas que celebrarem instrumento contratual específico, junto com a Entidade, com objetivo de contribuir para um ou mais participantes do plano de benefícios constituído pelo Instituidor.		Terceiros – Instituidor que constituiu o plano de benefícios, instituidores que aderirem ao plano de benefícios, empregadores dos seus empregados que se tornarem participantes do plano de benefícios constituído pelo Instituidor, e demais pessoas jurídicas que celebrarem instrumento contratual específico, junto com a Entidade, com objetivo de contribuir para um ou mais participantes do plano de benefícios constituído pelo Instituidor.
Termo de Opção – Documento por meio do qual o Participante exerce opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, nas condições previstas neste Regulamento.		Termo de Opção – Documento por meio do qual o Participante exerce opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, nas condições previstas neste Regulamento.
Valor de Referência (VR) – Corresponde ao valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social e é utilizado como parâmetro na concessão e manutenção das rendas.		Valor de Referência (VR) – Corresponde ao valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social e é utilizado como parâmetro na concessão e manutenção das rendas.
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
DA FINALIDADE		DA FINALIDADE
Artigo 1º - Este Regulamento tem por finalidade instituir o Plano Família Ceres, doravante denominado Plano, para os associados e membros dos Instituidores, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada Entidade.		Artigo 1º - Este Regulamento tem por finalidade instituir o Plano Família Ceres, doravante denominado Plano, para os associados e membros dos Instituidores, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Parágrafo único - O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.		Parágrafo único - O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
DOS MEMBROS		DOS MEMBROS
Artigo 2º - São membros do Plano:		Artigo 2º - São membros do Plano:
I - o(s) Instituidor(es);		I - o(s) Instituidor(es);
II - os Participantes;		II - os Participantes;
III - os Assistidos; e		III - os Assistidos; e
IV - os Beneficiários.		IV - os Beneficiários.
Seção I		Seção I
Dos Instituidores		Dos Instituidores
Artigo 3º - Considera-se Instituidor a pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial, que instituir este Plano ou aderir a este Plano, mediante celebração de convênio ou termo de adesão.		Artigo 3º - Considera-se Instituidor a pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial, que instituir este Plano ou aderir a este Plano, mediante celebração de convênio ou termo de adesão.
Seção II		Seção II
Dos Participantes e Assistidos		Dos Participantes e Assistidos
Artigo 4º - Considera-se Participante:		Artigo 4º - Considera-se Participante:
I - aquele que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor venha aderir ao plano e a ele permaneça vinculado;		I - aquele que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor venha aderir ao plano e a ele permaneça vinculado;
II - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e		II - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

III - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.		III - aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.
Artigo 5° - Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de renda de prestação continuada assegurado pelo Plano.		Artigo 5° - Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de renda de prestação continuada assegurado pelo Plano.
Seção III		Seção III
Dos Beneficiários		Dos Beneficiários
Artigo 6° - São Beneficiários do Participante as pessoas por ele designadas, inscritas no Plano de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de renda de pensão por morte e/ou pecúlio por morte.		Artigo 6° - São Beneficiários do Participante as pessoas por ele designadas, inscritas no Plano de Benefícios, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de renda de pensão por morte e/ou pecúlio por morte.
Seção IV		Seção IV
Da Inscrição		Da Inscrição
Artigo 7° - A inscrição do Participante no Plano é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela Entidade, sendo pressuposto indispensável à obtenção de qualquer renda, pecúlio ou direito a instituto por ele assegurado.		Artigo 7° - A inscrição do Participante no Plano é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela Entidade, sendo pressuposto indispensável à obtenção de qualquer renda, pecúlio ou direito a instituto por ele assegurado.
Artigo 8° - O Participante deverá, por meio do formulário de inscrição, mencionado no artigo 7º, indicar a idade provável na qual estima receber a renda programada, que servirá de base para estimativa da meta projetada dessa renda e da meta projetada da renda referente ao risco de invalidez ou morte, podendo, anualmente, alterar a supracitada idade, por meio de formulário próprio fornecido pela Entidade.		Artigo 8° - O Participante deverá, por meio do formulário de inscrição, mencionado no artigo 7º, indicar a idade provável na qual estima receber a renda programada, que servirá de base para estimativa da meta projetada dessa renda e da meta projetada da renda referente ao risco de invalidez ou morte, podendo, anualmente, alterar a supracitada idade, por meio de formulário próprio fornecido pela Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

§ 1º - No ato da inscrição o Participante deverá autorizar a cobrança das contribuições de que trata este Regulamento, mediante débito em conta corrente, boleto bancário, desconto em folha de pagamento ou outra forma acordada.		§ 1º - No ato da inscrição o Participante deverá autorizar a cobrança das contribuições de que trata este Regulamento, mediante débito em conta corrente, boleto bancário, desconto em folha de pagamento ou outra forma acordada.
§ 2º - No ato da inscrição será entregue ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano.		§ 2º - No ato da inscrição será entregue ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano.
§ 3º - Com exceção do certificado, os demais documentos poderão ser disponibilizados em meio magnético.		§ 3º - Com exceção do certificado, os demais documentos poderão ser disponibilizados em meio magnético.
§ 4º - O certificado deverá conter: I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante; II - os requisitos de elegibilidade; e III - as formas de cálculo das rendas e pecúlio.		§ 4º - O certificado deverá conter: I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante; II - os requisitos de elegibilidade; e III - as formas de cálculo das rendas e pecúlio.
Artigo 9º - O Participante poderá inscrever seus Beneficiários no ato da sua inscrição, mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.		Artigo 9º - O Participante poderá inscrever seus Beneficiários no ato da sua inscrição, mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.
§1º - O Participante poderá atualizar a qualquer momento o rol de seus Beneficiários, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.		§1º - O Participante poderá atualizar a qualquer momento o rol de seus Beneficiários, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

§2º - Ocorrendo falecimento do participante, mesmo na fase de recebimento de renda, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, o saldo total das contas individuais remanescente, na época, será dos herdeiros legais.		§2º - Ocorrendo falecimento do participante, mesmo na fase de recebimento de renda, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, o saldo total das contas individuais remanescente, na época, será dos herdeiros legais.
Seção V		Seção V
Do cancelamento da Inscrição		Do cancelamento da Inscrição
Artigo 10 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que: I - requerer; II - falecer; III - optar pelo instituto da Portabilidade; ou IV - optar pelo instituto do Resgate.		Artigo 10 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que: I - requerer; II - falecer; III - optar pelo instituto da Portabilidade; ou IV - optar pelo instituto do Resgate.
Artigo 11 - Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação, observado o disposto no artigo 45.		Artigo 11 - Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação, observado o disposto no artigo 45.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS		DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS
Artigo 12 - O custeio das rendas, programada e de risco, e de pecúlio assegurados pelo Plano de Benefícios será atendido por contribuições dos participantes, de terceiros e pelo resultado líquido das aplicações desses recursos.		Artigo 12 - O custeio das rendas, programada e de risco, e de pecúlio assegurados pelo Plano de Benefícios será atendido por contribuições dos participantes, de terceiros e pelo resultado líquido das aplicações desses recursos.
Artigo 13 - Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita:		Artigo 13 - Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita:

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

I – Contribuição Básica de Participante, para cobertura da Renda Programada do Participante;		I – Contribuição Básica de Participante, para cobertura da Renda Programada do Participante;
II – Contribuição Esporádica de Participante, para reforçar a Renda Programada do Participante;		II – Contribuição Esporádica de Participante, para reforçar a Renda Programada do Participante;
III – Contribuição Adicional de Participante, para cobertura de Rendas e Pecúlio de Risco do Participante;		III – Contribuição Adicional de Participante, para cobertura de Rendas e Pecúlio de Risco do Participante;
IV - Contribuição de Terceiros;		IV - Contribuição de Terceiros;
V - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;		V - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;
VI - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e		VI - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e
VII - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.		VII - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.
CAPÍTULO IV		CAPÍTULO IV
DAS CONTRIBUIÇÕES		DAS CONTRIBUIÇÕES
Artigo 14 - A Contribuição Básica de Participante, mensal, para o custeio da Renda Programada, será em valor livremente por ele escolhido, observado o valor mínimo fixado no plano de custeio anual.	Ajuste de redação	Artigo 14 - A Contribuição Básica de Participante, mensal, para o custeio da Renda Programada, será o valor livremente por ele escolhido, observado o valor mínimo fixado no plano de custeio anual.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

<p>§1º - Anualmente, o valor da contribuição básica, escolhido pelo Participante, será corrigido pelo INPC, acumulado no período referente aos últimos 12 meses de vinculação ao plano, como sugestão para manutenção do valor real, podendo o Participante, a qualquer tempo, conforme parágrafo anterior, alterar o valor da contribuição.</p>	<p>Alteração de redação para deixar a contribuição variável conforme a escolha do Participante.</p>	<p>§1º - O Participante poderá avaliar a previsão do valor do benefício por ele simulado, para alterar o valor da contribuição, a qualquer tempo.</p> <p>§1º - Anualmente, o valor da contribuição básica, escolhido pelo Participante, será corrigido pelo INPC, acumulado no período referente aos últimos 12 meses de vinculação ao plano, como sugestão para manutenção do valor real, podendo o Participante, a qualquer tempo, conforme parágrafo anterior, alterar o valor da contribuição.</p>
<p>§2º - No formulário de inscrição, o participante deverá indicar o valor escolhido de sua contribuição, e poderá alterá-lo, a qualquer momento, por meio de formulário disponibilizado pela Entidade, observando o mínimo previsto no caput.</p>		<p>§2º - No formulário de inscrição, o participante deverá indicar o valor escolhido de sua contribuição, e poderá alterá-lo, a qualquer momento, por meio de formulário disponibilizado pela Entidade, observando o mínimo previsto no caput.</p>
<p>Artigo 15 - A Contribuição Esporádica de Participante, para reforço do custeio da Renda Programada, será em valor livremente por ele escolhido e recolhido, a qualquer tempo.</p>		<p>Artigo 15 - A Contribuição Esporádica de Participante, para reforço do custeio da Renda Programada, será em valor livremente por ele escolhido e recolhido, a qualquer tempo.</p>
<p>Artigo 16 - A Contribuição Adicional de Participante, mensal, para aquele que optar, a qualquer tempo, por meio de formulário próprio da Entidade, pela cobertura referente aos sinistros de invalidez e/ou morte, para garantia do Capital Segurado, mediante contrato firmado entre a Ceres e a Sociedade Seguradora, será destinada ao custeio das rendas de invalidez e pensão por morte e pecúlio por morte.</p>	<p>Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.</p>	<p>Artigo 16 - A Contribuição Adicional de Participante e de Assistido, mensal, para aquele que optar, a qualquer tempo, por meio de formulário próprio da Entidade, pela cobertura referente aos sinistros de invalidez e/ou morte, para garantia do Capital Segurado, mediante contrato firmado entre a Ceres e a Sociedade Seguradora, será destinada ao custeio das rendas de invalidez e pensão por morte e pecúlio por morte.</p>

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

<p>Parágrafo Único - A possibilidade de adesão ao Seguro, dependerá do perfil etário do participante, em função das regras fixadas pela Sociedade Seguradora e pela legislação vigente, sendo que poderá ser contratado a cobertura para a renda de invalidez, renda de pensão por morte ou de pecúlio por morte, de forma conjunta ou segregada, em relação à cada participante, de acordo com a nota técnica atuarial</p>	<p>Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.</p>	<p>Parágrafo Único - A possibilidade de adesão ao Seguro, dependerá do perfil etário do participante e do participante Assistido, em função das regras fixadas pela Sociedade Seguradora e pela legislação vigente, sendo que poderá ser contratado a cobertura para a renda de invalidez, renda de pensão por morte ou de pecúlio por morte, de forma conjunta ou segregada, em relação à cada participante e participante Assistido, de acordo com a nota técnica atuarial</p>
<p>Artigo 17 - O plano poderá receber Contribuição de Terceiros realizada por empregadores em relação a seus empregados, instituidores em relação a seus associados ou membros, ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.</p>		<p>Artigo 17 - O plano poderá receber Contribuição de Terceiros realizada por empregadores em relação a seus empregados, instituidores em relação a seus associados ou membros, ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.</p>
<p>Artigo 18 - As parcelas das contribuições para o plano, referentes à cobertura do Capital Segurado e do custo administrativo, deverão ser recolhidas à Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, por terem caráter mutualista.</p>		<p>Artigo 18 - As parcelas das contribuições para o plano, referentes à cobertura do Capital Segurado e do custo administrativo, deverão ser recolhidas à Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, por terem caráter mutualista.</p>

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

<p>§1º - A parcela da contribuição para o plano, referente à cobertura da renda programada, tem como data de repasse também o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, porém caso não seja recolhida, não terá penalidade, uma vez que esta parcela da contribuição tem caráter individualista, não gerando impacto ao grupo de participante pelo não recolhimento.</p>		<p>§1º - A parcela da contribuição para o plano, referente à cobertura da renda programada, tem como data de repasse também o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência, porém caso não seja recolhida, não terá penalidade, uma vez que esta parcela da contribuição tem caráter individualista, não gerando impacto ao grupo de participante pelo não recolhimento.</p>
<p>§2º - No caso de não ser recolhida pelo Participante, a parcela da contribuição referente à cobertura do custo administrativo, custeada pela Taxa de Carregamento, conforme §1º do artigo 19, a Ceres compensará a ausência do custeio dessa parcela da despesa administrativa com a cobrança de uma Taxa de Administração específica, incidente sobre o saldo das contas individuais do Participante, apurado ao final de cada mês, cujo percentual será definido anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.</p>		<p>§2º - No caso de não ser recolhida pelo Participante, a parcela da contribuição referente à cobertura do custo administrativo, custeada pela Taxa de Carregamento, conforme §1º do artigo 19, a Ceres compensará a ausência do custeio dessa parcela da despesa administrativa com a cobrança de uma Taxa de Administração específica, incidente sobre o saldo das contas individuais do Participante, apurado ao final de cada mês, cujo percentual será definido anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.</p>
<p>§3º - No caso de não ser recolhida a parcela da contribuição referente à cobertura do Capital Segurado, estará automaticamente cancelada a cobertura deste Capital referente às rendas de invalidez e de pensão por morte ou do pecúlio por morte, que tiverem sido escolhidos pelo Participante, uma vez que não haverá mais a garantia do Capital Segurado por meio da Sociedade Seguradora, ressaltando, porém, que as referidas rendas estarão cobertas, de acordo com caput do artigo 31, com base no saldo total da Conta Renda, não existindo apenas o reforço desta Conta por meio do Capital Segurado.</p>	<p>Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.</p>	<p>§3º - No caso de não ser recolhida a parcela da contribuição referente à cobertura do Capital Segurado, estará automaticamente cancelada a cobertura deste Capital referente às rendas de invalidez e de pensão por morte ou do pecúlio por morte, que tiverem sido escolhidos pelo Participante e pelo participante Assistido, uma vez que não haverá mais a garantia do Capital Segurado por meio da Sociedade Seguradora, ressaltando, porém, que as referidas rendas estarão cobertas, de acordo com caput do artigo 31, com base no saldo total da Conta Renda, não existindo apenas o reforço desta Conta por meio do Capital Segurado.</p>

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

CAPÍTULO V		CAPÍTULO V
DO CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		DO CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Artigo 19 - O custeio das despesas administrativas, relacionado com a gestão do Plano, poderá ser realizado por meio do seguinte:		Artigo 19 - O custeio das despesas administrativas, relacionado com a gestão do Plano, poderá ser realizado por meio do seguinte:
I - Contribuições dos Participantes e Assistidos;		I - Contribuições dos Participantes e Assistidos;
II - Contribuição de Terceiros;		II - Contribuição de Terceiros;
III - Reembolso de Terceiros;		III - Reembolso de Terceiros;
IV - Resultado de Investimentos;		IV - Resultado de Investimentos;
V - Receitas Administrativas;		V - Receitas Administrativas;
VI - Fundo Administrativo;		VI - Fundo Administrativo;
VII - Dotação inicial; e		VII - Dotação inicial; e
VIII - Doações.		VIII - Doações.
§ 1º - A Taxa de Carregamento incidirá sobre a Contribuição Básica de Participante, sobre a Contribuição de Terceiros e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.		§ 1º - A Taxa de Carregamento incidirá sobre a Contribuição Básica de Participante, sobre a Contribuição de Terceiros e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da Entidade, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.
§ 2º - O órgão estatutário competente da Entidade também definirá anualmente o percentual da Taxa de Administração, que incidirá sobre o saldo das contas individuais dos participantes previstas neste Regulamento.		§ 2º - O órgão estatutário competente da Entidade também definirá anualmente o percentual da Taxa de Administração, que incidirá sobre o saldo das contas individuais dos participantes previstas neste Regulamento.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

§ 3º - Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da entidade deverão ser amplamente divulgados aos Participantes e Assistidos, por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.		§ 3º - Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da entidade deverão ser amplamente divulgados aos Participantes e Assistidos, por meio dos veículos usualmente utilizados pela Entidade.
§4º - Os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.		§4º - Os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.
CAPÍTULO VI		CAPÍTULO VI
DAS CONTAS INDIVIDUAIS		DAS CONTAS INDIVIDUAIS
Artigo 20 - Os recursos previstos no Capítulo IV serão transformados em quotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta Participante, a Conta Terceiros, a Conta Portabilidade, a Conta Seguro Renda e a Conta Seguro Pecúlio, para cada Participante.		Artigo 20 - Os recursos previstos no Capítulo IV serão transformados em quotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta Participante, a Conta Terceiros, a Conta Portabilidade, a Conta Seguro Renda e a Conta Seguro Pecúlio, para cada Participante.
§1º - A Conta Participante será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica Líquida de Participante e da Contribuição Esporádica de Participante e dos retornos líquidos dos investimentos.		§1º - A Conta Participante será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica Líquida de Participante e da Contribuição Esporádica de Participante e dos retornos líquidos dos investimentos.
§2º - A Conta Terceiros será constituída pelas Contribuições Líquidas aportadas ao plano por terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, e dos retornos líquidos dos investimentos.		§2º - A Conta Terceiros será constituída pelas Contribuições Líquidas aportadas ao plano por terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, e dos retornos líquidos dos investimentos.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

§3º - A Conta Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, conforme sua constituição, e dos retornos líquidos dos investimentos.		§3º - A Conta Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, conforme sua constituição, e dos retornos líquidos dos investimentos.
§4º - A Conta Seguro Renda será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de invalidez ou morte do participante, destinado à cobertura da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante.	Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.	§4º - A Conta Seguro Renda será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de invalidez ou morte do Participante e do participante Assistido , destinado à cobertura da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante Assistido .
§5º - A Conta Seguro Pecúlio será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de morte do participante, destinado à cobertura do Pecúlio por Morte do Participante.	Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.	§5º - A Conta Seguro Pecúlio será constituída do recurso obtido mediante indenização advindo do Seguro de eventual sinistro ocorrido de morte do Participante e do participante Assistido , destinado à cobertura do Pecúlio por Morte do Participante e do participante Assistido .

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

§6º - As indenizações previstas nos §§4º e 5º, dependerão de avaliação da Sociedade Seguradora, com base nas regras previstas no contrato firmado com a Ceres, principalmente em relação à existência de riscos excluídos, que deverão ser devidamente divulgados entre os participantes do plano de benefícios.		§6º - As indenizações previstas nos §§4º e 5º, dependerão de avaliação da Sociedade Seguradora, com base nas regras previstas no contrato firmado com a Ceres, principalmente em relação à existência de riscos excluídos, que deverão ser devidamente divulgados entre os participantes do plano de benefícios.
§7º - A soma dos saldos da Conta Participante, da Conta Terceiros, da Conta Portabilidade e da Conta Seguro Renda constituirão o saldo total da Conta Renda.		§7º - A soma dos saldos da Conta Participante, da Conta Terceiros, da Conta Portabilidade e da Conta Seguro Renda constituirão o saldo total da Conta Renda.
§8º - Por ocasião da concessão das Rendas ou de Pecúlio de que tratam este Regulamento, os recursos existentes nas contas que compõem o saldo total da Conta Renda e da Conta Seguro Pecúlio serão integralmente transferidos para a Conta Assistido Renda e para a Conta Assistido Pecúlio, respectivamente, no que couber.		§8º - Por ocasião da concessão das Rendas ou de Pecúlio de que tratam este Regulamento, os recursos existentes nas contas que compõem o saldo total da Conta Renda e da Conta Seguro Pecúlio serão integralmente transferidos para a Conta Assistido Renda e para a Conta Assistido Pecúlio, respectivamente, no que couber.
Artigo 21 - As quotas patrimoniais das Contas terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada, na data da implantação do plano.		Artigo 21 - As quotas patrimoniais das Contas terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada, na data da implantação do plano.
Parágrafo único - O valor da quota será determinado mensalmente e significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação será determinada com base na rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.		Parágrafo único - O valor da quota será determinado mensalmente e significa uma fração representativa do patrimônio do Plano, e a sua variação será determinada com base na rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.
Artigo 22 - A movimentação das Contas será feita em moeda corrente e em quotas.		Artigo 22 - A movimentação das Contas será feita em moeda corrente e em quotas.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

CAPÍTULO VII		CAPÍTULO VII
DA RENDA PROGRAMADA		DA RENDA PROGRAMADA
Artigo 23 – A Renda Programada, de periodicidade mensal, assegurada pelo Plano, terá como base o saldo total da Conta Renda, cujo saldo será transferido para a Conta Assistido Renda.		Artigo 23 – A Renda Programada, de periodicidade mensal, assegurada pelo Plano, terá como base o saldo total da Conta Renda, cujo saldo será transferido para a Conta Assistido Renda.
Artigo 24 – A Renda Programada será concedida ao Participante que o requerer, não havendo carência		Artigo 24 – A Renda Programada será concedida ao Participante que o requerer, não havendo carência
Artigo 25 - A Renda Programada será calculada com base na Conta Assistido Renda, conforme decisão formal do Participante na data do requerimento da renda, dentre as opções adiante descritas:		Artigo 25 - A Renda Programada será calculada com base na Conta Assistido Renda, conforme decisão formal do Participante na data do requerimento da renda, dentre as opções adiante descritas:
I - Renda por percentual da Conta Assistido Renda - calculada pela aplicação de um percentual entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 2% (dois por cento) sobre o saldo da Conta Assistido Renda, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver saldo, sendo o valor renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou		I - Renda por percentual da Conta Assistido Renda - calculada pela aplicação de um percentual entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 2% (dois por cento) sobre o saldo da Conta Assistido Renda, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver saldo, sendo o valor renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou
II - Renda em quotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo o valor da renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou		II - Renda em quotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo o valor da renda mensal resultante em quantitativo de quotas; ou
III - Renda em valor monetário em Reais por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido		III - Renda em valor monetário em Reais por prazo certo - calculada pela transformação do saldo da Conta Assistido

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo a renda mensal resultante fixada em valor monetário em Reais.		Renda em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo certo, definido pelo participante, sendo a renda mensal resultante fixada em valor monetário em Reais.
§1º - No caso dos incisos I e II, o valor da renda mensal será pago, considerando o valor da quota disponível na data do pagamento.		§1º - No caso dos incisos I e II, o valor da renda mensal será pago, considerando o valor da quota disponível na data do pagamento.
§2º - Após a concessão da renda mensal, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.		§2º - Após a concessão da renda mensal, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o inciso I ou o prazo escolhido de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.
§3º - No caso do inciso III, do caput deste artigo, após a concessão da renda mensal, o seu valor monetário em Reais será recalculado pela transformação do saldo remanescente da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.		§3º - No caso do inciso III, do caput deste artigo, após a concessão da renda mensal, o seu valor monetário em Reais será recalculado pela transformação do saldo remanescente da Conta Assistido Renda em renda mensal financeira, no mês de dezembro de cada ano, para vigorar durante o exercício seguinte.
§4º - Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo da Renda Programada em vigor será mantido durante o exercício seguinte.		§4º - Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo da Renda Programada em vigor será mantido durante o exercício seguinte.
§5º - A metodologia de cálculo das rendas descritas nos incisos do caput deste artigo deverá constar de Nota Técnica.		§5º - A metodologia de cálculo das rendas descritas nos incisos do caput deste artigo deverá constar de Nota Técnica.
Artigo 26 - A Renda Programada é composta por 12 (doze) parcelas mensais a cada ano, pagas pela Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência.		Artigo 26 - A Renda Programada é composta por 12 (doze) parcelas mensais a cada ano, pagas pela Entidade até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência.
Artigo 27 - No momento do requerimento da renda, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 20% (vinte por cento) do saldo total em pagamento único, sendo o valor restante		Artigo 27 - No momento do requerimento da renda, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 20% (vinte por cento) do saldo total em pagamento único, sendo o valor restante

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

necessariamente transformado em Renda Programada de periodicidade mensal.		necessariamente transformado em Renda Programada de periodicidade mensal.
Artigo 28 - Se a qualquer momento a Renda Programada resultar em valor inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Valor de Referência, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será pago à vista em parcela única. Parágrafo Único - O pagamento da totalidade registrada na Conta Assistido Renda implicará a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante e seus Beneficiários.		Artigo 28 - Se a qualquer momento a Renda Programada resultar em valor inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Valor de Referência, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será pago à vista em parcela única. Parágrafo Único - O pagamento da totalidade registrada na Conta Assistido Renda implicará a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante e seus Beneficiários.
Artigo 29 - Ocorrendo a morte do Assistido, a Renda Programada será convertida em Renda de Pensão por Morte e revertida em favor dos Beneficiários em partes iguais respeitado o percentual e o prazo de pagamento indicados pelo Participante.		Artigo 29 - Ocorrendo a morte do participante Assistido, a Renda Programada será convertida em Renda de Pensão por Morte e revertida em favor dos Beneficiários em partes iguais respeitado o percentual e o prazo de pagamento indicados pelo Participante.
§1º - Alternativamente é facultado aos Beneficiários, desde que em comum acordo, o recebimento do saldo remanescente da Conta Assistido de Renda em parcela única.		§1º - Alternativamente é facultado aos Beneficiários, desde que em comum acordo, o recebimento do saldo remanescente da Conta Assistido de Renda em parcela única.
§ 2º - A opção de que trata o parágrafo anterior será exercida em caráter irrevogável e irretratável e implicará a extinção de todos os direitos e obrigações contraídas pelos Beneficiários em relação ao Plano		§ 2º - A opção de que trata o parágrafo anterior será exercida em caráter irrevogável e irretratável e implicará a extinção de todos os direitos e obrigações contraídas pelos Beneficiários em relação ao Plano
§ 3º - Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o Plano, a Renda de Pensão por Morte será redistribuída entre os remanescentes.		§ 3º - Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o Plano, a Renda de Pensão por Morte será redistribuída entre os remanescentes.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Artigo 30 – A Renda Programada se extingue:		Artigo 30 – A Renda Programada se extingue:
I - com a morte do Assistido, quando não houver Beneficiário(s);		I - com a morte do Assistido, quando não houver Beneficiário(s);
II - com a morte do Assistido e do(s) Beneficiário(s), considerando a conversão do artigo 29;		II - com a morte do Assistido e do(s) Beneficiário(s), considerando a conversão do artigo 29;
III - findo o saldo da Conta Assistido Renda. Parágrafo único - Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência ou falecimento dos Beneficiários do Participante, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será destinado aos herdeiros legais mediante a apresentação de documento judicial pertinente.		III - findo o saldo da Conta Assistido Renda. Parágrafo único - Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência ou falecimento dos Beneficiários do Participante, o saldo remanescente da Conta Assistido Renda será destinado aos herdeiros legais mediante a apresentação de documento judicial pertinente.
CAPÍTULO VIII		CAPÍTULO VIII
DAS RENDAS DE RISCO E DE PECÚLIO		DAS RENDAS DE RISCO E DE PECÚLIO
Artigo 31 - Ocorrendo a invalidez ou o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou em Benefício Proporcional Diferido, o Participante ou seus Beneficiários, conforme o caso, fará(ão) jus ao recebimento da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante, respectivamente, de periodicidade mensal, com base no saldo total da Conta Renda, definido no artigo 20, sendo que o cálculo e demais regras de concessão e pagamento, inerentes a estas rendas, devem seguir, no que for omissa e no que couber, às regras previstas nos artigos 25 a 30.	Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.	Artigo 31 - Ocorrendo a invalidez ou o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou em Benefício Proporcional Diferido, o Participante ou seus Beneficiários, conforme o caso, fará(ão) jus ao recebimento da Renda de Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte do Participante, respectivamente, de periodicidade mensal, com base no saldo total da Conta Renda, definido no artigo 20, sendo que o cálculo e demais regras de concessão e pagamento, inerentes a estas rendas, devem seguir, no que for omissa e no que couber, às regras previstas nos artigos 25 a 30, aplicando-se, no que couber, no caso do Assistido.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

§1º - O Pecúlio por Morte do Participante será concedido aos Beneficiários do Participante com rateio em partes iguais e pagamento único equivalente ao valor da Conta Seguro Pecúlio, conforme previsto no artigo 20.	Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.	§1º - O Pecúlio por Morte do Participante e do participante Assistido serão concedidos aos Beneficiários do Participante e do Assistido , com rateio em partes iguais e pagamento único equivalente ao valor da Conta Seguro Pecúlio, conforme previsto no artigo 20.
§2º - Para o recebimento da Renda de Invalidez será necessário o participante requerer, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovar, uma única exigência, que é inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, mediante apresentação de documento comprobatório, preferencialmente, de recebimento de benefício por invalidez junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ou, não sendo possível, com base em laudo médico privado, aceito a juízo da Entidade, observados critérios não excludentes ou não discriminatórios.		§2º - Para o recebimento da Renda de Invalidez será necessário o participante requerer, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovar, uma única exigência, que é inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, mediante apresentação de documento comprobatório, preferencialmente, de recebimento de benefício por invalidez junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ou, não sendo possível, com base em laudo médico privado, aceito a juízo da Entidade, observados critérios não excludentes ou não discriminatórios.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

<p>§3º - Para o recebimento da Renda de Pensão por Morte do Participante será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências: (a) serem beneficiários do participante e; (b) o falecimento do participante, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante, referente a cada beneficiário, junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.</p>	<p>Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.</p>	<p>§3º - Para o recebimento da Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante Assistido será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências: (a) serem beneficiários do participante ou do participante Assistido e; (b) o falecimento do participante ou do participante Assistido, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante ou do participante Assistido, referente a cada beneficiário, junto à previdência social ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.</p>
<p>§4º - Para o recebimento do Pecúlio por Morte do Participante será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências: (a) serem beneficiários do participante, sendo que na ausência de beneficiário, os herdeiros legais serão os destinatários e; (b) o falecimento do participante, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante, referente a cada beneficiário, junto à previdência social, ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.</p>	<p>Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.</p>	<p>§4º - Para o recebimento do Pecúlio por Morte do Participante ou do participante Assistido será necessário os Beneficiários requererem, por meio de formulário próprio da Ceres, devidamente preenchido e assinado, e comprovarem duas exigências: (a) serem beneficiários do participante ou do participante Assistido, sendo que na ausência de beneficiário, os herdeiros legais serão os destinatários e; (b) o falecimento do participante ou do participante Assistido, por meio de certidão de óbito; podendo a apresentação de documento comprobatório de recebimento de benefício de pensão por morte do participante, referente a cada beneficiário, junto à previdência social, ou outro regime público de previdência, ser o bastante para a comprovação de ambas as exigências.</p>
<p>§5º - A Renda de Invalidez será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §2º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, 16 o valor remanescente, quando do recebimento da indenização</p>		<p>§5º - A Renda de Invalidez será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §2º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, 16 o valor remanescente, quando do recebimento da indenização</p>

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.		referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.
§6º - A Renda de Pensão por Morte do Participante será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §3º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, o valor remanescente, quando do recebimento da indenização referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.	Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.	§6º - A Renda de Pensão por Morte do Participante e do participante Assistido será concedida, de forma antecipada, com base no saldo das contas individuais existentes na época, desde que a documentação necessária e completa, prevista no §3º, tenha sido protocolada na Ceres, e posteriormente será pago, o valor remanescente, quando do recebimento da indenização referente à Conta Seguro Renda, prevista no §4º do artigo 20.
§7º - O Pecúlio por Morte do Participante será concedido e pago após o cumprimento de duas exigências: (a) recebimento da documentação necessária e completa, prevista no §4º e; (b) recebimento da indenização referente à Conta Seguro Pecúlio, prevista no §5º do artigo 20.	Alteração de redação para incluir o Assistido no seguro do plano.	§7º - O Pecúlio por Morte do Participante e do participante Assistido será concedido e pago após o cumprimento de duas exigências: (a) recebimento da documentação necessária e completa, prevista no §4º e; (b) recebimento da indenização referente à Conta Seguro Pecúlio, prevista no §5º do artigo 20.
CAPÍTULO IX		CAPÍTULO IX
DOS INSTITUTOS LEGAIS		DOS INSTITUTOS LEGAIS
Seção I		Seção I
Autopatrocínio		Autopatrocínio
Artigo 32 - É facultado ao Participante manter o valor de sua Contribuição Básica e, caso exista, a correspondente paga por instituidores, empregadores ou terceiros, em caso de rompimento do vínculo associativo.		Artigo 32 - É facultado ao Participante manter o valor de sua Contribuição Básica e, caso exista, a correspondente paga por instituidores, empregadores ou terceiros, em caso de rompimento do vínculo associativo.
§ 1º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.		§ 1º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.
§ 2º - É facultado ao Participante em Autopatrocínio alterar o valor de		§ 2º - É facultado ao Participante em Autopatrocínio alterar o valor de

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

contribuição, mediante requerimento por escrito, a qualquer tempo.		contribuição, mediante requerimento por escrito, a qualquer tempo.
§ 3º - Após o desconto da Taxa de Carregamento, a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante em Autopatrocínio será alocada na Conta Participante.		§ 3º - Após o desconto da Taxa de Carregamento, a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante em Autopatrocínio será alocada na Conta Participante.
Artigo 33 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante em Autopatrocínio fará jus à Renda Programada.		Artigo 33 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante em Autopatrocínio fará jus à Renda Programada.
Seção II		Seção II
Benefício Proporcional Diferido		Benefício Proporcional Diferido
Artigo 34 - O Participante que rescindir o vínculo associativo com o Instituidor, antes de preencher as condições exigidas para recebimento da Renda Programada, e tiver pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano, poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido. 17 Parágrafo único - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate.		Artigo 34 - O Participante que rescindir o vínculo associativo com o Instituidor, antes de preencher as condições exigidas para recebimento da Renda Programada, e tiver pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano, poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido. 17 Parágrafo único - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate.
Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação de aporte da Contribuição Básica de Participante e de Terceiros, se houver.		Artigo 35 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação de aporte da Contribuição Básica de Participante e de Terceiros, se houver.
Artigo 36 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante fará jus à Renda Programada.		Artigo 36 - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Participante fará jus à Renda Programada.
Seção III		Seção III
Portabilidade		Portabilidade

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Artigo 37 - O Participante que não esteja em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez e não tenha optado pelo Resgate, poderá exercer a opção pela Portabilidade. Parágrafo único - A opção pela Portabilidade será exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.		Artigo 37 - O Participante que não esteja em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez e não tenha optado pelo Resgate, poderá exercer a opção pela Portabilidade. Parágrafo único - A opção pela Portabilidade será exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.
Artigo 38 - O instituto da Portabilidade faculta ao Participante transferir o saldo total das contas individuais vinculadas a ele para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada.		Artigo 38 - O instituto da Portabilidade faculta ao Participante transferir o saldo total das contas individuais vinculadas a ele para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada.
Parágrafo único - O saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante será apurado de acordo com o valor da quota patrimonial disponível no dia da efetiva transferência.		Parágrafo único - O saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante será apurado de acordo com o valor da quota patrimonial disponível no dia da efetiva transferência.
Artigo 39 - A opção pela Portabilidade se aperfeiçoará com a assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.		Artigo 39 - A opção pela Portabilidade se aperfeiçoará com a assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.
§ 1º - A opção pela Portabilidade acarretará o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.		§ 1º - A opção pela Portabilidade acarretará o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.
§ 2º - Os recursos portados do Participante recebidos no Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade.		§ 2º - Os recursos portados do Participante recebidos no Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

<p>Artigo 40 - A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos correlatos em vigor, quer trate de portabilidade de recursos entre planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC ou daqueles administrados por Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC para planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa.</p>		<p>Artigo 40 - A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos correlatos em vigor, quer trate de portabilidade de recursos entre planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC ou daqueles administrados por Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC para planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa.</p>
<p>Artigo 41 - Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Instituidor, quando for o caso.</p>		<p>Artigo 41 - Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Instituidor, quando for o caso.</p>
Seção IV		Seção IV
Resgate		Resgate
<p>Artigo 42 - O Participante que não estiver em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez poderá optar pelo Instituto do Resgate, em decorrência de seu desligamento do Plano de Benefícios, extinguindo-se as obrigações previdenciais da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.</p> <p>§1º - Para recebimento do valor decorrente da opção do Instituto do Resgate, deverá ser obedecido o prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de inscrição do participante no plano.</p>	Ajuste de redação na numeração do parágrafo	<p>Artigo 42 - O Participante que não estiver em gozo de Renda Programada ou Renda de Invalidez poderá optar pelo Instituto do Resgate, em decorrência de seu desligamento do Plano de Benefícios, extinguindo-se as obrigações previdenciais da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.</p> <p>Parágrafo único - Para recebimento do valor decorrente da opção do Instituto do Resgate, deverá ser obedecido o prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de inscrição do participante no plano.</p>
<p>Artigo 43 - O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante, e será pago de acordo com o</p>		<p>Artigo 43 - O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo total das contas individuais vinculadas ao Participante, e será pago de acordo com o</p>

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

valor da quota disponível na data do efetivo pagamento.		valor da quota disponível na data do efetivo pagamento.
§1º - É facultado o Resgate de recursos portados constituídos em entidades fechadas de previdência complementar recepcionados pelo Plano, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.		§1º - É facultado o Resgate de recursos portados constituídos em entidades fechadas de previdência complementar recepcionados pelo Plano, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§2º - É facultado o Resgate de valores que não sejam oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante, tais como as contribuições e aportes esporádicos, eventuais e extraordinários, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.		§2º - É facultado o Resgate de valores que não sejam oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante, tais como as contribuições e aportes esporádicos, eventuais e extraordinários, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§3º - O participante poderá resgatar até vinte por cento dos valores oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante a cada dois anos, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.		§3º - O participante poderá resgatar até vinte por cento dos valores oriundos das contribuições básicas vertidas pelo participante a cada dois anos, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§4º - É facultado o Resgate de recursos oriundos de portabilidade constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.		§4º - É facultado o Resgate de recursos oriundos de portabilidade constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do plano de benefícios.
§5º - Os valores que compõem o saldo de conta do participante, decorrentes das contribuições básicas, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento do plano.		§5º - Os valores que compõem o saldo de conta do participante, decorrentes das contribuições básicas, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento do plano.
§6º - Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano de Benefícios, somente será admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência de trinta e seis meses, contado da data do respectivo aporte.		§6º - Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano de Benefícios, somente será admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência de trinta e seis meses, contado da data do respectivo aporte.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Artigo 44 - O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção em pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo último valor disponível da quota patrimonial.		Artigo 44 - O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção em pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo último valor disponível da quota patrimonial.
Parágrafo único - O pagamento único ou o da última parcela do valor do resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.		Parágrafo único - O pagamento único ou o da última parcela do valor do resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e aos seus Beneficiários.
Artigo 45 - O Participante que requerer o cancelamento de sua inscrição terá direito ao Resgate.		Artigo 45 - O Participante que requerer o cancelamento de sua inscrição terá direito ao Resgate.
Seção V		Seção V
Das disposições comuns aos Institutos		Das disposições comuns aos Institutos
Artigo 46 - Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que rescindir seu vínculo associativo com o Instituidor um extrato para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do vínculo empregatício ou equivalente com o empregador ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.		Artigo 46 - Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que rescindir seu vínculo associativo com o Instituidor um extrato para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do vínculo empregatício ou equivalente com o empregador ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.
Artigo 47 - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade.		Artigo 47 - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano.		Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha pelo menos 3 (três) anos de vinculação ao Plano.
CAPÍTULO X		CAPÍTULO X
DO CAPITAL SEGURADO		DO CAPITAL SEGURADO
Artigo 48 - O Capital Segurado será o valor, calculado pela Ceres e informado à Sociedade Seguradora, a ser indenizado ao plano nos casos de eventual ocorrência de sinistros de invalidez ou morte, para cobertura da renda de invalidez, renda de pensão por morte e pecúlio por morte do participante. 20	Alteração de redação para vincular a importância segurada à apólice do contrato de seguro do plano e incluir o participante assistido no seguro.	Artigo 48 - O capital a ser segurado deverá obedecer o limite mínimo e máximo de cobertura estabelecido pela sociedade seguradora constante da apólice de seguro a ser indenizado ao plano, por intermédio da Ceres, na forma legal , nos casos de eventual ocorrência de sinistros de invalidez ou morte, para cobertura da renda de invalidez, da renda de pensão por morte e do pecúlio por morte do Participante e do participante Assistido.
	Alteração de redação para vincular a importância segurada, conforme a escolha do Participante e do participante Assistido, à apólice do contrato de seguro do plano.	Parágrafo único - O participante e o participante assistido deverão escolher o valor do capital a ser segurado dentre os valores estabelecido pela sociedade seguradora, que poderá ser alterado de acordo com os termos da apólice.
§1º - O Capital Segurado de cada participante, para cobertura da renda de invalidez, será a estimativa do valor do saldo de contribuições básicas projetadas da data do cálculo até a idade prevista, pelo participante, para recebimento da renda programada, conforme caput do artigo 8º, considerando a média aritmética simples das 6 (seis) últimas contribuições básicas realizadas pelo participante e a taxa de juros do plano, tendo como limite temporal de projeção de acumulação da contribuição futura, na data do cálculo, o	Exclusão do parágrafo, pois a redação quanto ao valor e a variação do capital segurado conforme a apólice se concentraram no parágrafo único.	§1º - O Capital Segurado de cada participante, para cobertura da renda de invalidez, será a estimativa do valor do saldo de contribuições básicas projetadas da data do cálculo até a idade prevista, pelo participante, para recebimento da renda programada, conforme caput do artigo 8º, considerando a média aritmética simples das 6 (seis) últimas contribuições básicas realizadas pelo participante e a taxa de juros do plano, tendo como limite temporal de projeção de acumulação da contribuição futura, na data do cálculo, o

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

prazo máximo de 25 anos, descontando, deste limite, o prazo decorrido da data da inscrição até a data do referido cálculo, por se tratar de um custo mutualista.		prazo máximo de 25 anos, descontando, deste limite, o prazo decorrido da data da inscrição até a data do referido cálculo, por se tratar de um custo mutualista.
§2º - O Capital Segurado de cada participante, para cobertura da renda de pensão por morte, será a estimativa do valor do saldo de contribuições básicas projetadas para cobertura da renda de invalidez, conforme parágrafo anterior.	Exclusão do parágrafo, pois a redação quanto ao valor e a variação do capital segurado conforme a apólice se concentraram no parágrafo único.	§2º - O Capital Segurado de cada participante, para cobertura da renda de pensão por morte, será a estimativa do valor do saldo de contribuições básicas projetadas para cobertura da renda de invalidez, conforme parágrafo anterior.
§3º - O Capital Segurado de cada participante, para cobertura do pecúlio por morte, será o valor equivalente a 10 vezes o valor da média aritmética simples das 6 (seis) últimas contribuições básicas realizadas pelo participante, tendo como limite mínimo, 20%, e como limite máximo, 100%, do valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social.	Exclusão do parágrafo, pois a redação quanto ao valor e a variação do capital segurado conforme a apólice se concentraram no parágrafo único.	§3º - O Capital Segurado de cada participante, para cobertura do pecúlio por morte, será o valor equivalente a 10 vezes o valor da média aritmética simples das 6 (seis) últimas contribuições básicas realizadas pelo participante, tendo como limite mínimo, 20%, e como limite máximo, 100%, do valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social.
§4º - Caso o número de contribuições básicas, referente à base de cálculo da média aritmética simples, utilizada nas projeções previstas nos §§1º, 2º e 3º, seja inferior a 6 (seis), será utilizado o número de contribuições disponíveis, e caso não tenha sido realizado nenhuma contribuição, será utilizado o valor de contribuição básica escolhido pelo participante e registrado no plano.	Exclusão do parágrafo, pois a redação quanto ao valor e a variação do capital segurado conforme a apólice se concentraram no parágrafo único.	§4º - Caso o número de contribuições básicas, referente à base de cálculo da média aritmética simples, utilizada nas projeções previstas nos §§1º, 2º e 3º, seja inferior a 6 (seis), será utilizado o número de contribuições disponíveis, e caso não tenha sido realizado nenhuma contribuição, será utilizado o valor de contribuição básica escolhido pelo participante e registrado no plano.
§5º - O Capital Segurado será atualizado pela Ceres junto à Sociedade Seguradora, em periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.	Exclusão do parágrafo, pois a redação quanto ao valor e a variação do capital segurado conforme a apólice se concentraram no parágrafo único.	§5º - O Capital Segurado será atualizado pela Ceres junto à Sociedade Seguradora, em periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.
CAPÍTULO XI		CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS		DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 49 - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para		Artigo 49 - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

cobertura de benefícios na forma da legislação vigente.		cobertura de benefícios na forma da legislação vigente.
Artigo 50 - Sem prejuízo de outras informações cuja divulgação esteja prevista na legislação vigente, a Entidade disponibilizará semestralmente aos Participantes um extrato contendo, conforme o caso:		Artigo 50 - Sem prejuízo de outras informações cuja divulgação esteja prevista na legislação vigente, a Entidade disponibilizará semestralmente aos Participantes um extrato contendo, conforme o caso:
I - valor das Contribuições Básicas do Participante, em moeda corrente e em quotas;		I - valor das Contribuições Básicas do Participante, em moeda corrente e em quotas;
II - saldo da Conta Participante em moeda corrente e em quotas;		II - saldo da Conta Participante em moeda corrente e em quotas;
III - valor das contribuições de terceiros, em moeda corrente e em quotas;		III - valor das contribuições de terceiros, em moeda corrente e em quotas;
IV - saldo da Conta Terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, em moeda corrente e em quotas;		IV - saldo da Conta Terceiros, segregada em subcontas de empregadores dos participantes, instituidores e outros, conforme a constituição, em moeda corrente e em quotas;
V - valores recebidos em nome do Participante, a título de Portabilidade, em moeda corrente e em quotas; e VI - valor da quota patrimonial.		V - valores recebidos em nome do Participante, a título de Portabilidade, em moeda corrente e em quotas; e VI - valor da quota patrimonial.
Artigo 51 - Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o participante mantiver sua inscrição como Autopatrocinado ou em Benefício Programado Diferido será computado como Tempo de Vinculação ao Plano.		Artigo 51 - Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o participante mantiver sua inscrição como Autopatrocinado ou em Benefício Programado Diferido será computado como Tempo de Vinculação ao Plano.

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

Artigo 52 - Verificado erro no valor de Renda a Entidade fará revisão por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta Assistido Renda e a forma de pagamento escolhida.		Artigo 52 - Verificado erro no valor de Renda a Entidade fará revisão por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta Assistido Renda e a forma de pagamento escolhida.
Artigo 53 - O Assistido, sob pena de suspensão da renda, deverá apresentar comprovante de vida na forma e no prazo definidos pelo órgão estatutário competente da Entidade.		Artigo 53 - O Assistido, sob pena de suspensão da renda, deverá apresentar comprovante de vida na forma e no prazo definidos pelo órgão estatutário competente da Entidade.
Artigo 54 - Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, a Renda Mensal será paga ao seu representante legal.		Artigo 54 - Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, a Renda Mensal será paga ao seu representante legal.
Artigo 55 - É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção das rendas e pecúlios previstos neste Regulamento.		Artigo 55 - É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção das rendas e pecúlios previstos neste Regulamento.
Artigo 56 - Este Regulamento só poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade governamental competente		Artigo 56 - Este Regulamento só poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade governamental competente

REGULAMENTO DO PLANO FAMÍLIA CERES

<p>Artigo 57 - Os recursos remanescentes verificados na Conta Participante, na Conta Portabilidade, na conta Terceiros e na Conta Assistido Renda ou Conta Assistido Pecúlio, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de rendas ou pecúlio, serão destinados aos herdeiros legais, porém, na ausência de herdeiros legais estes recursos serão destinados à constituição de uma provisão no passivo contábil cujo saldo, ao final de cada exercício, será liquidado, havendo rateio entre Participantes e Assistidos, proporcionalmente ao saldo individual das contas individuais previstas neste Regulamento.</p>		<p>Artigo 57 - Os recursos remanescentes verificados na Conta Participante, na Conta Portabilidade, na conta Terceiros e na Conta Assistido Renda ou Conta Assistido Pecúlio, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de rendas ou pecúlio, serão destinados aos herdeiros legais, porém, na ausência de herdeiros legais estes recursos serão destinados à constituição de uma provisão no passivo contábil cujo saldo, ao final de cada exercício, será liquidado, havendo rateio entre Participantes e Assistidos, proporcionalmente ao saldo individual das contas individuais previstas neste Regulamento.</p>
<p>Parágrafo único - Os recursos destinados na forma do caput deste artigo, se couber, serão alocados na Conta Participante e na Conta Assistido Renda, no caso de Assistido.</p>		<p>Parágrafo único - Os recursos destinados na forma do caput deste artigo, se couber, serão alocados na Conta Participante e na Conta Assistido Renda, no caso de Assistido.</p>
<p>Artigo 58 - Sem prejuízo dos benefícios prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.</p>		<p>Artigo 58 - Sem prejuízo dos benefícios prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.</p>
<p>Artigo 59 - Os casos omissos serão regulados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.</p>		<p>Artigo 59 - Os casos omissos serão regulados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.</p>
<p>Artigo 60 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de autorização pela autoridade governamental competente.</p>		<p>Artigo 60 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de autorização pela autoridade governamental competente.</p>

NOTA TÉCNICA ATUARIAL

**Plano Embrapa Básico
CNPB 19.790.004-92**

**Responsável Técnico
Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1162**

BRASÍLIA – DF, JULHO DE 2020

Sumário

1. Objetivo	7
2. Descrição das características das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas	8
2.1. Tabuas biométricas	8
2.1.1. Tabua de mortalidade geral	8
2.1.2. Tabua de mortalidade de inválidos	8
2.1.3. Tabua de entrada em invalidez	8
2.2. Rotatividade	8
2.3. Descrição e metodologia de cálculo do modelo decremental adotado	8
2.4. Composição da família de pensionistas	8
2.5. Taxa real anual de juros	8
2.6. Inflação futura	9
2.7. Projeção de crescimento real dos salários	9
2.8. Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	9
2.9. Projeção de crescimento real dos benefícios da previdência oficial	9
2.10. Fator de capacidade salarial	9
2.11. Fator de capacidade de benefícios	9
2.12. Indexador dos benefícios do plano	9
2.13. Entrada em aposentadoria	9
2.14. Outras hipóteses atuariais	9
3. Modalidade do plano e de cada benefício constante no regulamento.....	9
3.1. Benefícios na modalidade de benefício definido	9
3.2. Benefícios na modalidade de contribuição definida	10
3.3. Benefícios na modalidade de contribuição variável	10
4. Regimes financeiros e métodos de financiamento dos benefícios do plano.....	10
4.1. Benefícios em regime financeiro de repartição simples	10
4.2. Benefícios em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura	11
4.3. Benefícios em regime financeiro de capitalização, com indicação do método de financiamento adotado	11
5. Metodologia e expressão de cálculo do valor inicial dos benefícios do plano na data de concessão, bem como sua forma de reajuste e de Revisão de valor.....	11

5.1. Suplementação de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição	11
5.2. Suplementação de Aposentadoria Especial	11
5.3. Suplementação de Aposentadoria por Idade	12
5.4. Suplementação de Aposentadoria por Invalidez	12
5.5. Suplementação de Pensão por Morte	12
5.5.1. Pensão de Ativos	12
5.5.2. Pensão de Assistidos.....	12
5.5.3. Pensionistas (Benefício Concedido).....	13
5.6. Suplementação de Aposentadoria Antecipada	13
5.7. Suplementação do Auxílio-Doença	13
5.8. Suplementação do Auxílio-Reclusão	13
5.8.1. Reclusão de Ativos	13
5.8.2. Reclusão de Assistidos	14
5.9. Pecúlio por Morte	14
5.10. Suplementação de Abono Anual	14
6. Metodologia e expressão de cálculo do custo normal.....	14
6.1. Custo Normal – Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade	14
6.2. Custo Normal – Aposentadoria por Invalidez	14
6.3. Custo Normal – Pensão – Não iminentes	14
6.4. Custo Normal – Pensão – Iminentes	15
6.5. Custo Normal – Pensão – Assistidos por Aposentadoria Exceto Invalidez	15
6.6. Custo Normal – Pensão – Assistidos por Invalidez	15
6.7. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Não Iminentes	15
6.8. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Iminentes	15
6.9. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade	15
6.10. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Aposentadoria por Invalidez	15
6.11. Custo Normal – Auxílio Doença	15
6.12. Custo Normal – Auxílio Reclusão	16
6.13. Custo Normal – Despesas Administrativas	16
7. Metodologia e expressão de cálculo e apuração mensal das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder	16
7.1. Expressão de cálculo do valor atual dos benefícios futuros	16

7.1.1. Pecúlio por Morte	16
7.1.2. Suplementação do Auxílio Doença	16
7.1.3. Auxílio Reclusão	17
7.1.4. Resgate	17
7.1.5. Despesas Administrativas.....	17
7.1.6. Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – Não iminentes	17
7.1.7. Invalidez – Não iminentes	17
7.1.8. Pensão – Não iminentes.....	18
7.1.9. Pensão Iminentes	18
7.1.10. Pensão – Assistidos por Aposentadoria Exceto por Invalidez	18
7.1.11. Pensão – Assistidos por Invalidez	18
7.2. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de patrocinador, participantes e assistidos	18
7.2.1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade – Não iminentes	18
7.2.2. Invalidez – Não iminentes	18
7.2.3. Pensão – Não iminentes.....	19
7.2.4. Pensão Iminentes	19
7.2.5. Pensão – Assistidos por aposentadoria, exceto por invalidez	19
7.2.6. Pensão – Assistidos por Invalidez	19
7.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas	19
7.3.1. Benefícios Concedidos	19
7.3.2. Benefícios a Conceder	20
7.4. Expressão de cálculo para apuração mensal das provisões matemáticas.	21
8. Metodologia e expressão de cálculo e evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo:	21
8.1. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a déficit equacionado	21
8.2. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a serviço passado	21
8.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades	21
8.4. Expressão de cálculo para evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo	21
9. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições normais	22
9.1. Expressão de cálculo das contribuições normais de participantes e assistidos	22
9.2. Expressão de cálculo da contribuição normal de patrocinador	22
10. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições extraordinárias.....	22
10.1. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos	22
10.2. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de patrocinador	22
11. Metodologia e expressão de cálculo referentes a destinação da reserva especial:	22
11.1. Expressão de cálculo para suspensão ou redução de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador	22

11.2. Expressão de cálculo para melhoria de benefícios dos participantes e assistidos	22
11.3. Expressões de cálculo para reversões de valores aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador	23
11.4. Expressões de cálculo para evolução dos valores do Fundo de Reserva Especial para Revisão do Plano	23
12. Descrição dos fundos previdenciais	23
12.1. Finalidade, fontes de custeio e identificação dos eventos ou riscos associados	23
12.2. Regras de constituição e atualização de valores	23
12.3. Regras de reversões de valores	23
13. Metodologia e expressão de cálculo de institutos	23
13.1. Expressão de cálculo dos valores de resgate de contribuições	23
13.2. Expressão de cálculo dos valores de portabilidade	23
13.3. Expressão de cálculo dos valores de benefício proporcional diferido, considerando eventuais insuficiências de cobertura e eventuais aportes de recursos ocorridos durante o período de diferimento	24
13.4. Metodologia de atualização dos valores, incluindo as regras de atualização de benefício proporcional diferido e de resgate, este no caso de parcelamento.	24
14. Metodologia e expressão de cálculo de aporte inicial de patrocinador, joia de participante e assistido, bem como os respectivos métodos de financiamento.	24
14.1. Joia de participante	24
14.1.1. Compromisso Total	24
14.1.2. Compromisso Mensal	24
14.1.3. Método de financiamento	24
14.2. Aporte inicial	25
15. Metodologia e expressão de cálculo de dotação inicial de patrocinador	25
16. Descrição e detalhamento referente a contratação de seguro para cobertura de riscos decorrentes de invalidez de participante, morte de participante ou assistido, sobrevivência de assistido e desvios nas hipóteses biométricas	25
17. Metodologia de cálculo de provisões, reservas e fundos, quando se tratar de migração de participantes e assistidos de entre planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.	25
18. Metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais.	25
19. Expressão e metodologia de cálculo dos fluxos de contribuições e de benefícios projetados referentes a:	26

19.1. Recebimentos de contribuições normais de assistidos	26
19.2. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)	26
19.3. Recebimentos de contribuições extraordinárias de assistidos	26
19.4. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)	26
19.5. Recebimentos de contribuições normais de ativos	26
19.6. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)	26
19.7. Recebimentos de contribuições extraordinárias de ativo	26
19.8. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)	26
19.9. Pagamentos de benefícios programados e não programados	27
19.10. Pagamentos de resgates	28
19.11. Pagamentos de portabilidades	28
20. Expressão de cálculo das anuidades atuariais ou fatores atuariais para concessão dos benefícios quando decorrentes de saldos individuais, especificando a reversões em pensão ou pecúlio, quando for o caso, na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável.	28
21. Glossário da simbologia e terminologia técnicas atuariais utilizadas	28

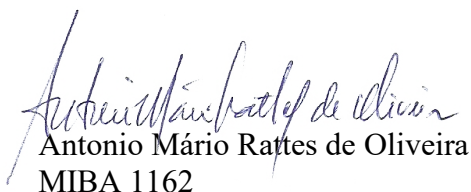
1. Objetivo

A presente nota técnica tem por objetivo apresentar as formulações matemáticas, premissas e hipóteses atuariais utilizados na avaliação dos benefícios previdenciários da Fundação Ceres implantado para o quadro de empregados da patrocinadora EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.

O plano de benefícios é denominado Plano Embrapa Básico, tendo sido constituído na modalidade de Benefício Definido para todos os benefícios oferecidos pelo plano.

A simbologia utilizada nas formulações matemáticas aqui apresentadas segue a notação internacional.

Brasília – DF, 17 de julho de 2020



Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2020-07-20 14:10:06

2. Descrição das características das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas

2.1. Tabuas biométricas

2.1.1. Tabua de mortalidade geral

2.1.2. Tabua de mortalidade de inválidos

2.1.3. Tabua de entrada em invalidez

As tábuas biométricas são selecionadas com base em estudo de adequação elaborado em conformidade com a legislação em vigor e estão descritas nas Demonstrações Atuariais (DA).

2.2. Rotatividade

Hipótese sobre rotatividade: não é adotada hipótese de rotatividade para o plano de benefícios, tendo em vista que se trata de um plano em extinção.

2.3. Descrição e metodologia de cálculo do modelo decremental adotado

Utiliza-se o modelo dos multidecrementos, cuja expressão A formulação matemática pode ser consultada no livro *Pension Mathematics With Numerical Illustrations, Second Edition*, de Howard E. Winklevoss, capítulo 2 – Actuarial Assumptions, páginas 12 a 14.

A equação da qual se obtém as taxas multidecrementais, a partir de taxas unidecrementais de morte, invalidez e rotatividade, é descrita a seguir.

$$q^{(1)} = q^{(1)} \left[1 - \frac{1}{2} (q^{(2)} + q^{(3)}) + \frac{1}{3} q^{(2)} \times q^{(3)} \right]$$

2.4. Composição da família de pensionistas

Hipótese sobre a composição da família de pensionistas: família média calculada com nas informações cadastrais dos participantes do plano de benefícios fornecidas pela entidade. O estudo da família média consta do relatório do estudo de adequação, o qual é revisto na periodicidade determinada pela legislação e segundo as exigências da entidade.

2.5. Taxa real anual de juros

Definida a partir de estudo de adequação elaborado nos termos da legislação em vigor e utilizada para o cálculo das provisões matemáticas a valor presente.

2.6. Inflação futura

Definida a partir de estudo de adequação elaborado nos termos da legislação em vigor e utilizada para o cálculo dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios.

2.7. Projeção de crescimento real dos salários

Hipótese utilizada para a projeção dos salários-de-participação dos participantes ativos. Definida em estudo de adequação, nos termos da legislação aplicável, e também fundamentada em estudo técnico elaborado pela patrocinadora do plano de benefícios.

2.8. Projeção de crescimento real dos benefícios do plano

Não há projeção de crescimento real dos benefícios do plano.

2.9. Projeção de crescimento real dos benefícios da previdência oficial

Não há projeção de crescimento real dos benefícios do plano.

2.10. Fator de capacidade salarial

Calculado em função da taxa de inflação futura utilizada na política de investimentos do plano de benefícios.

2.11. Fator de capacidade de benefícios

Calculado em função da taxa de inflação futura utilizada na política de investimentos do plano de benefícios.

2.12. Indexador dos benefícios do plano

Definido no regulamento do plano de benefícios.

2.13. Entrada em aposentadoria

Estima-se que os participantes ingressam em aposentadoria no momento em que cumprem as elegibilidades legais e regulamentares.

2.14. Outras hipóteses atuariais

Não são utilizadas outras hipóteses atuariais.

3. Modalidade do plano e de cada benefício constante no regulamento

3.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

Todos os benefícios do plano são estruturados na modalidade de benefício definido. Os benefícios são compostos por:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição
- Suplementação de aposentadoria especial
- Suplementação de aposentadoria antecipada
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de abono anual
- Suplementação do auxílio-doença
- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação da pensão
- Suplementação do auxílio-reclusão
- Pecúlio por morte

3.2. Benefícios na modalidade de contribuição definida

Não existem benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida.

3.3. Benefícios na modalidade de contribuição variável

Não existem benefícios estruturados na modalidade de contribuição variável.

4. Regimes financeiros e métodos de financiamento dos benefícios do plano

4.1. Benefícios em regime financeiro de repartição simples

- Despesas administrativas
- Suplementação de auxílio-doença
- Suplementação de auxílio-reclusão
- Pecúlio por morte

4.2. Benefícios em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura

Não existem benefícios estruturados no regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

4.3. Benefícios em regime financeiro de capitalização, com indicação do método de financiamento adotado

- Suplementação de aposentadoria programada
- Suplementação de aposentadoria programada antecipada
- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de pensão do aposentado
- Suplementação de pensão do participante
- Benefício Proporcional Diferido
- Abono anual

Método de financiamento: Idade Normal de Entrada.

5. Metodologia e expressão de cálculo do valor inicial dos benefícios do plano na data de concessão, bem como sua forma de reajuste e de Revisão de valor

5.1. Suplementação de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição

$$BEN^{ap} = [(SRB - RGPS^{hip}) + AB] \geq 0,20 \times SB$$

$$BEL^{ap} = BEN^{ap} (1 - C)$$

Benefício mínimo: renda calculada como o total de contribuições do participante.

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.2. Suplementação de Aposentadoria Especial

$$BEN^{ap} = [(SRB - RGPS^{hip}) + AB] \geq 0,20 \times SB$$

$$BEL^{ap} = BEN^{ap} (1 - C)$$

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.3. Suplementação de Aposentadoria por Idade

$$BEN^{ap} = [(SRB - RGPS^{hip}) + AB] \geq 0,20 \times SB$$

$$BEL^{ap} = BEN^{ap} (1 - C)$$

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.4. Suplementação de Aposentadoria por Invalidez

$$BEN^{in} = [(SRB - RBPS) + AB] \geq 0,20 \times SB$$

$$BEN^{in} = BEN^{in} (1 - C)$$

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.5. Suplementação de Pensão por Morte

5.5.1. Pensão de Ativos

$$BEN^{peef} = VB \times (CF + TCI)$$

Onde: VB = Valor da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, a que o participante teria direito, na data do falecimento.

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.5.2. Pensão de Assistidos

$$BEN^{peef} = VB \times (CF + TCI)$$

Onde: VB = Valor de Suplementação de Aposentadoria na data do falecimento.

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.5.3. Pensionistas (Benefício Concedido)

$$BEN^{pe} = \frac{BEN^{pef}}{(CF + TCI)}$$

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.6. Suplementação de Aposentadoria Antecipada

$$BENA^{ap} = BEN^{ap} \times FR$$

$$BEL^{ap} = BENA^{ap} (1 - C)$$

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.7. Suplementação do Auxílio-Doença

$$BEN^{ad} = (SP - RGPS) \geq 20\% \times SRB$$

$$BEL^{ad} = BEN^{ad} \times (1 - C)$$

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.8. Suplementação do Auxílio-Reclusão

5.8.1. Reclusão de Ativos

$$BEN^{ar} = VB \times (CF + TCI)$$

Onde: VB = Valor da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, a que o participante teria direito, na data de reclusão.

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.8.2. Reclusão de Assistidos

$$BEN^{ar} = VB \times (CF + TCI)$$

Onde: VB = Valor da Suplementação de Aposentadoria na data de reclusão.

Forma de reajuste: reajustados anualmente de acordo com a variação do indexador do plano de benefícios.

5.9. Pecúlio por Morte

$$BEN^{pm} = 5 \times SRB$$

5.10. Suplementação de Abono Anual

$$BEN^{aa} = \frac{BEN \times n}{12}$$

6. Metodologia e expressão de cálculo do custo normal.

6.1. Custo Normal – Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade

$$CN^{apni} = \frac{\sum CFEN_{x+t}^{apni} - \sum RM_{x+t}^{apni}}{\sum VASF_{x+t}^{ni}}$$

6.2. Custo Normal – Aposentadoria por Invalidez

$$CN^{inni} = \frac{\sum CFEN_{x+t}^{inni} - \sum RM_{x+t}^{inni}}{\sum VASF_{x+t}^{ni}}$$

6.3. Custo Normal – Pensão – Não iminentes

$$CN^{peni} = \frac{\sum CFEN_{x+t}^{peni} - \sum RM_{x+t}^{peni}}{\sum VASF_{x+t}^{ni}}$$

6.4. Custo Normal – Pensão – Iminentes

$$CN^{peim} = \frac{\sum CFEN_{x+h+s}^{peim} - \sum RM_{x+h+s}^{peim}}{\sum VASF_{x+t}^{ni}}$$

6.5. Custo Normal – Pensão – Assistidos por Aposentadoria Exceto Invalidez

$$CN^{peap} = \frac{\sum CFEN_{x+h+s}^{peap} - \sum RM_{x+h+s}^{peap}}{\sum VASF_{x+t}^{ni}}$$

6.6. Custo Normal – Pensão – Assistidos por Invalidez

$$CN^{pein} = \frac{\sum CFEN_{x+h+s}^{pein} - \sum RM_{x+h+s}^{pein}}{\sum VASF_{x+t}^{ni}}$$

6.7. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Não Iminentes

$$CN^{pmni} = \frac{\sum CAEN_{x+t}^{pmni}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

6.8. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Iminentes

$$CN^{pmim} = \frac{\sum CAEN_{x+h+s}^{pmim}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

6.9. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade

$$CN^{pmap} = \frac{\sum CAEN_{x+h+s}^{pmap}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

6.10. Custo Normal – Pecúlio por Morte – Aposentadoria por Invalidez

$$CN^{pmin} = \frac{\sum CAEN_{x+h+s}^{pmin}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

6.11. Custo Normal – Auxílio Doença

$$CN^{ad} = \frac{\sum CAEN_{x+t}^{ad}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

6.12. Custo Normal – Auxílio Reclusão

$$CN^{ar} = \frac{\sum CAEN_{x+t}^{ar}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

6.13. Custo Normal – Despesas Administrativas

$$CN^{da} = \frac{\sum CAEN_{x+t}^{da}}{\sum VASA_{x+t}^{ni}}$$

7. Metodologia e expressão de cálculo e apuração mensal das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder

7.1. Expressão de cálculo do valor atual dos benefícios futuros

7.1.1. Pecúlio por Morte

7.1.1.1 Pecúlio por Morte – Não Iminentes

$$CAEN_{x+t}^{pmni} = BEN_{x+t}^{pm} \times A_{x+t:l}^{(12)aacr}$$

7.1.1.2 Pecúlio por morte – Iminentes

$$CAEN_{x+h+s}^{pmni} = BEN_{x+b+s}^{pm} \times A_{x+h+s:l}^{(12)b}$$

7.1.1.3 Pecúlio por Morte – Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade

$$CAEN_{x+h+s}^{pmap} = BEN_{x+b+s}^{pm} \times A_{x+h+s:l}^{(12)b}$$

7.1.1.4 Pecúlio por Morte – Aposentadoria por Invalidez

$$CAEN_{x+h+s}^{pmin} = BEN_{x+b+s}^{pm} \times A_{x+h+s:l}^{(12)ib}$$

7.1.2. Suplementação do Auxílio Doença

$$BEL_{x+t}^{ad} = \frac{\sum_{i=1}^{12} BEL_{x+t-i}^{ad}}{12}$$

$$DP(BEL_{x+t}^{ad}) = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{12} (BEL_{x+t-i}^{ad} - \overline{BEL_{x+t}^{ad}})^2}{12}}$$

$$CAEN_{x+t}^{ad} = \frac{\overline{BEL_{x+t}^{ad}} + z_{\alpha} \times DP(BEL_{x+t}^{ad})}{VASA_{x+t}}$$

7.1.3. Auxílio Reclusão

$$\overline{BEN_{x+t}^{ar}} = \frac{\sum_{i=1}^{12} BEN_{x+t-i}^{ar}}{12}$$

$$DP(BEN_{x+t}^{ar}) = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{12} (BEN_{x+t-i}^{ar} - \overline{BEN_{x+t}^{ar}})^2}{12}}$$

$$CAEN_{x+t}^{ar} = \frac{\overline{BEN_{x+t}^{ar}} + z_{\alpha} \times DP(BEN_{x+t}^{ar})}{VASA_{x+t}}$$

7.1.4. Resgate

$$\overline{RP_{x+t}} = \frac{\sum_{i=1}^{12} RP_{x+t-i}}{12}$$

$$DP(RP_{x+t}) = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{12} (RP_{x+t-i} - \overline{RP_{x+t}})^2}{12}}$$

$$CAEN_{x+t}^{rpni} = \frac{\overline{RP_{x+t}} + z_{\alpha} \times DP(RP_{x+t})}{VASA_{x+t}}$$

7.1.5. Despesas Administrativas

$CAEN^{da}$ = Expectativa de gasto anual para administração do plano, dividida pelo Valor Anual dos Salários Futuros (VASA), observado o limite imposto pela legislação.

7.1.6. Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – Não iminentes

$$CFEN_{x+t}^{apni} = BEL_{x+n}^{ap} \times_{n-t} E_{x+t}^{aar} \times (12 \times a_{x+n}^{(12)b} + k \times a_{x+n}^b)$$

7.1.7. Invalidez – Não iminentes

$$CFEN_{x+t}^{inni} = BEL_x^{in} \times (1+c)^t \times (12 \times a_{x+t:n-t}^{(12)ai} + k \times a_{x+n}^{ai})$$

7.1.8. Pensão – Não iminentes

$$CFEN_{x+t}^{peni} = BEL_x^{in} \times (1+c)^t \times (12 \times a_{x+t:n-t}^{(12)aH} + k \times a_{x+t:n-t}^{aH})$$

7.1.9. Pensão Iminentes

$$CFEN_{x+h+s}^{peim} = BEL_{x+h}^{in} \times (1+b)^s \times (12 \times a_{x+h+s}^{(12)H} + k \times a_{x+h+s}^H)$$

7.1.10. Pensão – Assistidos por Aposentadoria Exceto por Invalidez

$$CFEN_{x+h+s}^{peap} = BEN_{x+h}^{ap} \times (1+b)^s \times (12 \times a_{x+h+s}^{(12)H} + k \times a_{x+h+s}^H)$$

7.1.11. Pensão – Assistidos por Invalidez

$$CFEN_{x+h+s}^{pein} = BEN_{x+h}^{in} \times (1+b)^s \times (1+b)^s \times (12 \times a_{x+h+s}^{(12)iH} + k \times a_{x+h+s}^{iH})$$

7.2. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de patrocinador, participantes e assistidos

As contribuições normais de patrocinadora, relativas aos participantes ativos são paritárias e não há contribuições de patrocinadoras relativas aos assistidos.

O modelo atuarial não separa as contribuições patronais e laborais no cálculo das provisões matemáticas.

As provisões matemáticas são calculadas com base nos benefícios líquidos da contribuição normal.

7.2.1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade – Não iminentes

$$CFPL_{x+t}^{apni} = BEL_{x+n}^{ap} \times IPRE_{x+t}^{apni} \times (12 \times a_{x+t:n-t}^{(12)aacr} + k \times a_{x+t:n-t}^{aacr})$$

$$\text{Onde: } IPRE_{x+t}^{apni} = (1+c)^t \frac{{}_nE_x^{aar} \times (12 \times a_{x+n}^{(12)b} + k \times a_{x+n}^b)}{12 \times a_{x:n}^{(12)aacr} + k \times a_{x:n}^{aacr}}$$

7.2.2. Invalidez – Não iminentes

$$CFPL_{x+t}^{inni} = BEL_x^{in} \times IPRE_{x+t}^{inni} \times (12 \times a_{x+t:n-t}^{(12)aacr} + k \times a_{x+t:n-t}^{aacr})$$

$$\text{Onde: } IPRE_{x+t}^{inni} = (1+c)^t \frac{12 \times a_{x:n}^{(12)ai} + k \times a_{x:n}^{ai}}{12 \times a_{x:n}^{(12)aacr} + k \times a_{x:n}^{aacr}}$$

7.2.3. Pensão – Não iminentes

$$CFPL_{x+t}^{peni} = BEL_x^{in} \times IPRE_{x+t}^{peni} \times (12 \times a_{x+t:n-t}^{(12)aacr} + k \times a_{x+t:n-t}^{aacr})$$

$$\text{Onde: } IPRE_{x+t}^{peni} = (1+c)^t \frac{12 \times a_{x:n}^{(12)aH} + k \times a_{x:n}^{aH}}{12 \times a_{x:n}^{(12)aacr} + k \times a_{x:n}^{aacr}}$$

7.2.4. Pensão Iminentes

$$CFPL_{x+h+s}^{peim} = BEL_{x+h}^{in} \times IPRE_{x+h+s}^{peim} \times (12 \times a_{x+h}^{(12)b} + k \times a_{x+h+s}^b)$$

$$\text{Onde: } IPRE_{x+h+s}^{peim} = (1+b)^s \frac{12 \times a_{x+h}^{(12)H} + k \times a_{x+h}^H}{12 \times a_{x+h}^{(12)b} + k \times a_{x+h}^b}$$

7.2.5. Pensão – Assistidos por aposentadoria, exceto por invalidez

$$CFPL_{x+h+s}^{peap} = BEN_{x+h}^{ap} \times IPRE_{x+h+s}^{peap} \times (12 \times a_{x+h+s}^{(12)b} + k \times a_{x+h+s}^b)$$

$$\text{Onde: } IPRE_{x+h+s}^{peap} = (1+b)^s \frac{12 \times a_{x+h}^{(12)H} + k \times a_{x+h}^H}{12 \times a_{x+h}^{(12)b} + k \times a_{x+h}^b}$$

7.2.6. Pensão – Assistidos por Invalidez

$$CFPL_{x+h+s}^{pein} = BEN_{x+h}^{in} \times IPRE_{x+h+s}^{pein} \times (12 \times a_{x+h+s}^{(12)ib} + k \times a_{x+h+s}^{ib})$$

$$\text{Onde: } IPRE_{x+h+s}^{pein} = (1+b)^s \cdot \frac{12 \cdot a_{x+h}^{(12)iH} + k \times a_{x+h}^{iH}}{12 \cdot a_{x+h}^{(12)ib} + k + a_{x+h}^{ib}}$$

7.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas

7.3.1. Benefícios Concedidos

7.3.1.1 Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade

$$RM_{x+h+s}^{apbc} = BEL_{x+h+s}^{ap} (12 \times a_{x+h+s}^{(12)b} + k \times a_{x+h+s}^b)$$

7.3.1.2 Aposentadoria por Invalidez

$$RM_{x+h+s}^{inbc} = BEL_{x+h+s}^{in} (12 \times a_{x+h+s}^{(12)ib} + k \times a_{x+h+s}^{ib})$$

7.3.1.3 Pensão por Morte

$$\begin{aligned} RM_{y+s}^{pebc} &= CF \times BEN_{y+s}^{pe} (12 \times a_{m|j}^{(12)} + k \times a_{m|j}^b) + \\ &CI \times BEN_{y+s}^{pe} (12 \times a_{y+s:m}^{(12)b} + k \times a_{y+s:m}^b) + \\ &(CF + CI) \times BEN_{y+s}^{pe} \times E_{y+s}^b (12 \times a_{y+s+m}^{(12)b} + k \times a_{y+s+m}^b) + \\ &CI \times BEN_{y+s}^{pe} (12 \times a_{z1+s:L-z1-s}^{(12)b} + k \times a_{z1+s:L-z1-s}^b) + \dots + \\ &CI \times BEN_{y+s}^{pe} (12 \times a_{z4+s:L-z4-s}^{(12)b} + k \times a_{z4+s:L-z4-s}^b) \end{aligned}$$

7.3.2. Benefícios a Conceder

7.3.2.1 Riscos Iminentes

Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade

$$RM_{x+h+s}^{apim} = BEL_{x+h+s}^{ap} (12 \times a_{x+h+s}^{(12)b} + k \times a_{x+h+s}^b)$$

7.3.2.2 Riscos Não Iminentes

Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade

$$RM_{x+t}^{apni} = CFEN_{x+t}^{apni} - CFPL_{x+t}^{apni}$$

Aposentadoria por Invalidez

$$RM_{x+t}^{inni} = CFEN_{x+t}^{inni} - CFPL_{x+t}^{inni}$$

Pensão - Não Iminentes

$$RM_{x+t}^{peni} = CFEN_{x+t}^{peni} - CFPL_{x+t}^{peni}$$

Pensão – Iminentes

$$RM_{x+h+s}^{peim} = CFEN_{x+h+s}^{peim} - CFPL_{x+h+s}^{peim}$$

Pensão – Assistidos por Aposentadoria Exceto por Invalidez

$$RM_{x+h+s}^{peap} = CFEN_{x+h+s}^{peap} - CFPL_{x+h+s}^{peap}$$

Pensão – Assistidos por Invalidez

$$RM_{x+h+s}^{pein} = CFEN_{x+h+s}^{pein} - CFPL_{x+h+s}^{pein}$$

7.4. Expressão de cálculo para apuração mensal das provisões matemáticas.

As provisões matemáticas mensais são recalculadas atuarialmente, considerando-se as expressões que constam das respectivas seções desta nota técnica atuarial.

8. Metodologia e expressão de cálculo e evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo:

8.1. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a déficit equacionado

As provisões matemáticas a constituir correspondem à soma das provisões matemáticas a constituir de participantes, patrocinadora e assistidos.

As provisões matemáticas a constituir de assistidos são obtidas pela aplicação da taxa de contribuição extraordinária, prevista no plano de custeio, sobre os valores dos benefícios.

As provisões matemáticas a constituir dos ativos são obtidas pela aplicação da taxa de contribuição extraordinária sobre o valor presente dos salários futuros. A taxa de contribuição extraordinária, por seu turno, corresponde à diferença entre a taxa média de contribuição futura e metade do custo normal do plano de benefícios, admitindo-se a paridade com a patrocinadora no financiamento do custo normal.

As provisões matemáticas a constituir de patrocinadora são obtidas pela aplicação da taxa de contribuição extraordinária de patrocinadora sobre o valor presente dos salários futuros.

8.2. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a serviço passado

Joia a amortizar

$$RMAJ_{x+t}^{apni} = JOIM_{x+t}^{apni} (12 \times a_{x+t:n-t}^{(12)aacr} + k \times a_{x+t:n-t}^{aacr})$$

8.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades

Não existem provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades.

8.4. Expressão de cálculo para evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo

As provisões matemáticas a constituir são recalculadas mensalmente, quando do recálculo atuarial das provisões matemáticas.

9. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições normais

9.1. Expressão de cálculo das contribuições normais de participantes e assistidos

As contribuições de participantes ativos, correspondem à soma de três parcelas: a) *pg*, taxa vinculada a idade de inscrição do participante, incidente sobre o Salário-de-participação; b) *1º pa*, incidente sobre a diferença positiva entre o Salário-de-participação e a metade do Valor de Referência; e c) *2º pa*, incidente sobre a diferença positiva entre o Salário-de-participação e o Valor Referência.

As contribuições normais de assistidos são definidas no regulamento do plano de benefícios e incidem sobre os valores dos benefícios.

9.2. Expressão de cálculo da contribuição normal de patrocinador

A contribuição normal de patrocinador é paritária com a contribuição normal de participante ativo e não há contribuição normal de patrocinador incidente sobre benefícios.

10. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições extraordinárias

10.1. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos

As contribuições extraordinárias de participantes ativos e assistidos são calculadas a partir das taxas de contribuição extraordinárias definidas no plano anual de custeio, incidentes sobre os respectivos salários-de-participação e benefícios.

10.2. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de patrocinador

As contribuições extraordinárias de patrocinador são calculadas a partir das taxas de contribuição extraordinárias definidas no plano anual de custeio e incidem sobre os salários-de-participação dos participantes ativos.

11. Metodologia e expressão de cálculo referentes a destinação da reserva especial:

11.1. Expressão de cálculo para suspensão ou redução de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador

Não existe reserva especial no plano de benefícios.

11.2. Expressão de cálculo para melhoria de benefícios dos participantes e assistidos

Não existe reserva especial no plano de benefícios

11.3. Expressões de cálculo para reversões de valores aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador

Não existe reserva especial no plano de benefícios

11.4. Expressões de cálculo para evolução dos valores do Fundo de Reserva Especial para Revisão do Plano

Não existe reserva especial no plano de benefícios

12. Descrição dos fundos previdenciais

12.1. Finalidade, fontes de custeio e identificação dos eventos ou riscos associados

Não existem fundos previdenciais no plano de benefícios

12.2. Regras de constituição e atualização de valores

Não existem fundos previdenciais no plano de benefícios

12.3. Regras de reversões de valores

Não existem fundos previdenciais no plano de benefícios

13. Metodologia e expressão de cálculo de institutos

13.1. Expressão de cálculo dos valores de resgate de contribuições

O resgate de contribuições é definido no regulamento do plano como sendo igual ao montante das contribuições pessoais vertidas para o plano, deduzido dos custos administrativos e dos custos relativos aos benefícios de risco.

13.2. Expressão de cálculo dos valores de portabilidade

O valor da portabilidade é definido no regulamento do plano como sendo igual ao valor de resgate a que tem direito neste plano de benefícios, para outro plano de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.

13.3. Expressão de cálculo dos valores de benefício proporcional diferido, considerando eventuais insuficiências de cobertura e eventuais aportes de recursos ocorridos durante o período de diferimento

Calculado com base na reserva matemática do benefício pleno programado do participante.

$$BPD_{x+t} = \frac{RM_{x+t}^{apni}}{FA_{x+t}}$$

A atualização do benefício se dará na forma estabelecida no regulamento do plano.

13.4. Metodologia de atualização dos valores, incluindo as regras de atualização de benefício proporcional diferido e de resgate, este no caso de parcelamento.

O benefício proporcional diferido será revisto anualmente com a finalidade de manter o equilíbrio entre a reserva matemática do benefício proporcional diferido e o correspondente patrimônio garantidor. A reserva matemática será atualizada pela rentabilidade do ativo líquido do plano de benefícios, limitada aos reajustes salariais gerais dos empregados do patrocinador, mais as taxas de juros utilizadas nas avaliações atuariais.

O resgate, quando parcelado, será pago em até 12 (doze) parcelas mensais consecutivas, corrigidas monetariamente pelo indexador do plano de benefícios.

14. Metodologia e expressão de cálculo de aporte inicial de patrocinador, joia de participante e assistido, bem como os respectivos métodos de financiamento.

14.1. Joia de participante

14.1.1. Compromisso Total

$$JOIT_{x+w}^{apni} = CFEN_{x+w}^{apni} - CFPL_{x+w}^{apni}$$

14.1.2. Compromisso Mensal

$$JOIM_{x+t}^{apni} = \frac{JOIT_{x+w}^{apni}}{12 \times a_{x+w:n+w}^{(12)aacr} + k \times a_{x+w:n-w}^{aacr}} \cdot (1+c)^{t-w}$$

14.1.3. Método de financiamento

Idade de Entrada Normal

14.2. Aporte inicial

Não aplicável, pois se trata de plano em extinção.

15. Metodologia e expressão de cálculo de dotação inicial de patrocinador.

Não aplicável, pois se trata de plano em extinção.

16. Descrição e detalhamento referente a contratação de seguro para cobertura de riscos decorrentes de invalidez de participante, morte de participante ou assistido, sobrevivência de assistido e desvios nas hipóteses biométricas

O regulamento do plano de benefícios prevê a possibilidade de contratação de seguros para cobertura de riscos decorrentes de invalidez e morte, bem como de sobrevivência de assistidos, nos termos estabelecidos pela legislação em vigor.

Consta no regulamento, de forma mais específica, a possibilidade de contratação, pela entidade, de seguro para cobertura dos riscos decorrentes do benefício de pecúlio, mantendo-se o custeio do referido benefício através do plano da contribuição normal recolhida no plano de custeio. Nesse caso, o capital segurado equivalerá a cinco vezes o valor do Salário-Real-de-Benefício do participante ativo ou aposentado.

17. Metodologia de cálculo de provisões, reservas e fundos, quando se tratar de migração de participantes e assistidos de entre planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.

Não há previsão de migração de participantes e assistidos do plano de benefícios.

18. Metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais.

As perdas e ganhos atuariais são apurados de forma explícita, calculando-se os montantes de perdas e ganhos atuariais a partir da diferença entre as provisões matemáticas calculadas no encerramento do exercício com base nas hipóteses atuariais atualizadas e as provisões matemáticas do início do exercício atualizadas pela meta atuarial, deduzidas dos benefícios e somadas com as contribuições.

19. Expressão e metodologia de cálculo dos fluxos de contribuições e de benefícios projetados referentes a:

19.1. Recebimentos de contribuições normais de assistidos

A projeção das contribuições normais dos assistidos é feita com base na taxa de contribuição normal (TCN), multiplicada pelo valor do benefício projetado (suplementação de pensão ou de aposentadoria) e pela probabilidade de ocorrência do fluxo (sobrevivência do aposentado ou do pensionista ou, ainda, em caso de futura pensão, da ocorrência de morte do ativo ou aposentado), conforme a expressão seguinte.

$$FCNA_{Ass_t} = TCNA_{Ass} \times BEN_t x_t p_x$$

19.2. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)

Não existem contribuições normais de patrocinador relativas a assistidos.

19.3. Recebimentos de contribuições extraordinárias de assistidos

$$FCEA_{Ass_t} = TCEA_{Ass} \times BEN_t x_t p_x$$

19.4. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)

Não existem contribuições extraordinárias de patrocinador relativas a assistidos.

19.5. Recebimentos de contribuições normais de ativos

$$FCNA_{Atv_t} = TCNA_{Atv} \times SP_t x_t p_x$$

19.6. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)

As contribuições normais de patrocinador são paritárias às de participante ativo.

19.7. Recebimentos de contribuições extraordinárias de ativo

$$FCEA_{Atv_t} = TCEA_{Atv} \times SP_t x_t p_x$$

19.8. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)

$$FCEPat_t = TCEPat \times SP_t x_t p_x$$

19.9. Pagamentos de benefícios programados e não programados

A projeção dos benefícios programados e não programados é feita com base no valor do benefício projetado (suplementação de pensão ou de aposentadoria) e na probabilidade de ocorrência do fluxo (sobrevivência do aposentado ou do pensionista ou, ainda, em caso de futura pensão, da ocorrência de morte do ativo ou aposentado), conforme a expressão seguinte.

$$FBAss_t = BEN_t \times p_x$$

19.10. Pagamentos de resgates

Por se tratar de um plano de benefícios em extinção, considera-se que a taxa de rotatividade é nula e, portanto, não são elaboradas projeções de resgate.

19.11. Pagamentos de portabilidades

Por se tratar de um plano de benefícios em extinção, considera-se que a taxa de rotatividade é nula e, portanto, não são elaboradas projeções de portabilidade.

20. Expressão de cálculo das anuidades atuariais ou fatores atuariais para concessão dos benefícios quando decorrentes de saldos individuais, especificando a reversões em pensão ou pecúlio, quando for o caso, na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável.

Não aplicável, por se tratar de um plano de benefício definido.

21. Glossário da simbologia e terminologia técnicas atuariais utilizadas

<i>AB</i>	= Abono de aposentadoria correspondente a 20% do Salário Real de Benefício, limitado a 20% da média dos limites máximos do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social dos últimos 12 meses, corrigidos monetariamente pelo INPC, para participantes com mais de 30 anos de vinculação com esse Regime.
<i>BEL</i>	= Suplementação Líquida
<i>BEN</i>	= Suplementação Bruta
<i>BEN^{ar}</i>	= Benefício efetivo de Auxílio Reclusão
<i>BEN^{peef}</i>	= Benefício efetivo do Pensionista
<i>BEN^{pe}</i>	= Benefício integral do Pensionista
<i>BENA</i>	= Suplementação Bruta Antecipada da Aposentadoria
<i>C</i>	= Taxa de contribuição sobre o valor da Suplementação fixada no Plano Atual de Custeio, aplicada para os que participantes que recebem abono
<i>c</i>	= Taxa de crescimento salarial do plano
<i>CAEN</i>	= Valor atual dos benefícios no ano da entidade – método de repartição simples
<i>CF</i>	= Cota familiar = 0,80 (80%)
<i>CFEN</i>	= Valor atual dos benefícios no ano da entidade – método de capitalização
<i>CFPL</i>	= Valor atual das contribuições futuras do plano
<i>CI</i>	= Cota Individual para cada Dependente = 0,05 (5%)

$FBAss_t$	= Fluxo de benefícios programados e não programados do assistido na idade t
$FCNAss_t$	= Fluxo de contribuições normais do assistido na idade t .
$FCEAss_t$	= Fluxo de contribuições extraordinárias do assistido na idade t .
$FCNAtv_t$	= Fluxo de contribuições normais do participante ativo na idade t .
$FCEAtv_t$	= Fluxo de contribuições extraordinárias do participante ativo na idade t .
$FCEPat_t$	= Fluxo de contribuições extraordinárias de patrocinador na idade t do participante ativo.
FR	= Fator Redutor para aposentadoria antecipada
k	= Controlado do pagamento do 13º benefício
L	= Idade de maioridade do pensionista temporário, ($z < L$)
$LMSC$	= Limite Máximo do Salário de Contribuição do Regime Geral de Previdência Social
m	= $L -$ (pensionista temporário de menor idade na data da avaliação)
n	= Tempo em anos a decorrer entre a entrada do participante no Plano de Benefícios e a data de aquisição do benefício Suplementar de aposentadoria
$n - t$	= Tempo em anos a decorrer entre a data de avaliação e a data de aquisição do benefício suplementar de aposentadoria
$RGPS^{hip}$	= Benefício do Regime Geral de Previdência Social hipotético, calculado a partir da média aritmética simples de todos os últimos salários de contribuição para o RGPS, imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data do requerimento do benefício na Ceres, até o máximo de 36 (trinta e seis) meses, corrigidos monetariamente pelos índices oficialmente publicados pelo mencionado Regime.
s	= Tempo em anos decorrido entre a data de aquisição do benefício suplementar de aposentadoria e a data da avaliação
SB	= Salário de Benefício do Regime Geral de Previdência Social
SP_{x+t}^{ni}	= Salário de Participação na data da avaliação
SRB	= Salário Real Benefício
t	= Tempo em anos decorrido entre a data de entrada do participante no Plano do Benefícios e a data da Avaliação
TCI	= Total da Cota Individual = $0,05 \times N^\circ$ de dependentes, máximo = $0,20$ (20%)
$TCNAss$	= Taxa de contribuição normal do assistido
$TCEAss$	= Taxa de contribuição extraordinária do assistido
$TCNAtv$	= Taxa de contribuição normal do participante ativo
$TCEAtv$	= Taxa de contribuição extraordinária do participante ativo
$TCEPat$	= Taxa de contribuição extraordinária de patrocinador relativa aos participantes ativos
TS	= Tempo de Vinculação ao Regime Geral de Previdência Social Oficial
w	= Tempo em anos decorrido entre a idade mínima regulamentar para entrada no plano e a data da efetiva entrada do participante no Plano
x	= Idade de entrada do participante no Plano de Benefício

$x + h$	= Idade do participante iminente ou assistido na data de aquisição do benefício complementar de aposentadoria
$x + h + s$	= Idade do participante iminente ou assistido na data da avaliação
$x + n$	= Idade do participante ativo na data de aquisição do benefício complementar de aposentadoria
$x + t$	= Idade do participante ativo na data da avaliação
$x + w$	= Idade do participante na data da efetiva entrada no Plano
y	= Idade do pensionista vitalício na data de aquisição do benefício de pensão
$y + s$	= Idade do pensionista vitalício na data da avaliação
z	= Idade do pensionista temporário na data de aquisição do benefício de pensão
$z + s$	= Idade do pensionista temporário na data da avaliação
z_{α}	= fator da distribuição Normal obtido para um determinado nível de significância (α).

SIMBOLOGIA ATUARIAL

$a_{m j}, a_{m j}^{(12)}$	= Valor atual de uma renda unitária não atuarial, respectivamente anual e anual em subperíodos, postecipada, temporária de m anos, considerando crescimento de benefícios
$F_{x:l}^{rp}$	= Prêmio único de cobertura de reserva de Poupança temporário de 1 ano, sobre participante (x) ativo
$F_{x:l}^{ad}$	= Prêmio único de cobertura de Auxílio Doença, temporário de 1 ano, sobre o participante (x) ativo
$F_{x:l}^{ar}$	= Prêmio único de cobertura de Auxílio R eclusão, temporário de 1 ano, sobre o participante (x) ativo
${}_tE_x^{aar}$	= Esperança matemática de um participante ativo (x) sobreviver t anos, considerando rotatividade (r)
${}_tE_x^{aacr}$	= Esperança matemática de um participante ativo (x) sobreviver t anos, considerando crescimento salarial (c) e rotatividade (r)
${}_tE_x^b$	= Esperança matemática de um participante inativo e não inválido (x) sobreviver t anos, considerando crescimento de benefícios (b).
$a_x^b, a_x^{(12)b}$	= Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, vitalícia, postecipada, sobre a vida do participante (x) inativo e inválido, considerando crescimento de benefícios (b).
$a_{x:n}^b, a_{x:n}^{(12)b}$	= Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, temporária n anos, postecipada, sobre a vida do participante (x) inativo e inválido, considerando o crescimento de benefícios

- $a_x^{ib}, a_x^{(12)ib}$ = Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em superíodos, vitalícia, postecipada, sobre a vida do participante (x) inválido, considerando o crescimento de benefícios (b).
- $a_{x:n}^{aacr}, a_{x:n}^{(12)aacr}$ = Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, temporária de n anos, postecipada, sobre a vida do participante (x) ativo, considerando crescimento salarial (c) e rotatividade (r).
- $a_{x:n}^{ai}, a_{x:n}^{(12)ai}$ = Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, vitalícia, sobre a vida do participante (x) ativo, se a invalidez ocorrer no período aquisitivo de n anos, considerando crescimento salarial (c) e rotatividade (r).
- $a_{x:n}^{aH}, a_{x:n}^{(12)aH}$ = Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, sobre a vida do participante (x) ativo e de sua família, se o óbito do primeiro ocorrer no período aquisitivo de n anos, considerando crescimento salarial (c) e rotatividade (r).
- $a_x^H, a_x^{(12)H}$ = Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, sobre a vida do participante (x) inativo e não inválido e de sua família, considerando o crescimento de benefícios (b).
- $a_x^{iH}, a_x^{(12)iH}$ = Valor atual de uma renda unitária, respectivamente anual e anual em subperíodos, sobre a vida do participante (x) inválido e de sua família, considerando o crescimento de benefícios (b).

ADERÊNCIA DOS ITENS DA NTA AO ÍNDICE DA IN PREVIC 27/15

Tópico	Item da NTA
1. Objetivo	1
2. Descrição das características das hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas	2
2.1. Tábuas biométricas	2.1
2.1.1. Tábua de mortalidade geral	2.1
2.1.2. Tábua de mortalidade de inválidos	2.1
2.1.3. Tábua de entrada em invalidez	2.1
2.1.4. Tábua de morbidez	2.1
2.1.5. Outras tábuas biométricas	2.1
2.2. Rotatividade	2.2
2.3. Descrição e metodologia de cálculo do modelo decremental adotado	2.3
2.4. Composição da família de pensionistas	2.4
2.5. Taxa real anual de juros	2.5
2.6. Inflação futura	2.6
2.7. Projeção de crescimento real dos salários	2.7
2.8. Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	2.8
2.9. Projeção de crescimento real dos benefícios da previdência oficial	2.9
2.10. Fator de capacidade salarial	2.10
2.11. Fator de capacidade de benefícios	2.11
2.12. Indexador do plano de benefícios	2.12
2.13. Entrada em aposentadoria	2.13
2.14. Outras hipóteses atuariais	2.14
3. Modalidade do plano e de cada benefício constante do regulamento	3
3.1. Benefícios na modalidade de benefício definido	3.1
3.2. Benefícios na modalidade de contribuição definida	Não existem benefícios na modalidade CD
3.3. Benefícios na modalidade de contribuição variável	Não existem benefícios na modalidade CV
4. Regimes financeiros e métodos de financiamento dos benefícios do plano	4
4.1. Benefícios em regime financeiro de repartição simples	4.1

Tópico	Item da NTA
4.2. Benefícios em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura	Não existem benefícios em RCC
4.3. Benefícios em regime financeiro de capitalização, com indicação do método de financiamento adotado	4.3
5. Metodologia e expressão e cálculo do valor inicial dos benefícios do plano na data de concessão, bem como sua forma de reajuste e de revisão de valor	5
6. Metodologia e expressão de cálculo do custo normal	6
7. Metodologia e expressão de cálculo e apuração mensal das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder	7
7.1. Expressão de cálculo do valor atual dos benefícios futuros	7.1
7.2. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de patrocinador	7.2
7.3. Expressão de cálculo do valor atual das contribuições futuras de participantes e assistidos	7.2
7.4. Expressão de cálculo das provisões matemáticas	7.3
7.5 Expressão de cálculo para apuração mensal das provisões matemáticas	7.4
8. Expressão de cálculo e evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo	8
8.1. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a déficit equacionado	8.1
8.2. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a serviço passado	8.2
8.3. Expressão de cálculo das provisões matemáticas a constituir relativas a outras finalidades	8.3
8.4. Expressão de cálculo para evolução das provisões matemáticas a constituir no passivo	8.4
9. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições normais	9
9.1. Expressão de cálculo das contribuições normais de participantes e assistidos	9.1
9.2. Expressão de cálculo da contribuição normal de	9.2

Tópico	Item da NTA
patrocinador	
10. Metodologia e expressão de cálculo das contribuições extraordinárias	10
10.1. Expressão de cálculo das contribuições extraordinárias de participantes e assistidos	10.1
10.2. Expressão de cálculo da contribuição extraordinária de patrocinador	10.2
11. Metodologia e expressão de cálculo referentes à destinação da reserva especial	11
11.1. Expressão de cálculo para suspensão ou redução de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador	11.1
11.2. Expressão de cálculo para melhoria de benefícios aos participantes e assistidos	11.2
11.3. Expressões de cálculo para reversão de valores aos participantes, aos assistidos e ao patrocinador	11.3
11.4. Expressão de cálculo para evolução dos valores do Fundo de Reserva Especial para Revisão do Plano	11.4
12. Descrição dos fundos previdenciais	12
12.1. Finalidade, fontes e custeio e identificação dos eventos ou riscos associados	12.1
12.2. Regras de constituição e atualização de valores	12.2
12.3. Regras de reversão de valores	12.3
13. Metodologia e expressão de cálculo de institutos	13
13.1. Expressão de cálculo dos valores de resgate de contribuições	13.1
13.2. Expressão de cálculo dos valores de portabilidade	13.2
13.3. Expressão de cálculo dos valores de benefícios proporcional diferido, considerando eventuais insuficiências de cobertura e eventuais aportes ocorridos durante o período de diferimento	13.3
13.4. Metodologia de atualização dos valores, incluindo as regras de atualização de benefício proporcional diferido e de resgate, este no caso de parcelamento	13.4

Tópico	Item da NTA
14. Metodologia e expressão de cálculo de aporte inicial de patrocinador, joia de participante e assistido, bem como dos respectivos métodos de financiamento	14
15. Metodologia e expressão de cálculo de dotação inicial de patrocinador	15
16. Descrição e detalhamento referente à contratação de seguro para coberturas de riscos decorrentes de:	16
16.1. Invalidez de participante	16
16.2. Morte de participante ou assistido	16
16.3. Sobrevivência de assistido	16
16.4. Desvios nas hipóteses biométricas	16
17. Metodologia de cálculo de provisões, reservas e fundos, quando se tratar de migração de participantes e assistidos entre planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar	17
18. Metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais	18
19. Expressão e metodologia de cálculo dos fluxos de contribuições e de benefícios projetados referentes a:	19
19.1. Recebimentos de contribuições normais de assistidos	19.1
19.2. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)	19.2
19.3. Recebimentos de contribuições extraordinárias de assistidos	19.3
19.4. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de assistido)	19.4
19.5. Recebimentos de contribuições normais de ativos	19.5
19.6. Recebimentos de contribuições normais de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)	19.6
19.7. Recebimentos de contribuições extraordinárias de ativos	19.7

Tópico	Item da NTA
19.8. Recebimentos de contribuições extraordinárias de patrocinador (contraparte da contribuição de ativo)	19.8
19.9. Pagamentos de benefícios programados	19.9
19.10. Pagamentos de benefícios não programados	19.10
19.11. Pagamentos de resgates	19.11
19.12. Pagamentos de portabilidades	19.12
20. Expressão de cálculo das anuidades atuariais ou fatores atuariais para concessão dos benefícios quando decorrentes de saldos individuais, especificando a reversão em pensão ou pecúlio, quando for o caso, na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável	20
21. Glossário da simbologia e terminologia técnicas atuariais utilizadas	21

PARECER ATUARIAL

O presente parecer foi elaborado com o objetivo apresentar as considerações do atuário responsável pelo plano de benefícios acerca das alterações a serem promovidas no regulamento do plano de benefícios denominado Embrapa Básico, com vistas à inserir previsão de contratação de seguro, junto à entidade seguradora, para a cobertura de riscos relacionados com a morte dos participantes e assistidos.

As alterações estão sendo procedidas nos artigos que tratam do benefício de pecúlio por morte, de forma a proporcionar a contratação de companhia seguradora para prover cobertura do risco e pagamento de indenização do pecúlio decorrente da morte de participantes ativos e de assistidos.

Em nossa avaliação, as alterações produzidas atendem ao disposto na Resolução nº 17, de 30/03/2015, do CNPC, que regulamenta a contratação de seguro para planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar, bem como à instrução nº 7 da Previc, que detalha os procedimentos a serem adotados na contratação dos referidos seguros.

Dessa forma, a nova redação proporciona mais flexibilidade e segurança ao plano de benefícios, permitindo à entidade buscar no mercado segurador apólice que proveja a devida cobertura securitária para o pecúlio a um custo que seja viável para os participantes e patrocinadora, que permanecerão com o custeio desse benefício efetuado através da contribuição normal prevista no plano de custeio.

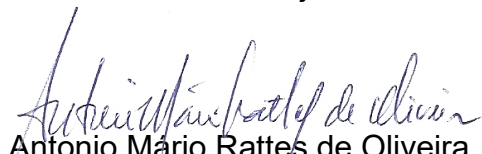
Com a alteração do artigo 48, insere-se, ainda, no regulamento, a possibilidade de contratação de outros seguros de invalidez ou morte de participantes ativos e de assistidos, bem como de sobrevivência de assistidos e de desvio de hipóteses, o que, certamente, proverá o plano de benefícios de coberturas securitárias que assegurem maior solvência no cumprimento de suas obrigações.

Com as alterações, adequa-se o regulamento ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 17/2015, onde se determina que o regulamento deverá prever a possibilidade de contratação do seguro, devendo a sua efetivação ser precedida de estudos técnicos que demonstrem a viabilidade econômico-financeira e aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

Diante do exposto, consideramos que as alterações propostas possibilitam maior segurança e flexibilidade na gestão atuarial dos benefícios de pecúlio, através da contratação de coberturas securitárias que permitirão ao plano de benefícios adimplir, de forma mais efetiva, o pagamento do benefício de pecúlio por morte. Em termos de risco atuarial, não vislumbramos qualquer impacto negativo, sendo que as alterações e a consequente contratação de seguros proverá o plano de maior segurança contra riscos atuariais.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 17 de julho de 2020.



Antonio Mário Rattes de Oliveira
Atuário MIBA 1162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO
RATTES DE OLIVEIRA:
25945068349
Data: 2020-07-20 14:05:29

PARECER GEJUR Nº 05/2020

EMENTA: ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA BD. LEGALIDADE.

Visando atender solicitação do Diretor Superintendente, passamos a nos pronunciar, na forma abaixo, sobre a proposta de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios denominado de Embrapa Básico, da patrocinadora Embrapa, nos seguintes termos:

O que se pretende alterar no regulamento é a inclusão da possibilidade de contratação de seguro para cobertura do pecúlio, especificamente, com a alteração do artigo 45 para a inclusão dos parágrafos 1º a 3º, do regulamento do plano Embrapa Básico, bem como a inclusão do §2º do artigo 48, para cumprir o que requer o art. 3º da Resolução CNPC 17/2015, quanto à necessidade de previsão de contratação de seguro no regulamento do plano.

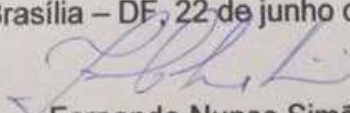
Posto isso, tratando-se da legalidade das alterações propostas, informamos que a possibilidade de alteração de regulamento de plano de benefício está assegurada pelo artigo 17 da Lei Complementar 109/01 e pelo regulamento sob análise, no artigo 77, sendo que as alterações propostas encontram amparo na Resolução CNPC 17/2015 e na Instrução Previc 7/2018.

Acrescente-se, na forma do disposto no art. 9º, §1º, inciso III da Portaria Previc nº 866/2018, que estão sendo observados o direito adquirido e o direito acumulado de todos os participantes e assistidos e não estão sendo contrariados os objetivos do Estatuto da Ceres, requisitos impostos pelo próprio regulamento que se pretende alterar.

Desta forma, concluímos serem legais as alterações pretendidas no regulamento do Plano de Benefícios Embrapa Básico, da patrocinadora Embrapa, na forma proposta.

É o nosso parecer.

Brasília – DF, 22 de junho de 2020


Fernando Nunes Simões

Gerente Jurídico

Ceres - Fundação de Seguridade Social

SHCN-CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70.832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

Regulamento do Plano Básico-Embrapa, aprovado pela Portaria SPC nº 2033 de 18-01-2008	Justificativa	Proposta de alteração do plano Embrapa BD	
CAPÍTULO I			
Finalidade			
Art.1º - Este Regulamento complementa e disciplina dispositivos do Estatuto da CERES – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada <i>Ceres</i> , estabelecendo os requisitos e normas de operação do Plano de Benefícios, denominado Plano Básico, classificado quanto ao custeio como contributivo e estruturado na modalidade de benefício definido.			
Parágrafo Único - As expressões utilizadas neste regulamento terão o seguinte significado, a menos que o contexto em que estiverem inseridas indique claramente outro sentido:			
1. Abono anual: Benefício semelhante ao 13º salário pago aos assistidos em gozo dos benefícios de prestação mensal continuada previstos neste regulamento.			
2. Avaliação atuarial: Estudo técnico das características biométricas, demográficas e econômicas dos participantes e beneficiários, realizado com objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, a necessidade de recursos e o Plano de Custeio que, ao longo do tempo, irá garantir o pagamento dos benefícios.			
3. Certificado de Inscrição: Documento fornecido pela <i>Ceres</i> , confirmando as condições de ingresso do participante e contendo todos os dados pessoais e profissionais constantes do requerimento de inscrição.			
4. Conselho Deliberativo: É o órgão máximo da <i>Ceres</i> , responsável pela definição da política geral de administração.			

5. <u>Convênio de Adesão:</u> Documento firmado entre a Ceres e a Embrapa, aprovado pela autoridade pública competente, disciplinando direitos, obrigações e penalizações, na forma da legislação em vigor.		
6. <u>Dados cadastrais:</u> Conjunto de informações pessoais, profissionais e dos beneficiários dos participantes e assistidos, destinado às previsões de aposentadoria e avaliação permanente da evolução dos custos do plano de benefícios.		
7. <u>Entidade destinatária:</u> É a entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora para a qual serão transferidos os recursos financeiros que representam o direito de portabilidade previsto no regulamento.		
8. <u>Estatuto:</u> Conjunto de normas destinado a estabelecer a estrutura jurídica, administrativa e operacional da Ceres.		
9. <u>Fator redutor atuarialmente calculado:</u> Percentual de redução do benefício de aposentadoria determinado em função da antecipação da idade inicialmente prevista para aposentadoria, conforme Nota Técnica Atuarial.		
10. <u>Fundos atuariais:</u> Valores determinados tecnicamente com base no perfil dos participantes tais como idade, sexo, salário, tempo de serviço, tipo de atividade, etc. com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, o montante de recursos que, juntamente com outras reservas técnicas, irão garantir o funcionamento da entidade e o pagamento dos benefícios previstos no regulamento.		
11. <u>Hígido e válido:</u> Pessoa sadia.		
12. <u>INPC:</u> Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.		

13. <u>Período de Diferimento:</u> Período compreendido entre a data da opção do participante pelo Benefício Proporcional Diferido e a data prevista para o início do pagamento das prestações mensais.			
14. <u>Plano de custeio:</u> É o documento técnico com periodicidade mínima anual, destinado a estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.			
15. <u>Reavaliado atuarialmente:</u> O mesmo que Avaliação Atuarial.			
16. <u>Recursos garantidores:</u> Montante de recursos patrimoniais capitalizados com a finalidade de garantir o pagamento dos benefícios a partir da data em que os participantes se tornarem habilitados ao recebimento das prestações mensais.			
17. <u>Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência:</u> É o regime de previdência do INSS ou dos servidores públicos em geral, vinculados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.			
18. <u>Reserva Matemática:</u> É o valor atual do compromisso total da Ceres em relação a seus participantes, deduzido do valor atual das contribuições que esses participantes e o <i>Patrocinador</i> irão recolher até a data em que esses participantes se tornarem elegíveis aos benefícios do plano.			

19. Revisão atuarial: Estudo técnico das características biométricas, demográficas e econômicas dos participantes e beneficiários, realizado com objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, a necessidade de recursos e o Plano de Custeio que, ao longo do tempo, irá garantir o pagamento dos benefícios.		
20. Risco de invalidez ou morte: Valor atuarialmente calculado com a finalidade de estabelecer a probabilidade de invalidez ou morte do participante, e a conseqüente necessidade de recursos garantidores a ser prevista no plano de custeio.		
CAPÍTULO II		
Membros do Plano Básico		
Art.2º - São membros deste Plano de Benefícios:		
I - o <i>Patrocinador</i> ;		
II - os participantes;		
III – os assistidos.		
Art.3º - É <i>Patrocinador</i> deste plano de benefícios, a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, com sede em Brasília, Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 00.348.003/0001-10, doravante denominada <i>Patrocinador</i> , na qualidade de empresa fundadora da <i>Ceres</i> .		
Art. 4º - É participante, o empregado do <i>Patrocinador</i> que se inscrever na <i>Ceres</i> , conforme previsto na Seção I do Capítulo III.		

Art.5º - É assistido, o participante que entrar em gozo de benefício suplementar de prestação mensal continuada, bem como os beneficiários em gozo de suplementação de pensão previstos no artigo 16.		
Art.6º- São beneficiários de participante ou assistido:		
I - o cônjuge;		
II – os filhos e enteados solteiros e menores, ou inválidos, ainda que maiores e não amparados por qualquer tipo de aposentadoria;		
III – os menores de idade ou maiores de 55 (cinquenta e cinco) anos, bem como os inválidos que, sem recursos, vivam comprovadamente às expensas do participante ou assistido;		
§1º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas sem recursos aquelas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social.		
§2º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas menores:		
a) as de idade inferior a 21 (vinte e um) anos;		
b) as de idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos que estejam cursando ensino superior em estabelecimento oficial ou reconhecido.		
§3º - No caso do participante ou assistido não possuírem beneficiários, será lícito a eles designarem quaisquer pessoas para fins exclusivos de recebimento de pecúlio.		
§4º - Não havendo a designação prevista no §3º deste artigo, o pecúlio será devido aos herdeiros legais do participante ou assistido, na ordem natural de sua sucessão.		

§5º - Considera-se, ainda, justificada a dependência econômica da companheira do participante ou assistido ou do companheiro da participante ou assistida, desde que verificada a coabitação, na forma da legislação em vigor.		
§6º – Para os efeitos do disposto no §5º deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea, mesmo em tetos distintos, entre participante ou assistido e mais de uma pessoa.		
CAPÍTULO III		
Inscrição dos membros no Plano Básico		
Art.7º - Considera-se inscrição, para os efeitos deste Regulamento:		
I – em relação ao <i>Patrocinador</i> , a autorização de funcionamento da <i>Ceres</i> , em conformidade com a Portaria nº 1.701, de 19 de julho de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Convênio de Adesão firmado em 26 de dezembro de 2000.		
II – em relação a participante, a homologação do respectivo pedido de inscrição, observado o disposto no art.85;		
III – em relação a beneficiário, o deferimento de sua inscrição nos termos deste Regulamento, declarada por participante ou assistido e comprovada por documentos hábeis.		
Seção I		
Inscrição dos participantes		
Art.8º - A inscrição como participante é facultada exclusivamente aos empregados inscritos no regime de previdência ao qual estejam filiados por intermédio do <i>Patrocinador</i> .		

§1º - São considerados fundadores os participantes inscritos neste Plano de Benefícios até 60 (sessenta) dias contados da data de abertura de inscrição, estabelecida por ato da Diretoria Executiva, aos quais foi dispensado o pagamento da jóia referida no inciso III do art.48.		
§2º - Os participantes que solicitarem inscrição neste Plano de Benefícios após o prazo referido no §1º, deverão pagar a jóia mencionada no inciso III do art.48.		
Art.9º - Os participantes, para promoverem suas respectivas inscrições neste Plano de Benefícios, devem preencher impresso próprio fornecido pela <i>Ceres</i> e entregar, dentre outros documentos que venham a ser exigidos, o comprovante de contrato de trabalho com o <i>Patrocinador</i> .		
§1º - O empregado recém-admitido no patrocinador poderá comprovar a higidez física e mental mediante apresentação do exame médico admissional, desde que a sua inscrição ocorra dentro dos primeiros 30 (trinta) dias contados da vigência do contrato de trabalho.		
§2º - Após o prazo mencionado no §1º, a inscrição do empregado como participante deste plano de benefícios só será aceita mediante apresentação de Atestado Médico fornecido por clinica médica indicada ou aceita pela Ceres e pelo patrocinador, sem ônus para a Ceres e para o patrocinador.		
§3º - O empregado cujo exame médico não apresentar higidez física e mental, poderá se inscrever neste plano de benefícios, mediante o pagamento do custo estabelecido em função do aumento do risco atuarial.		

§4º - A inclusão de qualquer tempo de serviço, ou qualquer alteração de dados cadastrais do participante, apresentados após a sua inscrição, implicará no pagamento pelo próprio participante, quando for o caso, do fundo atuarialmente calculado para compensar os reflexos de aumento no custo do plano resultante da nova informação.		
Seção II		
Inscrição de Beneficiários		
Art.10 – Para inscrição de beneficiário, é indispensável a do participante ou assistido a que esteja vinculado por dependência econômica.		
§1º - No ato de sua inscrição, o participante deverá indicar seus beneficiários, apresentando os documentos que possam vir a ser exigidos.		
§2º - A prova de inscrição no Regime Geral de Previdência Social como dependente do segurado dispensa qualquer outra documentação para fins de comprovação da qualidade de beneficiário do participante ou assistido perante este Plano de Benefícios.		
§3º - A Ceres reserva-se o direito de efetuar inspeções que julgar convenientes para efeito de constatação das declarações prestadas.		
Art.11 – O participante ou o assistido são obrigados a comunicar à Ceres, dentro de 30(trinta) dias de sua ocorrência, os fatos que alterem as declarações prestadas no ato de sua inscrição, inclusive no que tange à inclusão de novos beneficiários.		
Art.12 – Ocorrendo falecimento do participante ou assistido sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a prestações anteriores, a menos que seja comprovada a inscrição nos termos do §2º do art.10.		

§1º - O disposto no caput aplica-se, também, aos casos de detenção ou reclusão de participante.		
§2º - O disposto no caput não se aplica à companheira do participante ou assistido e ao companheiro da participante ou assistida, cuja inscrição deve ser anterior a qualquer dos eventos referidos, ressalvado o caso em que seja apresentada a prova referida no §2º do art.10.		
CAPÍTULO IV		
Cancelamento da Inscrição dos Membros do Plano de Benefícios		
Seção I		
Cancelamento de inscrição de <i>Patrocinador</i>		
Art.13 – O cancelamento da inscrição do <i>Patrocinador</i> , após aprovação pelas autoridades competentes e observadas as disposições legais e estatutárias, dar-se-á:		
I - a seu requerimento;		
II - por sua extinção, inclusive através de cisão, fusão, ou incorporação;		
III – pelo descumprimento de suas obrigações para com a <i>Ceres</i> .		
§1º - Nos casos previstos neste artigo, o <i>Patrocinador</i> ou seu sucessor legal ficará obrigado a recolher à <i>Ceres</i> os fundos atuariais necessários para assegurar os direitos dos participantes e assistidos, nos termos da legislação vigente, ou prestar garantias quando o recolhimento for feito parceladamente.		

§2º - O <i>Patrocinador</i> ficará exonerado das obrigações previstas no §1º, se aquelas forem integralmente assumidas pelo sucessor legal que se inscrever como <i>Patrocinador</i> deste Plano de Benefícios.		
Seção II		
Cancelamento de Inscrição de Participante		
Art.14 - Será cancelada a inscrição do participante que:		
I - falecer;		
II - requerer o cancelamento de sua inscrição;		
III – Não efetuar o pagamento de 3 (três) contribuições, consecutivas ou não, observado o disposto no §2º do art.53;		
IV – Requerer o resgate ou a portabilidade, nas condições estabelecidas respectivamente nas seções IV e V do Capítulo XV.		
V – deixar de ser empregado do <i>Patrocinador</i> , ressalvados os casos de aposentadoria e daqueles que tiverem assegurado o direito de permanecerem inscritos neste plano de benefícios, nas condições previstas nas seções II e III do Capítulo XV.		
§1º – Ressalvado o caso de morte do participante, o cancelamento de sua inscrição importa o cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários.		
§2º - O cancelamento da inscrição implica a cessação de todos os compromissos previstos neste regulamento, em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito ao resgate previsto na seção IV do Capítulo XV.		
Seção III		

Cancelamento de Inscrição de Beneficiário		
Art.15 – Será cancelada a inscrição, como beneficiário:		
I - do cônjuge, após a anulação do casamento, ou após a separação legal, em que se torne expressa ou tácita a perda da percepção de alimentos, aplicando-se essa disposição também aos casos de separação entre companheiro e companheira, determinada por decisão judicial;		
II – do cônjuge, da companheira do participante ou assistido ou do companheiro da participante ou assistida que, por tempo superior a 2 (dois) anos, abandonar, sem justo motivo, a habitação comum;		
III – do cônjuge, da companheira do participante ou assistido ou companheiro da participante ou assistida que, mesmo com justo motivo, tenha deixado a habitação comum, por tempo superior a 2 (dois) anos e, no fim desse prazo, esteja hígido, válido e com idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos;		
IV - do cônjuge, da companheira do participante ou assistido ou companheiro da participante ou assistida que, tendo deixado a habitação comum, venha a perceber, de outras fontes, rendimento bruto mensal não inferior ao benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social;		
V - dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude o inciso II do art.6º;		
VI – das pessoas inscritas como beneficiárias na forma do inciso III do art.6º, para as quais for comprovado haverem deixado de atender à condição justificadora da dependência econômica referida naquele dispositivo;		

VII - da pessoa que perder junto ao Regime Geral de Previdência Social a qualidade de beneficiária do participante ou assistido e que não esteja amparada pelo inciso III do art.6º.		
CAPÍTULO V		
Benefícios do Plano		
Art.16 – Os benefícios assegurados por este Regulamento abrangem:		
I – Benefícios programados e continuados:		
a) Suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição;		
b) Suplementação da aposentadoria especial;		
c) Suplementação de aposentadoria antecipada;		
d) Suplementação da aposentadoria por idade;		
e) Suplementação de abono anual.		
II – Benefícios de risco:		
a) Suplementação do auxílio-doença;		
b) Suplementação da aposentadoria por invalidez;		
c) Suplementação da pensão;		
d) Suplementação do auxílio-reclusão;		
e) Suplementação de abono anual		
III – Benefícios de pagamento único		
a) Pecúlio por morte.		

§1º - A <i>Ceres</i> poderá promover novas modalidades de benefícios, mediante contribuição dos participantes e do <i>Patrocinador</i> , observadas as disposições legais vigentes e o disposto no §3º do art.1º do Estatuto.			
§2º - Para todos os fins deste Regulamento, será entendido como elegibilidade a benefício programado pleno, o cumprimento, pelo participante, de todos os requisitos para auferir suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, suplementação de aposentadoria especial ou suplementação de aposentadoria por idade, previstas nas alíneas “a”, “b”, ou “d” do Inciso I.			
CAPÍTULO VI			
Definições gerais			
Seção I			
Salário-de-participação			
Art.17 – Entende-se por salário-de-participação:			
I – no caso de participante, a remuneração paga pelo <i>Patrocinador</i> , observado o limite previsto no §3º do art.18 e excluídos:			
a) horas extras não incorporadas;			
b) gratificação de função relativa à substituição de titular de cargo ou função de confiança;			
c) gratificação e abono pecuniário de férias;			
d) proventos de caráter eventual.			

II - no caso de participante que entrar em gozo de suplementação do auxílio-doença, o total da remuneração mencionada no inciso I, referente ao mês anterior ao do início desse benefício, atualizado nas mesmas épocas e proporções em que forem concedidos reajustes gerais dos salários dos empregados do <i>Patrocinador</i> , observado o disposto no parágrafo único do art.48.			
III - no caso dos demais assistidos, o valor da suplementação percebida.			
Parágrafo Único - Para todos os efeitos deste Regulamento, o 13º (décimo terceiro) salário será considerado como salário-de-participação isolado, referente ao mês de seu pagamento.			
Art.18 – Para fins de estabelecimento do limite do salário de participação, fica criado, a partir de 01 de junho de 2003, o Valor de Referência.			
§1º – O Valor de Referência mencionado no caput é de R\$ 1.869,34 (um mil, oitocentos e sessenta e nove Reais e trinta e quatro centavos).			
§2º - a partir de junho de 2004, o Valor de Referência será corrigido anualmente pela variação acumulada do INPC, no período compreendido entre os meses de maio do ano anterior e abril do ano corrente.			
§3º - O salário de participação não poderá ultrapassar a 3 (três) vezes o Valor de Referência.			
Seção II			
Salário-de-Benefício			

Art.19 - O salário-de-benefício consiste no cálculo hipotético da média aritmética simples dos últimos 36 (trinta e seis) salários de participação, limitados mensalmente aos correspondentes tetos de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social e aos Valores de Referência referidos no art.18, corrigidos pelo INPC, no período compreendido entre o mês de competência do salário de participação e o mês considerado como do início do benefício.			
§1º - A média aritmética referida no caput será limitada, até maio de 2003, ao teto de contribuição do Regime Geral de Previdência Social e, a partir de junho de 2003, ao Valor de Referência, vigentes no mês do início do benefício.			
§2º - Nos casos em que for admitida a concessão de benefício ao participante com menos de 36 (trinta e seis) salários-de-participação, serão considerados os salários-de-participação a que teria direito se tivesse sido contratado pelo <i>Patrocinador</i> no seu padrão salarial inicial nos 36 (trinta e seis) meses anteriores ao da concessão do benefício.			
Seção III			
Salário-Real-de-Benefício			
Art.20 – O salário-real-de-benefício é a média aritmética simples dos salários-de-participação referentes ao período abrangido pelos 12 (doze) últimos meses anteriores ao da concessão do benefício, corrigidos monetariamente pelo INPC, no período compreendido entre o mês de competência do salário e o mês considerado como de início do benefício.			

§1º - Nos casos em que for admitida a concessão de suplementação ao participante com menos de 12 (doze) salários-de-participação, serão considerados os salários-de-participação a que teria direito se tivesse sido contratado pelo <i>Patrocinador</i> no seu padrão salarial inicial nos 12 (doze) meses anteriores ao da concessão do benefício.			
§2º - O 13º (décimo terceiro) salário não será considerado para efeito do cálculo da média a que se refere o parágrafo precedente.			
§3º - Ressalvados os casos de pensão ou aposentadoria por invalidez concedidas em decorrência de acidente pessoal involuntário, não serão considerados no cálculo do salário-real-de-benefício quaisquer aumentos do salário-de-participação verificados no curso dos últimos 60 (sessenta) meses anteriores ao da concessão de benefício, que não provenham de reajustes aplicados em caráter geral para corrigir a distorção inflacionária.			
Seção IV			
Abono de Aposentadoria			
Art.21 - O abono de aposentadoria consiste em um valor adicional de 20% (vinte por cento) do salário-de-benefício, desde que a suplementação de aposentadoria tenha sido concedida com o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de serviço reconhecido pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência.			
Seção V			
Benefício Mínimo			

Art.22 - O valor inicial das suplementações mencionadas nas alíneas "a" a "d" do inciso I e alíneas "a" e "b" do Inciso II, todos do art.16, adicionado do abono de aposentadoria mencionado no art.21, não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do salário-de-benefício referido no art.19.		
Parágrafo Único – No caso de concessão de suplementação de aposentadoria antecipada, o valor do benefício mínimo será calculado com a aplicação do fator redutor previsto no §1º do art.29.		
Seção VI		
Regras gerais de concessão		
Art.23 – O cálculo dos benefícios referidos no art.16 far-se-á com base no salário-de-participação, salário-real-de-benefício e no salário-de-benefício do participante.		
Parágrafo único - Os benefícios suplementares previstos neste regulamento terão vencimento fixado para o último dia do mês de competência e serão pagos no período entre o último dia útil desse mês e o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, exceto no mês de dezembro, cujos pagamentos serão efetuados até o dia 20 (vinte).		
Art.24 – O participante que se aposentar no Regime Geral de Previdência Social e permanecer vinculado ao quadro de empregados do <i>Patrocinador</i> , bem como aquele que tenha se inscrito depois de aposentado por regime público de previdência social, terão direito aos benefícios previstos no art.16, ao preencherem os requisitos deste Regulamento.		
Parágrafo único - O valor do benefício suplementar será calculado na data do requerimento, observadas as demais regras previstas neste regulamento.		
CAPÍTULO VII		
Benefícios Programados e Continuados		

Seção I		
Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Contribuição		
Art.25 - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição será concedida ao participante que a requerer, desde que tenha se desligado do quadro de empregados do <i>Patrocinador</i> , tenha sido concedida aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência e possua:		
I – no caso dos participantes inscritos até 31.12.94, pelo menos 58 (cinquenta e oito) anos de idade, 5 (cinco) anos de vinculação ininterrupta neste Plano de Benefícios e 10 (dez) anos de vinculação empregatícia ininterrupta ao <i>Patrocinador</i> .		
II - no caso dos participantes inscritos a partir de 01.01.95, pelo menos 60 (sessenta) anos de idade e 15 (quinze) anos de vinculação ininterrupta a este Plano de Benefícios.		
§1º - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição será paga enquanto for mantida pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência.		
§2º - A data do início da suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição será fixada:		
I – Em relação aos participantes vinculados ao <i>Patrocinador</i> :		
a) a partir do dia seguinte ao da rescisão do contrato de trabalho, se o benefício for requerido até 60 (sessenta) dias após o desligamento;		
b) na data do requerimento, quando o benefício for requerido após o prazo mencionado na alínea anterior.		

II – Em relação a participante optante pelo autopatrocínio, na data do requerimento.		
Art.26 - A suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição consistirá numa renda mensal constituída das seguintes parcelas:		
I – diferença entre o salário-real-de-benefício e o salário-de-benefício, definidos respectivamente nos arts. 20 e 19;		
II – abono de aposentadoria, se for o caso, definido e limitado na forma do art.21.		
Seção II		
Suplementação da Aposentadoria Especial		
Art.27 - A suplementação da aposentadoria especial será concedida ao participante que a requerer, desde que tenha se desligado do quadro de empregados do <i>Patrocinador</i> , tenha sido concedida aposentadoria especial pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência e possua:		
I – no caso dos participantes inscritos até 31.12.94, pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade, 5 (cinco) anos de vinculação ininterrupta a este Plano de Benefícios e 10.		
(dez) anos de vinculação empregatícia ininterrupta ao <i>Patrocinador</i> ;		
II – no caso dos participantes inscritos a partir de 01.01.95, pelo menos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 15 (quinze) anos de vinculação ininterrupta a este Plano de Benefícios.		
§1º - A suplementação da aposentadoria especial será paga enquanto mantida pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência.		

§2º - A data do início da suplementação de aposentadoria especial será fixada:		
I – Em relação aos participantes vinculados ao <i>Patrocinador</i> :		
a) a partir do dia seguinte ao da rescisão do contrato de trabalho, se o benefício for requerido até 60 (sessenta) dias após o desligamento;		
b) Na data do requerimento, quando o benefício for requerido após o prazo mencionado na alínea anterior.		
II – Em relação a participante optante pelo autopatrocínio, na data do requerimento.		
Art.28 - A suplementação da aposentadoria especial consistirá numa renda mensal constituída das seguintes parcelas:		
I – diferença entre o salário-real-de-benefício e o salário-de-benefício, definidos respectivamente nos arts.20 e 19 e;		
II – abono de aposentadoria, se for o caso, definido e limitado na forma do art.21.		
Seção III		
Suplementação da Aposentadoria Antecipada		

Art.29 – Mediante pagamento dos fundos atuariais correspondentes ao aumento dos encargos respectivos, calculados para cada caso, as suplementações de aposentadoria por tempo de contribuição ou especial poderão ser concedidas, aos que as requererem antes de atingir o mínimo etário exigido neste Regulamento, desde que tenham cumprido os demais requisitos de rescisão do contrato de trabalho com o <i>Patrocinador</i> , tempo de filiação ininterrupta à <i>Ceres</i> e comprovação da aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência.		
§1º - O fundo previsto no “caput” poderá ser substituído para os que a requererem a partir dos 44 (quarenta e quatro) anos de idade, pela redução do benefício suplementar, mediante a aposição de fator redutor atuarialmente determinado conforme Nota Técnica Atuarial.		
§2º - A substituição prevista no §1º não será permitida quando o <i>Patrocinador</i> requerer o cancelamento de sua inscrição, até o cumprimento das exigências contidas no §1º do art.13.		
Seção IV		
Suplementação da Aposentadoria por Idade		
Art.30 - A suplementação da aposentadoria por idade será concedida ao participante que a requerer, desde que simultaneamente:		
I - tenha se desligado do quadro de empregados do <i>Patrocinador</i> ;		
II - tenha sido concedida aposentadoria por idade pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime de previdência pública;		
III – tenha completado 60 (sessenta) anos de idade, no caso de participante do sexo feminino e 65 (sessenta e cinco) anos, no caso de participante do sexo masculino;		

IV – tenha 5 (cinco) anos de vinculação ininterrupta neste Plano de Benefícios e 10 (dez) anos de vinculação empregatícia ininterrupta ao <i>Patrocinador</i> , no caso de participantes de ambos os sexos inscritos até 31/12/1994;		
V – tenha 15 (quinze) anos de vinculação ininterrupta neste Plano de Benefícios no caso de participantes de ambos os sexos inscritos a partir de 01/01/1995.		
Parágrafo único – O período de carência previsto nos incisos IV e V não se aplica ao caso em que a aposentadoria por idade tenha resultado de conversão da aposentadoria por invalidez concedida em conformidade com a legislação do Regime Geral de Previdência Social ou de outro regime público de previdência.		
Art.31 - A suplementação da aposentadoria por idade consistirá numa renda mensal constituída das seguintes parcelas:		
I – diferença entre o salário-real-de-benefício e o salário-de-benefício, definidos respectivamente nos arts.20 e 19;		
II – abono de aposentadoria, se for o caso, definido e limitado na forma do art.21.		
§1º - A suplementação da aposentadoria por idade será paga enquanto mantida pelo Regime Geral de Previdência Social ou outro regime público de previdência.		
§2º - A data do início da suplementação de aposentadoria por idade será fixada:		
I – Em relação aos participantes vinculados ao <i>Patrocinador</i> :		

a) a partir do dia seguinte ao da rescisão do contrato de trabalho, se o benefício for requerido até 60 (sessenta) dias após o desligamento;		
b) na data do requerimento, quando o benefício for requerido após o prazo mencionado na alínea anterior.		
II – Em relação a participante optante pelo autopatrocínio, na data do requerimento.		
CAPÍTULO VIII		
Benefícios de Risco		
Seção I		
Suplementação do Auxílio-doença		
Art.32 - A suplementação do auxílio-doença será paga ao participante que a requerer, com pelo menos 12 (doze) meses de contribuição para este Plano de Benefícios, enquanto for mantido o auxílio-doença pelo Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto no §1º deste artigo.		
§1º - O período de carência referido no caput não será exigido quando o afastamento for motivado por acidente do trabalho.		
§2º - A suplementação do auxílio-doença será mantida, enquanto, a juízo da Ceres, o participante permanecer incapacitado para o exercício profissional, ficando ele obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados pela Ceres, exceto o tratamento cirúrgico, que lhe será facultativo.		
Art.33 - A suplementação do auxílio-doença consistirá numa renda mensal correspondente à diferença entre o salário-real-de-benefício e o salário-de-benefício, definidos respectivamente nos arts.20 e 19.		

Art.34 - A data do início da suplementação do auxílio-doença será fixada:		
I – Em relação aos participantes vinculados ao <i>Patrocinador</i> :		
a) na mesma data da concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social e, no caso de participante já aposentado por regime público de previdência, a partir do 16º (décimo sexto) dia da efetiva comprovação da incapacidade;		
II – Em relação a participante optante pelo autopatrocínio, a partir da data de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social ou, nos demais casos, a partir do 16º (décimo sexto) dia da efetiva comprovação da incapacidade.		
Seção II		
Suplementação da Aposentadoria por Invalidez		
Art.35 - A suplementação da aposentadoria por invalidez será concedida ao participante que se invalidar após o primeiro ano de vinculação a este Plano de Benefícios e será paga durante o período em que lhe for mantida a aposentadoria por invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo.		
§1º - O período de carência referido neste artigo não será exigido nos casos de invalidez ocasionada por acidente involuntário.		
§2º - A suplementação da aposentadoria por invalidez será mantida enquanto, a juízo da <i>Ceres</i> , o participante permanecer incapacitado para o exercício da profissão, ficando ele obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados pela <i>Ceres</i> , exceto o tratamento cirúrgico, que lhe será facultativo.		

§3º - A data do início da suplementação de aposentadoria por invalidez será fixada:		
I – Em relação aos participantes vinculados ao <i>Patrocinador</i> :		
a) na mesma data da concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, nos casos de aposentadoria por invalidez precedida ou não de auxílio-doença;		
b) na data da comprovação da incapacidade, no caso de participante já aposentado por regime público de previdência.		
II – Em relação a participante optante pelo Autopatrocínio ou pelo Benefício Proporcional Diferido com a cobertura de benefícios de risco mencionados no inciso V do art.62, a partir da data de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social ou, nos demais casos, a partir da efetiva comprovação da incapacidade.		
Art.36 – A suplementação da aposentadoria por invalidez consistirá numa renda mensal constituída das seguintes parcelas:		
I – diferença entre o salário-real-de-benefício e o salário-de-benefício, definidos respectivamente nos arts.20 e 19;		
II – abono de aposentadoria, se for o caso, definido e limitado na forma do art.21.		
Parágrafo Único - Para o participante inscrito no Benefício Proporcional Diferido com a cobertura do risco de invalidez referido no inciso V do art.61, o valor da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez será igual ao Benefício Proporcional Diferido a que teria direito caso tivesse cumprido o período de diferimento.		

Art.37 - A suplementação de aposentadoria por invalidez quando precedida de suplementação de auxílio-doença, terá como valor inicial a diferença entre o salário-real-de-benefício e o salário-de-benefício, mencionados respectivamente nos arts.20 e 19, calculado na data de início da suplementação de aposentadoria por invalidez, com base nos salários-de-participação mencionados no inciso II do art.17.		
Seção III		
Suplementação da Pensão		
Art.38 - A suplementação da pensão será concedida, sob a forma de renda mensal, ao conjunto de beneficiários do participante ou assistido que vier a falecer.		
§1º - A suplementação da pensão será devida a partir do dia seguinte ao do óbito do participante ou assistido.		
§2º - Na data do requerimento, os beneficiários, tutores ou curadores deverão comprovar a sua respectiva qualificação, mediante apresentação dos correspondentes documentos oficiais.		
Art.39 – O valor da suplementação da pensão será constituído de uma cota familiar e de tantas cotas individuais quantos forem os beneficiários até o máximo de 4 (quatro).		
§1º - A cota familiar, pertencente a todo o grupo de beneficiários, será igual a:		
a) – no caso de participante que na data do óbito estivesse vinculado ao <i>Patrocinador</i> ou optado pelo autopatrocínio, 80% (oitenta por cento) do valor da suplementação de aposentadoria por invalidez a que teria direito na data do óbito, acrescido de cotas individuais de 5% (cinco por cento) para cada beneficiário, até o limite máximo referido no caput;		

b) – no caso de assistido, 80% (oitenta por cento) do valor da suplementação de aposentadoria ou do auxílio-doença percebida por força deste Regulamento, atualizada, na forma do art.46, até o mês anterior ao do óbito e acrescidos de cotas individuais de 5% (cinco por cento) para cada beneficiário, até o limite máximo referido no caput.		
c) - no caso de inscrito no Benefício Proporcional Diferido com a cobertura do risco de morte previsto no Inciso V do art.61 e cujo óbito venha ocorrer no período de diferimento, 80% (oitenta por cento) do valor da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez referida no parágrafo único do art.36, acrescidos de cotas individuais de 5% (cinco por cento) para cada beneficiário, até o limite máximo referido no caput.		
§2º - A suplementação da pensão será rateada em parcelas iguais entre os beneficiários inscritos, não se adiando a concessão do benefício por falta de inscrição de outros possíveis beneficiários.		
Art.40 – A parcela de suplementação da pensão será extinta pela ocorrência de qualquer evento mencionado no art.15.		
Art.41 – Toda vez que se extinguir uma parcela de suplementação da pensão, processar-se-á novo cálculo e novo rateio do benefício na forma do art.39 considerando-se, os beneficiários remanescentes e sem prejuízo dos reajustes concedidos nos termos do art.46.		
Parágrafo Único – Com a extinção da parcela do último beneficiário extinguir-se-á também a suplementação da pensão.		
Seção IV		
Suplementação do auxílio-reclusão		

Art.42 - A suplementação do auxílio-reclusão será concedida ao conjunto de beneficiários do participante que passar para a condição de detento ou recluso.		
§1º - A suplementação do auxílio-reclusão terá início a contar da data do efetivo recolhimento à prisão e será mantida enquanto durar a reclusão ou detenção.		
§2º - Falecendo o detento ou recluso, será automaticamente convertida em suplementação de pensão a suplementação de auxílio-reclusão que estiver sendo paga aos seus beneficiários.		
§3º - A suplementação do auxílio-reclusão consistirá numa renda mensal calculada da mesma forma prevista na alínea "a" do §1º do art.39, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto nos arts.40 e 41.		
Art.43 - A suplementação do auxílio-reclusão será requerida pela pessoa que comprovar encontrar-se na chefia da família do detento ou recluso e apresentar documento comprobatório da detenção ou reclusão, firmado pela autoridade competente.		
§1º - A libertação do detento ou recluso sem a extinção do contrato de trabalho com o <i>Patrocinador</i> , implicará na continuidade da sua inscrição neste plano de benefícios.		
§2º - Ocorrendo a libertação do detento ou recluso cujo contrato de trabalho com o <i>Patrocinador</i> tenha sido extinto, a ele será facultado permanecer inscrito neste plano de benefícios, na qualidade de participante, ou requerer o cancelamento de sua inscrição de acordo com as condições estabelecidas no art. 14.		
CAPÍTULO IX		
Suplementação do Abono Anual		

Art.44 - A suplementação do abono anual será paga aos assistidos, até o mês de dezembro de cada ano.		
§1º - O abono anual corresponderá a tantos doze avos da suplementação de dezembro quanto for o número de meses em que o assistido se manteve em gozo de benefício, no curso do ano civil.		
§2º - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, será considerado como mês integral os períodos superiores a 15 (quinze) dias.		
§3º - Nos casos de assistidos em gozo de suplementação de auxílio-doença, o abono anual será pago mensalmente, e seu valor corresponderá a 1/12 avos do valor da suplementação pago no mês.		
CAPÍTULO X		
Benefícios de Pagamento Único		
Seção I		
Pecúlio por morte		
Art.45 – O pecúlio por morte consistirá no pagamento de importância equivalente:		
I – no caso de participante, ao quádruplo do salário-real-de-benefício mencionado no art.20 e observado o disposto no art.67.		
II – no caso de assistido, ao quádruplo do salário-real-de-benefício considerado no cálculo da suplementação de aposentadoria, auxílio-doença ou auxílio-reclusão, reajustado pelo índice mencionado no art.46 até o mês precedente ao de sua morte.		

	Alteração visando a inclusão do seguro para benefício de risco - pecúlio	§1º – Em ambas os casos previstos nos incisos, a Ceres poderá optar por contratar companhia seguradora, para cobertura do risco e pagamento da indenização do pecúlio, devendo ser assegurado na apólice do seguro que o pagamento da indenização será feito para a Ceres, visando atender a previsão contida nesse regulamento.	
		§2º – O valor do pecúlio permanecerá custeado pela contribuição normal do participante e do patrocinador, nos termos dos incisos I e V do artigo 48, na forma definida no plano de custeio.	
		§3º- A companhia seguradora pagará a indenização mediante a apresentação da documentação mínima, que constará na apólice, exigida pelo órgão público regulador de seguros.	
CAPÍTULO XI			
Reajuste dos benefícios			
Art.46 – Os benefícios de prestação mensal continuada assegurados por este Regulamento serão reajustados anualmente, no mês de fevereiro, pela variação INPC, no período entre fevereiro do ano anterior ao do reajuste e janeiro do ano do reajuste.			
§1º - O primeiro reajuste considerará somente a variação do INPC entre o mês de início do benefício e janeiro do ano do reajuste.			
§2º - Verificada a necessidade de recomposição de rendas em período inferior a um ano, diante da conjuntura econômica nacional, o Conselho Deliberativo, por proposta da Diretoria Executiva, respaldada em parecer atuarial favorável, poderá estabelecer antecipação do reajuste de que trata o caput deste artigo.			
§3º - As antecipações de que trata o parágrafo precedente serão descontadas no reajuste previsto para fevereiro de cada ano.			

CAPÍTULO XII		
Plano de custeio		
Art.47 - O Plano de Custeio pertinente a este Plano de Benefícios, será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais.		
Parágrafo Único – Independentemente do disposto neste artigo, o Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do Plano de Benefícios.		
Art.48 - O custeio deste Plano de Benefícios será atendido pelas seguintes fontes de receita:		
I – contribuição normal dos participantes, mediante o recolhimento de um percentual do salário-de-participação referido nos arts.17 e 18, fixado anualmente no Plano de Custeio, destinada ao custeio dos benefícios previstos neste regulamento e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento do plano de benefícios;		
II – contribuição extraordinária dos participantes, mediante o recolhimento de um percentual do salário-de-participação referido nos arts.17 e 18, fixado anualmente no Plano de Custeio e destinada ao custeio de déficits, serviços passados e outras finalidades não previstas na contribuição normal, observado o disposto no §3º do art. 9º.		
III – jôias dos participantes, determinadas atuarialmente em face da idade, remuneração, tempo de serviço prestado ao <i>Patrocinador</i> , tempo de vinculação ao regime geral de previdência social ou outro regime público de previdência e tempo de afastamento voluntário deste Plano de Benefícios.		

IV – recursos referentes à portabilidade, transferidos em nome do participante, na forma da legislação vigente;			
V – contribuição normal do <i>Patrocinador</i> , igual à contribuição normal dos participantes, destinada ao custeio dos benefícios previstos neste regulamento e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento do plano de benefícios;			
VI – contribuição extraordinária do <i>Patrocinador</i> , mediante o recolhimento de um percentual incidente sobre a folha dos salários-de-participação referidos nos arts.17 e 18, fixado anualmente no Plano de Custeio e destinada ao custeio de déficits, serviços passados e outras finalidades não previstas na contribuição normal;			
VII – contribuição normal dos assistidos, mediante o recolhimento do percentual de 8% (oito por cento) incidente sobre o salário de participação, destinada ao custeio dos benefícios previstos neste regulamento e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento do plano de benefícios, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.;			
VIII – contribuição adicional dos assistidos, mediante o recolhimento de um percentual incidente sobre o salário de participação, fixado no plano de custeio, destinada ao custeio de déficits, serviços passados e outras finalidades não previstas nas contribuições normais, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.			
IX – receitas de aplicações do patrimônio;			
X – doações, subvenções, legados e outras receitas não previstas nos incisos precedentes.			
Parágrafo Único - As contribuições normal e adicional dos assistidos em gozo de suplementação de auxílio-doença incidirá sobre o valor do benefício.		Parágrafo Único §1º- As contribuições normal e adicional dos assistidos em gozo de suplementação de auxílio-doença incidirá sobre o valor do benefício.	

	Inclusão para mencionar a possibilidade de contratar seguro.	§2º - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto a sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura dos riscos motivados pela concessão de benefícios decorrentes da invalidez ou morte de participantes ou assistidos, sobrevivência de assistido, ou desvio das hipóteses biométricas, de forma a assegurar sua solvência e equilíbrio.
Art.49 – A jóia referida no inciso III do art.48 será paga, em qualquer caso, em forma de contribuição mensal adicional determinada atuarialmente e aprovada em Ato Regulamentar.		
§1º - O valor da jóia poderá ser reduzido, mediante a fixação de período de carência especial, que o interessado indicará por escrito no seu pedido de inscrição, para o efeito exclusivo de concessão dos benefícios mencionados no inciso I do art.16.		
§2º - A jóia nunca será inferior ao resultado da multiplicação do valor da contribuição mensal prevista no inciso I do art.48 para o mês de entrada do requerimento da inscrição, pelo dobro do número de meses transcorridos da vigência do Estatuto, ou pelo dobro do número de meses a contar da vigência do contrato de adesão, durante os quais o interessado, apesar de empregado do <i>Patrocinador</i> , se tenha conservado voluntariamente desligado deste Plano de Benefícios.		
Art.50 - As contribuições previstas nos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII do art.48, terão vencimento no dia primeiro do mês subsequente ao de competência e serão recolhidas à <i>Ceres</i> até o décimo dia útil do mesmo mês.		
§1º - As contribuições referidas nos incisos I a III do art.48 e outras consignações em favor da <i>Ceres</i> , serão descontadas "ex-officio" dos salários dos participantes, na folha de pagamento do <i>Patrocinador</i> .		

§2º - Verificando-se o recolhimento das contribuições e consignações em data posterior ao décimo dia útil previsto no caput, os valores devidos terão correção monetária, calculada pela variação do INPC e os juros compostos de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês, aplicados “pro-rata-tempore” a partir do dia primeiro do mês subsequente ao mês de competência.			
§3º - No caso em que o atraso no recolhimento das contribuições e consignações ultrapasse 90 (noventa) dias, contados da data prevista para recolhimento mencionada no caput, o <i>Patrocinador</i> estará sujeito, além da correção monetária e juros mencionados no §2º, à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, sem prejuízo das demais penalidades legais.			
Art.51 - As contribuições referidas nos incisos VII e VIII do art.48 serão descontadas “ex officio” na folha de pagamento de benefícios.			
Art.52 - No caso de não serem descontadas do salário do participante ou do benefício do assistido as contribuições ou outras importâncias consignadas a favor da <i>Ceres</i> , ficará o participante ou o assistido obrigado a recolhê-las diretamente à <i>Ceres</i> no prazo estabelecido no caput do art.50.			
Art.53 – A obrigação de recolhimento de que trata o art.50 caberá também a participante que optar pelo autopatrocínio nos termos da Seção II do Capítulo XV.			
§1º – Não se verificando o recolhimento nos prazos regulamentares, ficará o inadimplente sujeito a incidência das penalidades previstas nos §§2º e 3º do art.50.			

§2º - Mantido o atraso de 3 (três) contribuições, consecutivas ou não, a <i>Ceres</i> , mediante notificação encaminhada para o endereço constante do seu cadastro, estabelecerá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para o participante liquidar o seu débito, sob pena de ter sua inscrição cancelada ou ter a inscrição automática no Benefício Proporcional Diferido, com a opção presumida pela cobertura dos riscos de invalidez ou morte, previstos no inciso V do art.61 e observadas as demais condições estabelecidas na seção III do Capítulo XV.		
CAPÍTULO XIII		
Despesas Administrativas		
Art.54 – As despesas administrativas necessárias à gestão do plano de benefícios serão de responsabilidade dos participantes, dos assistidos e do <i>Patrocinador</i> , de acordo com os percentuais estabelecidos no plano de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo e observados os limites fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, na forma da legislação vigente.		
CAPÍTULO XIV		
Aplicação do Patrimônio		
Art.55 – A <i>Ceres</i> aplicará o patrimônio do Plano Básico conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e em conformidade com a sua política de investimentos, observado o seguinte:		
I – rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio;		
II – garantia dos investimentos;		
III – manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;		
IV – transparência das operações.		

CAPÍTULO XV		
Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Resgate e Portabilidade		
Seção I		
Disposições Comuns		
Art.56 - A Ceres fornecerá ao participante, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da cessação do seu vínculo empregatício com o <i>Patrocinador</i> ou a partir da data do protocolo de requerimento, extrato contendo as seguintes informações:		
I - montante dos recursos garantidores do Benefício Proporcional Diferido, atuarialmente calculado, em conformidade com o disposto no art.63;		
II - condições de cobertura dos custos administrativo e dos riscos de invalidez ou morte na fase de diferimento, com a indicação do critério do respectivo custeio;		
III - data base do cálculo do Benefício Proporcional Diferido, com a indicação do critério de atualização;		
IV - indicação dos requisitos de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido;		
V – valor correspondente ao direito acumulado para fins de Portabilidade, com a indicação de valores atualizados de recursos portados pelo participante de outros planos de previdência complementar, conforme previsto no §2º do art.76;		
VI – indicação do critério de atualização do valor a ser transferido, a título de portabilidade, até a data da efetiva transferência;		

VII – data base e valor de resgate, com a observação sobre a incidência de tributação e indicação da faculdade de pagamento parcelado, conforme previsto no art.71;		
VIII – indicação da forma de atualização do valor de resgate entre a data base do cálculo e a data do efetivo pagamento;		
IX – salário de participação e forma de atualização, para fins de contribuição, no caso de opção pelo autopatrocínio;		
X – percentual inicial de contribuição, para fins de autopatrocínio, que passará a ser de responsabilidade do participante.		
§1º - A ausência de comunicação tempestiva, pelo <i>Patrocinador</i> , da cessação do vínculo empregatício, não retira do participante o direito de optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.		
§2º - Na hipótese de questionamento, pelo participante, das informações constantes no extrato previsto no caput, o prazo para opção por um dos institutos, conforme previsto nas seções II a V deste Capítulo, será suspenso até que sejam prestados pela Ceres , os esclarecimentos pertinentes, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.		
Art.57 - O participante que tenha cessado seu vínculo empregatício com o <i>Patrocinador</i> antes de ter preenchido os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno, inclusive na forma antecipada, e que não tenha optado pelo autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, portabilidade ou resgate, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento do extrato referido no art.56, terá presumida a sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que sejam atendidas as demais condições previstas na seção III deste Capítulo.		

Parágrafo Único – A opção presumida referida no caput será feita com a previsão de cobertura dos benefícios de risco decorrentes da morte ou invalidez do participante, conforme previsto no inciso IV do art.61.		
Seção II		
Autopatrocínio		
Art.58 - Autopatrocínio é a faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do <i>Patrocinador</i> , no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração.		
§1º - A opção pelo autopatrocínio será exercida no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do evento que motivou a perda total ou parcial da remuneração e deverá ser comunicada à Ceres por meio de formulário próprio devidamente assinado pelo participante.		
§2º - Será entendida como perda total da remuneração, a cessação ou a suspensão do vínculo empregatício com o <i>Patrocinador</i> .		
§3º - Será entendida como perda parcial da remuneração, a redução de parcelas componentes do salário de participação, desde que tenham sido recebidas de forma ininterrupta, pelo período mínimo de 12 (doze) meses anteriores à redução.		
§4º – O valor da perda da remuneração referida no caput, será atualizado nas mesmas épocas e proporções em que forem concedidos reajustes gerais dos salários dos empregados do <i>Patrocinador</i> .		

§5º – Na hipótese de suspensão do contrato de trabalho com o <i>Patrocinador</i> , motivada pela convocação para o serviço militar obrigatório, será facultado ao participante manter a inscrição com ou sem contribuições e, optando pela suspensão do pagamento das contribuições, a respectiva remuneração, para fins deste plano de benefícios, será de valor nulo.		
Art.59 – A opção pelo autopatrocínio garante a cobertura dos mesmos benefícios oferecidos por este regulamento, caso o participante não tivesse tido a perda total ou parcial da remuneração.		
§1º - O período de autopatrocínio será computado como tempo de vinculação funcional ao <i>Patrocinador</i> , para fins de cumprimento de carência deste plano de benefícios.		
§2º - A opção pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate, nas condições previstas neste regulamento.		
Seção III		
Benefício Proporcional Diferido		
Art.60 - O Benefício Proporcional Diferido é o instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o <i>Patrocinador</i> , optar por receber, em tempo futuro, o benefício suplementar de aposentadoria decorrente dessa opção.		
Art.61 – A opção pelo Benefício Proporcional Diferido será aceita desde que o participante atenda simultaneamente os seguintes requisitos:		
I – comprovar a cessação do vínculo empregatício com o <i>Patrocinador</i> ;		

II – ter 36 (trinta e seis) meses de vinculação ininterrupta a este plano de benefícios.		
III – não estar elegível a benefício programado pleno conforme previsto no §2º do art.16.		
IV – formalizar a opção pelo Benefício Proporcional Diferido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da cessação do vínculo empregatício, observado o disposto no art.57.		
V – formalizar a opção pela cobertura ou não cobertura dos riscos de invalidez ou morte no período de diferimento.		
VI - não ter requerido suplementação de aposentadoria antecipada, prevista na seção III do Capítulo VII.		
Art.62 - Durante o período de diferimento, será facultado ao participante optar pelo Resgate ou pela Portabilidade, nas condições previstas nas seções IV e V deste Capítulo.		
Art.63 – O Benefício Proporcional Diferido será atuarialmente calculado com base na reserva matemática do benefício pleno programado relativa ao participante, na data da opção, conforme Nota Técnica Atuarial.		
§1º - Da reserva matemática referida no caput serão deduzidas anualmente, durante o período de diferimento, as parcelas destinadas ao custeio administrativo e, se for o caso, à cobertura dos riscos de invalidez e morte referidos no inciso V do art.61.		
§2º - O valor da reserva matemática referido no caput não poderá ser inferior ao valor de resgate, observado o disposto no §3º do art.68.		

§3º - Os valores referidos no caput e parágrafos anteriores serão revistos anualmente com a finalidade de manter o equilíbrio entre a Reserva Matemática do Benefício Proporcional Diferido e o correspondente patrimônio garantidor, ajustando-se, no caso de insuficiência patrimonial, o valor do Benefício Proporcional Diferido.		
§4º - A reserva matemática prevista no caput será atualizada pela rentabilidade do ativo líquido deste plano de benefícios, limitada aos reajustes salariais gerais dos empregados do <i>Patrocinador</i> , mais as taxas de juros utilizadas nas avaliações atuariais, apurados da data da opção pelo Benefício Proporcional Diferido até o último dia do mês anterior ao de sua transformação em benefício suplementar.		
§5º - O participante inscrito no Benefício Proporcional Diferido não fará jus à suplementação de auxílio-doença ou suplementação de auxílio-reclusão.		
Art.64 - O Benefício Proporcional Diferido será devido e pago a partir da data do requerimento, desde que o participante tenha cumprido com os requisitos estabelecidos, conforme o caso, nos arts.25, 27 ou 30 e será atualizado na forma prevista no art.46.		
Art.65 – No caso do participante ter optado pela cobertura dos riscos mencionados no inciso V do art.61 e, ocorrendo a sua invalidez ou morte no período de diferimento, será concedida, conforme o caso, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez ou Suplementação de Pensão, nas condições previstas, respectivamente nas seções II e III do Capítulo VIII.		

Art.66 - No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do art.61 e ocorrendo a sua invalidez no período de diferimento, ser-lhe-á facultado optar por uma das seguintes alternativas:		
I – Permanecer inscrito neste plano de benefícios até cumprir os requisitos referidos no art.64;		
II – Requerer o resgate nas condições previstas no na Seção IV deste Capítulo;		
III – Requerer a portabilidade, nas condições previstas na seção V deste Capítulo.		
Art.67 - No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do art.61 e, ocorrendo a sua morte no período de diferimento, será pago aos seus beneficiários o valor equivalente ao Pecúlio por Morte, calculado com base no quíntuplo do salário-real-de-benefício considerado no cálculo do Benefício Proporcional Diferido, aplicando-se, no que couber, as regras previstas nos §§3º e 4º do art.6º.		
Seção IV		
Resgate		
Art.68 – Resgate é o instituto que faculta ao participante o recebimento do valor de suas contribuições pessoais, em decorrência do cancelamento da sua inscrição neste plano de benefícios.		
§1º - O resgate só será efetivado após a comprovação da cessação do vínculo empregatício do participante, na qualidade de empregado do <i>Patrocinador</i> .		
§2º - Não será permitido o resgate ao participante que esteja em gozo de benefício.		

§3º – Sobre o valor do resgate será descontada a parcela atuarialmente calculada dos custos administrativos e dos benefícios de risco.		
§4º - É vedado o resgate de recursos de portabilidade previstos no art.76, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar e facultado o resgate de recursos, oriundos de portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade aberta ou sociedade seguradora.		
Art.69 - Consideram-se contribuições pessoais as efetivamente pagas com recursos do próprio participante, inclusive aquelas que, em decorrência de autopatrocínio, forem vertidas ao plano em substituição às do <i>Patrocinador</i> .		
Art.70 - As contribuições pessoais referidas no art.69 serão corrigidas monetariamente entre o correspondente mês de competência e o mês anterior ao do resgate, de acordo com:		
I – até fevereiro de 1986, pela variação trimestral do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs);		
II – de março de 1986 até janeiro de 1989, pela variação do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs);		
III – de fevereiro de 1989 até maio de 1989, pela variação da LFT/BC;		
IV – de junho de 1989 até fevereiro de 1991, pela variação do valor nominal dos Bônus do Tesouro Nacional (BTN);		
V – de março de -1991 até dezembro de 1995, pela variação da Taxa Referencial (TR);		
VI – de janeiro de 1996 a 31 de maio de 2004, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M);		

VII – a partir de 01 de junho de 2004, pela variação do INPC.			
Art.71 - O pagamento do Resgate se processará:			
I – em parcela única, ou;			
II – Por opção do participante, em até 12 (doze) parcelas mensais consecutivas, corrigidas monetariamente pelo mesmo índice de correção referido no inciso VII do art.70.			
Seção V			
Portabilidade			
Art.72 – Portabilidade é o instituto que faculta ao participante transferir o valor de resgate a que tem direito neste plano de benefícios, para outro plano de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.			
Art.73 – O direito à portabilidade só poderá ser exercido pelo participante que, cumulativamente, preencher os seguintes requisitos:			
I – comprovar a cessação do seu vínculo empregatício com o <i>Patrocinador</i> ;			
II – ter cumprido 36 (trinta e seis) meses ininterruptos de filiação a este plano de benefícios.			
§1º – A opção pela Portabilidade será exercida em caráter irrevogável e irretratável e implicará, a partir da data da opção, o cancelamento da inscrição do participante neste plano de benefícios, juntamente com todos os seus beneficiários.			
§2º - O direito à portabilidade é inalienável, vedada a sua cessão sob qualquer forma.			

Art.74 - A portabilidade não será permitida ao participante que esteja em gozo de benefício.		
Art.75 - De posse do extrato de informações referido no art.56, o participante terá o prazo de 60 (sessenta) dias para formalizar a sua opção pela Portabilidade, mediante preenchimento de Termo de Opção fornecido pela Ceres .		
§1º - Não havendo a manifestação dentro do prazo referido no caput, a Ceres procederá a inscrição do participante no instituto do Benefício Proporcional Diferido, conforme previsto no art.57 e, na impossibilidade de proceder a inscrição, fará o cancelamento da inscrição do participante.		
§2º - Formalizada a opção, a Ceres enviará no prazo de 10 (dez) dias úteis, diretamente à entidade destinatária dos recursos a serem portados, o Termo de Portabilidade, contendo as seguintes informações:		
a) identificação do participante e sua anuência quanto aos dados contidos no Termo de Portabilidade;		
b) identificação da Ceres, com assinatura do seu representante legal;		
c) identificação do plano de benefícios originário;		
d) identificação da entidade que administra o plano de benefícios receptor;		
e) identificação do plano de benefícios receptor;		
f) valor a ser portado e o critério para sua atualização até a data da sua efetiva transferência;		
g) data limite para a transferência dos recursos entre a Ceres e a entidade de destino dos recursos portados;		

h) indicação da conta corrente titulada pela entidade que administra o plano de benefícios receptor.			
§3º - Os recursos a serem portados serão corrigidos monetariamente "pro-rata-tempore", pelo INPC, no período entre o mês da última atualização do valor a ser portado e o dia da efetiva transferência.			
§4º - Dos recursos financeiros referentes à portabilidade referidos na alínea "f" do §2º deste artigo, será descontada a parcela atuarialmente calculada dos custos administrativo e dos benefícios de risco.			
Art.76 - Os recursos portados de outra entidade previdenciária para a <i>Ceres</i> , poderão ser utilizados para o pagamento da jóia, por opção do participante e, havendo excedentes, registrados em conta separada, com a finalidade de conversão em benefício suplementar adicional, atuarialmente calculado na data da concessão.			
§1º – Os recursos excedentes referidos no caput, serão atualizados monetariamente a partir da data do recebimento, pelo índice referido no Inciso VII do art.70.			
§2º – Os recursos referidos no caput serão incorporados ao direito de exercício de posterior portabilidade, ou resgate, observada a restrição prevista no §4º do art.68.			
CAPÍTULO XVI			
Alterações do Regulamento			
Art.77 - Este Regulamento só poderá ser alterado por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo, sujeita à homologação do <i>Patrocinador</i> e à aprovação pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, na forma da legislação vigente.			

Art.78 - As alterações deste Regulamento não poderão:		
I – contrariar os objetivos referidos no art.1º do Estatuto;		
II – reduzir benefícios já iniciados;		
III – prejudicar direitos acumulados dos participantes e assistidos.		
IV – contrariar as normas gerais do Estatuto da <i>Ceres</i> .		
Parágrafo Único - As condições mencionadas no inciso III serão observadas, desde que não prejudiquem o interesse coletivo dos participantes.		
CAPÍTULO XVII		
Recursos Administrativos		
Art.79 - Caberá interposição de recursos, nas condições fixadas no Estatuto da <i>Ceres</i> .		
CAPÍTULO XVIII		
Disposições Gerais		
Art.80 – O direito às suplementações não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas.		
Parágrafo Único - Não correm prescrições contra menores, incapazes e ausentes na forma da Lei.		

Art.81 – Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade do pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, a <i>Ceres</i> manterá serviços de inspeção destinados a investigar a preservação de tais condições, podendo solicitar a comprovação da continuidade do pagamento do benefício pelo Regime Geral da Previdência Social ou outro regime público de previdência, requerer outros documentos e cancelar benefícios já concedidos.			
§1º - No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, as diferenças serão objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, observados os limites de descontos previstos na legislação da previdência social.			
§2º- As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres , nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juro de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês e taxa de administração.			
Art.82 - As importâncias não recebidas em vida pelo assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos inscritos ou habilitados à suplementação de pensão, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais do assistido, na forma da legislação vigente.			

Art.83 - As contribuições do <i>Patrocinador</i> , os benefícios de natureza previdenciária e as demais condições contratuais previstas neste regulamento não integram o contrato de trabalho do participante com o seu empregador, na qualidade de <i>Patrocinador</i> deste Plano de Benefícios, bem como a remuneração do participante.		
Art.84 – Os benefícios previstos no art.16, são avaliados de acordo com critérios constantes em Nota Técnica Atuarial e bases técnicas informadas nos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial.		
Parágrafo Único – Observadas as disposições legais, a taxa de juros será fixada na correspondente avaliação atuarial.		
Art.85 - Este plano de benefícios entrará em processo de extinção em 28 de junho de 2007, ficando vedada, a partir dessa data, a inscrição de quaisquer participantes.		
CAPÍTULO XIX		
Disposições Finais		
Art.86 - Este Regulamento foi aprovado na 149ª reunião do Conselho Deliberativo e entrará em vigor após ser aprovado pelo órgão regulador e fiscalizador.		

CT. DIREX Nº 097/2020

Brasília, 29 de junho de 2020.

Ao Senhor

Gerson Soares Alves Barreto

Presidente do Conselho Deliberativo da Ceres

Assunto: Proposta de alteração do método de amortização da contribuição extraordinária do plano Embrapa Básico.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, permita-me inicialmente apresentar uma breve contextualização sobre o assunto.

A patrocinadora Embrapa possui junto ao plano Embrapa Básico, uma obrigação relativa à contribuição extraordinária que foi originada principalmente pela eliminação, no cálculo atuarial, da premissa de “Gerações Futuras”, ocorrida entre os anos de 1996 e 1998.

Essa hipótese considerava na projeção atuarial, as quantidades e receitas hipotéticas de contribuições de novos participantes que substituiriam os participantes atuais, no plano.

Com a Emenda Constitucional Nº 20/1998, em dezembro de 2000, a Ceres foi obrigada a equacionar por completo os déficits dos planos de benefícios, entre outros, no plano Embrapa Básico.

Importante ressaltar, que o rateio do equacionamento desse déficit observou os dispositivos legais vigentes à época, em que resultou em uma contribuição maior à patrocinadora em relação aos participantes e assistidos, pois seguiu os percentuais de contribuições praticados desde a origem do plano de benefícios.

Além disso, destacamos que esse processo teve participação e a concordância de todos os agentes envolvidos, desde o então Conselho de Curadores da Ceres, a Embrapa, o então Departamento de Coordenação e Controle de Empresas Estatais – DEST e a Superintendência Nacional de Previdência de Complementar – PREVIC.

Recentemente, esse assunto foi exaustivamente discutido com o Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud), em que a Ceres ficou encarregada de preparar uma proposta à Diretoria da Embrapa, no sentido de otimizar a amortização desse compromisso, uma vez o método de amortização da dívida é atuarial e não financeiro.

Ceres - Fundação de Seguridade Social

SHCN-CL 202 Bl. C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31

Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 2106 0267 E-mail: atende@ceres.org.br

Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

Diante disso, apresentamos a seguir, uma proposta em que altera o método de amortização da dívida de atuarial para financeiro.

Considerando o método de amortização vigente, que é o atuarial, a dívida atual de R\$ 149.440.945,00, seria amortizada, em média, em 89 meses. Esse prazo é a média do tempo remanescente da elegibilidade à aposentadoria dos participantes.

Mantendo a prestação mensal no valor atual, de cerca de R\$ 3,2 milhões, e alterando o método de amortização de atuarial para financeiro, a dívida seria amortizada, em 53 meses, o que proporcionaria uma economia de aproximadamente R\$ 120 milhões à Embrapa.

Face exposto, propomos a alteração do método de amortização da dívida de atuarial para financeiro, sem custo adicional à Embrapa. Desse modo, o compromisso com o plano de benefícios seria quitado em 53 meses ao invés de 89 meses, proporcionando uma economia significativa à patrocinadora.

Na expectativa de ter atendido as respectivas demandas, colocamo-nos à disposição para prestar as informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

**CERES FUNDAÇÃO
DE SEGURIDADE
SOCIAL:**
00532804000131

Assinado digitalmente por CERES FUNDAÇÃO DE
SEGURIDADE SOCIAL:00532804000131
DN: C=BR, S=DF, L=BRASILIA, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CNPJ A1, OU=AC SERASA RFB v5,
OU=62173620000180, OU=AR SERASA, CN=CERES
FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL:00532804000131
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2020-06-29 16:40:01
Foxit Reader Versão: 9.6.0

José Roberto Rodrigues Peres
Diretor Superintendente